



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL



VOL. 1, N. 12, 2026



A Obra

MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMM2GM), popularmente conhecido como Monumento aos Pracinhas, foi concebido para perpetuar a memória dos brasileiros que sacrificaram suas vidas durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente dos integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da Marinha do Brasil. Localizado no Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, constitui o principal memorial militar brasileiro dedicado ao conflito e uma das mais expressivas obras monumentais do país.

Inaugurado em 5 de agosto de 1960, reúne monumento, mausoléu, museu e espaços cívicos e artísticos, formando um permanente local de homenagem à coragem, ao patriotismo e ao compromisso do Brasil com a liberdade e a paz.

Seu elemento de maior destaque é o monumental pórtico em concreto armado, erguido sobre amplo espelho d'água. De linhas modernas e austeras, simboliza a elevação espiritual, a vitória e a eternidade daqueles que tombaram em combate. Sob essa estrutura encontra-se o mausoléu que abriga os restos mortais de 462 militares brasileiros, trasladados do Cemitério Militar

Brasileiro de Pistóia, na Itália, além do Túmulo do Soldado Desconhecido, permanentemente guarnecido por militares das três Forças Armadas.

Integrando arquitetura, escultura, paisagismo e simbolismo cívico, o monumento constitui um verdadeiro santuário da memória nacional.

Descrição do Monumento e Interpretação de seu Significado

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial representa uma síntese arquitetônica dos ideais de patriotismo, sacrifício, vitória e paz. Seu imponente pórtico, aberto para o céu, expressa simultaneamente a vitória sobre a opressão e a eternização da memória dos combatentes brasileiros.

Na base da estrutura localiza-se o mausoléu, ambiente de profundo recolhimento, respeito e gratidão nacional. O Túmulo do Soldado Desconhecido simboliza todos aqueles que combateram anonimamente em defesa da liberdade.

O espelho d'água reforça a monumentalidade do conjunto e representa serenidade, purificação e reflexão, convidando o visitante ao silêncio contemplativo.

As esculturas, relevos e painéis em bronze traduzem o heroísmo, o sofrimento e o espírito de sacrifício dos combatentes, fazendo do monumento uma permanente homenagem da Nação Brasileira aos seus filhos que tombaram na Segunda Guerra Mundial.

Fatos Históricos

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros mortos em combate permaneceram sepultados no Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia, na Itália. Em 1960, por decisão do Governo Brasileiro, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil, motivando a construção de um monumento nacional destinado à preservação definitiva de sua memória.

O monumento homenageia os integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que combateram na Campanha da Itália entre 1944 e 1945, bem como os marinheiros brasileiros vitimados pelos ataques submarinos à navegação nacional durante o conflito.

Ao longo de mais de seis décadas, consolidou-se como o principal palco das cerimônias cívico-militares relacionadas à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, destacando-se as comemorações do Dia da Vitória, do Dia do Soldado, do Dia da FEB e diversas homenagens promovidas pelas Forças Armadas, associações de ex-combatentes e instituições civis.

Mais do que recordar os que tombaram em combate, o monumento preserva os valores da liberdade, da democracia, da solidariedade entre os povos e da paz internacional.

Informações Técnicas

O projeto arquitetônico foi desenvolvido pelos arquitetos Marcos Konder Netto e Hélio Ribas Marinho, vencedores de concurso nacional promovido pelo Governo Federal. O conjunto escultórico contou com a participação de destacados artistas brasileiros, entre eles Alfredo Ceschiatti, autor das esculturas, painéis e baixos-relevos que enriquecem sua composição artística.

Construído em concreto armado aparente, mármore, granito, bronze e espelhos d'água, adota linguagem modernista característica da arquitetura brasileira das décadas de 1950 e 1960. O grande pórtico monumental, com cerca de trinta metros de altura, é complementado pelo mausoléu subterrâneo, museu histórico, praça cívica, jardins e espaços destinados às cerimônias militares.

O museu preserva importante acervo composto por uniformes, armamentos, documentos, fotografias, mapas, condecorações, objetos pessoais dos expedicionários e diversos materiais relacionados à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Aspectos Artísticos

Além de sua importância histórica, o monumento constitui uma das mais relevantes realizações da arquitetura e da arte pública brasileira do século XX. Sua concepção integra harmoniosamente arquitetura, escultura, paisagismo e urbanismo, inserindo-se de forma singular na paisagem do Aterro do Flamengo e da Baía de Guanabara.

Destaca-se a contribuição do escultor Alfredo Ceschiatti (1918–1989), um dos maiores nomes da escultura brasileira moderna. Suas obras expressam, com sensibilidade e equilíbrio, a dignidade dos combatentes, o sentimento de perda e a esperança na paz, conferindo elevado valor artístico ao conjunto.

A linguagem modernista rompe com os modelos tradicionais dos monumentos militares, privilegiando formas sóbrias, linhas depuradas e forte carga simbólica.

Cronologia Resumida

1945 – Encerramento da Segunda Guerra Mundial e sepultamento dos militares brasileiros no Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia.

1946–1955 – Debates nacionais sobre a construção de um monumento permanente em homenagem aos expedicionários brasileiros.

1955 – Concurso nacional para escolha do projeto arquitetônico, vencido por Marcos Konder Netto e Hélio Ribas Marinho.

1960 – Traslado para o Brasil dos restos mortais dos expedicionários.

5 de agosto de 1960 – Inauguração oficial do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

1960 até os dias atuais – Consolidação do monumento como principal memorial brasileiro da Segunda Guerra Mundial e sede das homenagens nacionais aos combatentes da FEB e da Marinha do Brasil.

Valor Histórico e Patrimonial

Mais do que um monumento comemorativo, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial constitui um dos maiores símbolos da memória militar brasileira. Seu conjunto arquitetônico, artístico e museológico preserva não apenas a lembrança dos combatentes da FEB, mas também valores permanentes como coragem, disciplina, solidariedade, patriotismo e defesa da democracia.

Representa, assim, um espaço de educação histórica, cidadania e reflexão, destinado a manter viva, para as presentes e futuras gerações, a memória daqueles que escreveram uma das páginas mais honrosas da História Militar do Brasil.

Visite

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial localiza-se no Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, no Aterro do Flamengo, município do Rio de Janeiro. Sua privilegiada localização, voltada para a Baía de Guanabara, integra harmoniosamente arquitetura, paisagem e memória histórica.

Além de seu elevado valor artístico, arquitetônico e histórico, constitui um dos mais importantes patrimônios militares do Brasil, sendo visita obrigatória para pesquisadores, estudantes, militares e todos aqueles que desejam conhecer a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Mais do que um memorial, representa um permanente convite à reflexão sobre os custos humanos da guerra e sobre o compromisso das futuras gerações com a paz, a liberdade, a soberania nacional e a preservação da memória histórica.

Para ampliar a experiência de visitação, recomenda-se também o acesso aos recursos digitais disponibilizados pelas instituições responsáveis pela preservação da memória da Força Expedicionária Brasileira. O visitante poderá conhecer fotografias, informações históricas, acervo documental e registros do monumento por meio do Museu Virtual da FEB e da página oficial do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

https://museuvirtualdafeb.eb.mil.br/monumentos-da-feb/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial/?utm_source=chatgpt.com

Página oficial do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Exército Brasileiro)

https://riotur.rio/que_fazer/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial/?utm_source=chatgpt.com



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 12, 2026

Resende, RJ
2026

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História.

Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Reencenação Histórica).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

12ª Edição

vol. 1, n. 12, 2026

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 07 | NÚMERO 12

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Neste ano de 2026, em que a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) celebra seus 30 anos de fundação, iniciamos a edição nº 12 da Revista da AHIMTB, relativa ao mês de julho, com um artigo do Coronel Veterano Júlio Raphaël de Freitas Coutinho, **“A Importância da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB): Finalidades, Razões e Contribuições sob a Inspiração de seu Fundador, o Cel. Cláudio Moreira Bento”**.

A AHIMTB foi fundada em Resende, em 1º de março de 1996, data que assinala, simultaneamente, o aniversário do término da Guerra do Paraguai e o início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende. Sua criação teve por finalidade promover o estudo e o desenvolvimento da História das Forças Terrestres brasileiras — Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e das organizações militares que as antecederam desde o Descobrimento do Brasil. Idealizada e fundada pelo Coronel Cláudio Moreira Bento, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, hoje disseminada por diversos rincões do país e no exterior, consolidou-se como uma das mais importantes instituições dedicadas à preservação, ao estudo e à difusão da História Militar Terrestre Brasileira. Inspirada na visão de seu fundador, promove pesquisas, resgata documentos, tradições, biografias e campanhas militares, fortalecendo a identidade nacional e a cultura do Exército Brasileiro. Ao reunir pesquisadores civis e militares, a instituição contribui para o aperfeiçoamento da formação histórica, doutrinária e estratégica do país. O legado intelectual de Cláudio

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – Infantaria/AMAN, em 1977 - Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getúlio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Professor Emérito da Academia Militar das Agulhas Negras. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

Moreira Bento, reconhecido por sua vasta produção historiográfica e por seu profundo patriotismo, transformou a AHIMTB em referência nacional no campo da memória militar. Mais do que preservar o passado, a Academia projeta ensinamentos para as futuras gerações, reafirmando a História Militar como instrumento de compreensão da formação do Brasil, de valorização de seus heróis e de fortalecimento da consciência cívica e da identidade nacional. Ao longo do presente ano, diversas atividades culturais, acadêmicas, sociais e religiosas vêm sendo realizadas para assinalar os 30 anos da AHIMTB e prestar justa homenagem ao seu fundador, o Coronel Veterano Cláudio Moreira Bento. Na próxima edição da Revista da AHIMTB, prevista para dezembro de 2026, será apresentada uma síntese das comemorações e das principais atividades desenvolvidas em celebração dessa expressiva efeméride. “Que esta edição constitua mais um marco na preservação da memória militar brasileira e uma homenagem permanente àqueles que dedicam suas vidas ao estudo, à difusão e ao fortalecimento da História Militar Terrestre do Brasil.”

O segundo artigo trata da **“Invenção do Verde e Amarelo: as origens das cores nacionais”**. “Os símbolos de uma nação não nascem por acaso; são construções históricas que revelam sua memória, sua identidade e seu projeto de futuro.” Inicialmente, registramos nossos cumprimentos ao autor do artigo, Coronel Vandrê Rolim Machado, Veterano do Exército Brasileiro, graduado em História, Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e atualmente professor da Fundação Osório. Sua sólida formação acadêmica e profissional confere especial consistência à análise apresentada, aproximando o rigor da pesquisa histórica da experiência de quem dedicou sua vida ao estudo da História, das instituições e da construção da nacionalidade brasileira. O artigo analisa a formação histórica das cores verde e amarelo como símbolos nacionais, demonstrando que sua adoção não decorreu originalmente da representação das riquezas naturais brasileiras, mas de um processo político e simbólico iniciado com a Independência, em 1822. Com base em decretos imperiais, registros iconográficos e bibliografia especializada, o autor evidencia que essas cores possuíam profundas raízes na tradição portuguesa. O verde relacionava-se à Casa de Bragança, ao antigo Dragão Lusitano e às lutas da Reconquista, enquanto o amarelo remetia à heráldica do Reino de Castela e à Casa de Habsburgo-Lorena, família da Imperatriz Leopoldina. Assim, ambas as cores simbolizavam a união dinástica de D. Pedro I e Leopoldina, preservando importantes vínculos com a herança histórica portuguesa. Após a Independência, tornou-se necessário criar novos símbolos capazes de distinguir politicamente o Brasil de Portugal. Nesse contexto, o decreto de 18 de setembro de 1822 instituiu o laço nacional verde e amarelo, primeiro símbolo oficial do novo Estado brasileiro, posteriormente incorporado à bandeira imperial, aos uniformes militares e aos demais emblemas nacionais. O estudo demonstra, ainda, que a interpretação atualmente difundida — verde representando as florestas e amarelo simbolizando o ouro — consolidou-se apenas posteriormente. No momento da Independência, essas cores estavam muito mais associadas à legitimidade da nova monarquia e às tradições heráldicas europeias do que às características naturais do território brasileiro. Ao concluir, o autor sustenta que o verde e o amarelo constituem uma verdadeira “invenção simbólica” da nacionalidade brasileira, articulando ruptura

política e continuidade cultural. A pesquisa revela que a identidade nacional brasileira foi construída pela combinação entre inovação e tradição, permitindo compreender de forma mais profunda a origem de nossos símbolos. Neste mês de julho de 2026, quando milhões de brasileiros voltam a vestir espontaneamente o verde e o amarelo em apoio à Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo de Futebol, a leitura deste artigo torna-se especialmente oportuna. Mais do que cores associadas ao esporte ou a circunstâncias políticas, elas representam uma construção histórica de mais de dois séculos, patrimônio simbólico de toda a Nação Brasileira. Que este estudo inspire cada brasileiro a ler, pesquisar, estudar e interpretar, com espírito crítico e responsabilidade, o verdadeiro significado dos fatos do passado e do presente. Somente uma sociedade que conhece sua própria história é capaz de compreender sua identidade, fortalecer sua cidadania e construir, com consciência e unidade, um Brasil cada vez melhor.

O artigo **“Madrinhas de Guerra”** evidencia um aspecto ainda pouco explorado da historiografia brasileira da Segunda Guerra Mundial: a participação voluntária da sociedade civil, especialmente das mulheres, no esforço de guerra desenvolvido em apoio à Força Expedicionária Brasileira. Os pesquisadores Florence Alencar Moreira – Doutoranda em História e o Coronel do Exército, Doutor em História Fabio da Silva Pereira conduzem uma investigação rigorosa, alicerçada em criteriosa pesquisa documental e sólida fundamentação historiográfica, oferecendo uma contribuição inédita e de elevado valor científico. Amparado em fontes primárias pouco conhecidas, como exemplares de O Globo Expedicionário e correspondências preservadas em acervos históricos, o estudo apresenta novas interpretações sobre as relações entre Estado, voluntariado, propaganda e mobilização nacional durante a Era Vargas. Ao resgatar a atuação das Madrinhas de Guerra, vinculadas à Legião Brasileira de Assistência (LBA), os autores revelam uma dimensão humana, social e afetiva que transcende os relatos tradicionais centrados nas operações militares. Trata-se de uma importante contribuição à História Militar, à História das Mulheres e à História do Brasil Contemporâneo, valorizando personagens e iniciativas que exerceram papel significativo na sustentação moral dos expedicionários brasileiros, mas que permaneceram por décadas praticamente ausentes da produção historiográfica. O trabalho confirma o elevado preparo acadêmico e profissional de seus autores, oferecendo ao leitor uma pesquisa original, consistente e de grande relevância para o aprofundamento dos estudos sobre a participação de brasileiros na Segunda Guerra Mundial em terras longínquas aos nossos costumes.

Em seguida o artigo **“Tenente-Enfermeira da FEB Helena Ramos: o entusiasmo feminino pela carreira das armas”**, de autoria do brilhante cineasta, historiador e Doutor em Ciências Daniel Mata Roque, dialoga diretamente com o estudo publicado nesta mesma edição sobre as Madrinhas de Guerra, formando, em conjunto, uma valiosa contribuição para a compreensão da participação feminina no esforço de guerra brasileiro durante o século XX.

Enquanto o primeiro estudo evidenciou a mobilização da sociedade civil por meio da atuação voluntária das Madrinhas de Guerra, que ofereceram apoio moral, afetivo e material aos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o presente trabalho amplia essa perspectiva ao reconstruir a trajetória de Helena Ramos, integrante do primeiro contingente oficial de mulheres incorporadas ao Exército Brasileiro.

Resultado de sólida investigação documental, fundamentada em fontes militares, universitárias, judiciais e cartoriais, o artigo apresenta uma consistente pesquisa biográfica sobre Helena Ramos, destacando sua atuação como mulher, profissional de saúde e militar veterana da Segunda Guerra Mundial. A pesquisa demonstra que sua participação no conflito ultrapassou o exercício da enfermagem, revelando uma forte tradição militar familiar e uma autêntica vocação para a carreira das armas.

Ao analisar sua atuação na Campanha da Itália, o autor evidencia o pioneirismo das enfermeiras da FEB como as primeiras mulheres oficialmente incorporadas ao Exército Brasileiro, bem como os desafios enfrentados no Teatro de Operações e no período pós-guerra. Ao mesmo tempo, propõe uma reflexão inovadora sobre a influência da família militar na formação da identidade, da vocação e do protagonismo feminino na instituição castrense.

A leitura conjunta dos dois artigos evidencia que, em uma época na qual a carreira militar permanecia praticamente inacessível às mulheres, elas encontraram diferentes formas de servir à Pátria, seja por intermédio do apoio voluntário prestado aos expedicionários, seja pela atuação direta nos hospitais militares da Itália, compartilhando os riscos e os sacrifícios impostos pelo conflito.

Assim, ambos os estudos permitem acompanhar a evolução histórica da participação feminina nas instituições militares brasileiras, desde as iniciativas pioneiras impulsionadas pela Segunda Guerra Mundial até a realidade contemporânea, na qual as mulheres conquistaram, por mérito e competência, espaço crescente nas Forças Armadas, exercendo funções operacionais, técnicas, administrativas e de comando. Constituem, portanto, duas importantes contribuições para a preservação da memória da participação feminina na História Militar do Brasil e para a compreensão do longo processo de transformação institucional e social que culminou na plena integração da mulher às carreiras militares.

Os dois próximos artigos aproximam-se por abordarem temas contemporâneos e de elevada relevância para a compreensão do papel do Brasil no cenário internacional. Ambos evidenciam o emprego de recursos humanos, materiais e logísticos da Nação Brasileira em benefício de outros povos, reafirmando a tradição humanitária, cooperativa e solidária do Estado brasileiro. Neste primeiro estudo, os autores analisam, com rigor acadêmico a “Operação Acolhida: A logística na interiorização dos refugiados venezuelanos no território brasileiro”, destacando a complexa logística desenvolvida pelo Exército Brasileiro e pelas demais Forças Armadas no processo de interiorização de refugiados venezuelanos, em uma ampla operação interagências. Registramos nossos cumprimentos ao Coronel Fabio da Silva Pereira, ao Aspirante a Oficial Paulo Victor de Souza e aos Cadetes Diogo Saab Baroli, Daniel Lima do Amaral e Gabriel Costa Cardoso pela produção deste relevante trabalho científico sobre um tema atual e de grande importância no cenário internacional. A pesquisa demonstra que o interesse pelo conhecimento, pelo estudo e pela História Militar une diferentes postos e graduações, integrando oficiais, aspirantes e cadetes em um profícuo esforço intelectual que fortalece a produção científica, preserva a memória institucional e inspira as futuras gerações de estudiosos. O estudo demonstra como a capacidade logística nacional, aliada à cooperação entre instituições públicas, organismos internacionais e entidades

da sociedade civil, contribuiu para minimizar os impactos da crise migratória e fortalecer o protagonismo do Brasil no campo da ajuda humanitária. O artigo constitui uma importante reflexão sobre as novas missões das Forças Armadas no século XXI e prepara o leitor para o estudo seguinte, igualmente voltado à atuação brasileira em favor de outras nações, reafirmando os valores de solidariedade, responsabilidade internacional e compromisso com a paz.

Na continuidade desta edição, o Coronel Veterano Júlio Raphaël de Freitas Coutinho, oficial de reconhecida experiência operacional e profundo estudioso da História Militar, compartilha um valioso testemunho sobre a participação brasileira na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III), “O que aprendemos numa Missão de Verificação de Paz da ONU”, por ocasião dos trinta anos do emprego do 2º Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz. O artigo complementa, de forma harmoniosa, o estudo anterior sobre a Operação Acolhida, ao abordar a relevante atuação contemporânea do Brasil em benefício da comunidade internacional, desta vez no contexto das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Alicerçado na experiência pessoal de quem comandou o 10º Batalhão de Infantaria e o contingente brasileiro em Angola, o autor apresenta importantes ensinamentos doutrinários, logísticos, operacionais e de liderança, destacando os desafios enfrentados no preparo da tropa, na convivência multinacional e na execução das missões em ambiente de conflito. A narrativa evidencia como essa experiência contribuiu decisivamente para o aperfeiçoamento da doutrina militar brasileira, culminando, anos mais tarde, na criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), hoje referência internacional na preparação de tropas para missões de paz. Mais do que um relato histórico, o artigo constitui um importante registro de memória institucional e uma reflexão sobre o papel das Forças Armadas brasileiras como instrumento de paz, cooperação e projeção internacional do Brasil, oferecendo valiosas lições para as atuais e futuras gerações de militares e estudiosos da História Militar.

Os dois artigos dialogam de forma complementar ao evidenciarem o compromisso histórico do Brasil com a paz, a solidariedade e a cooperação internacional. Enquanto o primeiro demonstra a capacidade logística e humanitária do Estado brasileiro no acolhimento e interiorização de refugiados venezuelanos em território nacional, o segundo apresenta a experiência das Forças Armadas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU, atuando diretamente em um cenário de conflito no exterior. Em ambos, sobressaem o elevado preparo profissional, a integração entre diferentes instituições e a utilização dos recursos humanos e materiais da Nação em benefício de outros povos, reafirmando a vocação brasileira para a promoção da paz e da dignidade humana.

O artigo “A Batalha de Tuiuti: Poder Terrestre, Naval, Terreno, Logística e a Vitória da Tríplice Aliança”, do Doutor Daniel Narciso Beamurguia, do Professor Júlio Cesar Fidelis Soares e do Coronel Veterano Marco Antonio de Freitas Coutinho, oferece ao leitor uma análise abrangente, consistente e inovadora de um dos mais importantes episódios da Guerra do Paraguai. A Batalha de Tuiuti, travada em 24 de maio de 1866, é apresentada não apenas como o maior confronto terrestre da história da América do Sul, mas como o resultado de uma complexa interação entre terreno, logís-

tica, liderança, armamentos, poder naval e a extraordinária capacidade de resistência dos combatentes. Os autores demonstram, com sólida fundamentação, que a vitória da Tríplice Aliança não pode ser atribuída exclusivamente ao heroísmo das tropas em combate, mas à conjugação de fatores militares, políticos, sanitários, tecnológicos e logísticos que sustentaram a ação aliada em um ambiente extremamente adverso.

Merece especial destaque a criteriosa pesquisa realizada pelos autores, particularmente pela utilização de fontes literárias e memorialísticas, com ênfase na obra de Dionísio Cerqueira, cuja narrativa confere ao estudo uma dimensão humana rara e profundamente envolvente. Ao recorrer às Reminiscências da Campanha do Paraguai, o artigo transporta o leitor para o interior do campo de batalha, permitindo-lhe compartilhar o medo, a confusão, o imprevisto, a lama, a fumaça, o sofrimento e a coragem que marcaram Tuiuti. Essa feliz integração entre a narrativa memorialística e a análise histórico-militar ultrapassa os limites dos relatórios oficiais e oferece uma compreensão mais rica e sensível da guerra.

O estudo evidencia, ainda, o papel decisivo da Marinha Imperial Brasileira na sustentação logística da campanha, bem como a importância da artilharia, da engenharia, da organização do serviço de saúde e da criteriosa disposição das forças aliadas no terreno. Ao integrar cartografia, testemunhos, documentação histórica, aspectos operacionais e logísticos, os autores oferecem uma expressiva contribuição aos estudos da História Militar Terrestre do Brasil.

Trata-se de um trabalho maduro, cuidadosamente estruturado e de leitura extremamente envolvente, que revisita Tuiuti sob uma perspectiva multidisciplinar e demonstra que as grandes vitórias militares são construídas pela harmoniosa combinação entre estratégia, comando, preparo, logística, tecnologia, coragem e memória histórica. Pela riqueza descritiva de suas narrativas, pelo rigor da pesquisa e pela intensidade com que reconstrói os acontecimentos, este artigo possui a força de um verdadeiro roteiro épico cinematográfico, digno das grandes produções históricas, tendo como cenário os campos de batalha da América do Sul e como protagonistas os homens que escreveram uma das páginas mais marcantes da História Militar das Américas.

Encerrando esta edição, o General de Brigada Veterano Carlos Augusto Ramires Teixeira, consagrado estudioso de Geopolítica, Estratégia e Relações Internacionais, brinda o leitor com um ensaio de elevado nível intelectual, que amplia e aprofunda as reflexões desenvolvidas em seu recente livro sobre a transição do poder global: *A NOVA DESORDEM MUNDIAL*, já reconhecida como importante referência no estudo da ordem internacional contemporânea. Neste artigo sob o título “Da Ordem Residual à Desordem Sem Rumor: a Transição Sistêmica do Poder Global (1991–2026)”, o autor apresenta uma consistente interpretação da evolução do sistema internacional desde o término da Guerra Fria até os dias atuais. Distanciando-se das análises centradas em acontecimentos isolados, desenvolve uma abordagem sistêmica que integra as dimensões política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica do poder, demonstrando como essas expressões se inter-relacionam na configuração da atual conjuntura internacional. A leitura do artigo revela-se particularmente oportuna diante dos recentes acontecimentos mundiais, nos quais a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, a prisão do Ditador Maduro na Venezuela, bem como a escalada das tensões

entre os Estados Unidos e o Irã, corroboram de forma eloquente as interpretações e tendências estratégicas apresentadas pelo autor. O estudo evidencia que a expectativa de consolidação de uma ordem internacional estável deu lugar a um ambiente marcado pela fragmentação, pela competição entre grandes potências, pela instabilidade permanente e pelo enfraquecimento dos tradicionais mecanismos de governança global. Com sólida fundamentação teórica, linguagem elegante e notável capacidade de síntese, o General Ramires conduz o leitor por uma reflexão madura e prospectiva acerca dos desafios do século XXI. Trata-se de uma valiosa contribuição para os estudos de Geopolítica, Estratégia, História Militar e Relações Internacionais, oferecendo instrumentos analíticos indispensáveis para compreender um mundo em acelerada transformação e os desafios que se apresentam às nações, às instituições e aos estrategistas do presente e do futuro.

Boa leitura!

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

A Importância da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB): Finalidades, Razões e Contribuições sob a Inspiração de seu Fundador, o Cel. Cláudio Moreira Bento <i>Júlio Raphaël de Freitas Coutinho</i>	17
Invenção do Verde e Amarelo: as origens das cores nacionais <i>Júlio Raphaël de Freitas Coutinho</i> <i>Marco Antonio de Freitas Coutinho</i>	23
Madrinhas de guerra: o auxílio das voluntárias da Legião Brasileira de Assistência às tropas da Força Expedicionária Brasileira (1944-1945) <i>Florence Alencar Moreira</i> <i>Fabio da Silva Pereira</i>	33
Tenente-Enfermeira da FEB Helena Ramos: o entusiasmo feminino pela carreira das armas <i>Daniel Mata Roque</i>	47
Operação Acolhida: A logística na interiorização dos refugiados venezuelanos no território brasileiro <i>Fabio da Silva Pereira</i> <i>Paulo Victor de Souza</i> <i>Diogo Saab Baroli</i> <i>Daniel Lima do Amaral</i> <i>Gabriel Costa Cardoso</i>	70
O que aprendemos numa Missão de Verificação de Paz da ONU <i>Antônio Geraldo Rodrigues</i>	85
A Batalha de Tuiuti: Poder Terrestre, Naval, Terreno, Logística e a Vitória da Tríplice Aliança <i>Daniel Narciso Beamurguia</i> <i>Júlio Cesar Fidelis Soares</i> <i>Marco Antonio de Freitas Coutinho</i>	102
Da Ordem Residual à Desordem Sem Rumor: a Transição Sistêmica do Poder Global (1991–2026) <i>Carlos Augusto Ramires Teixeira</i>	126



A Importância da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB): Finalidades, Razões e Contribuições sob a Inspiração de seu Fundador, o Cel. Cláudio Moreira Bento

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da missão, relevância e contribuição histórica da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), destacando a visão e a ação intelectual de seu fundador, o Coronel Cláudio Moreira Bento, figura central no movimento de resgate e preservação da História Militar Terrestre brasileira. A AHIMTB consolidou-se como instituição referência na pesquisa, na memória e no pensamento estratégico nacional, perpetuando tradições, estudos e interpretações essenciais à compreensão da identidade militar brasileira.

INTRODUÇÃO

A história da Nação brasileira foi profundamente moldada pela atuação de suas forças terrestres. Desde a construção territorial, passando por campanhas internas e externas, até as operações contemporâneas, o Exército tem desempenhado papel decisivo na trajetória do país.

A necessidade de preservar, estudar e difundir essa herança levou o Coronel Cláudio Moreira Bento — historiador militar, intelectual das tradições castrenses e

¹ Coronel Reformado. Foi Comandante dos 10ºBI (Juiz de Fora – MG) e Batalhão de Força de Paz brasileiro na UNAVEM III (2*Contingente). O autor é pós-graduado (Lato ou Stricto Senso) em Administração, Ciências Militares, Educação, Estratégia, Filosofia, Logística, Negociação, Política, e tecnologia de Informação. Foi, também, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Filosofia e de Ciência Gerencial da Academia Militar das Agulhas Negras. Acadêmico de História Militar Terrestre do Brasil na cadeira nº12 do patrono: Mal João Baptista Mascarenhas de Moraes é colaborador da revista da AHIMTB e integrante da Associação de Filósofos seção Barra Mansa-RJ.

gaúcho lídimo afeito às raízes culturais brasileiras — a fundar a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

A partir de sua visão pioneira, a AHIMTB tornou-se espaço de excelência para a pesquisa e a preservação do patrimônio histórico militar terrestre, reafirmando o papel da memória como instrumento de formação cultural, identidade nacional e orientação estratégica.

2. A Missão Institucional da AHIMTB segundo a Visão de seu Fundador

A AHIMTB nasceu do ideal do Cel. Cláudio Moreira Bento de cultivar, organizar e divulgar sistematicamente a História Militar Terrestre do Brasil. Sua missão se desdobra nos seguintes eixos:

2.1 Preservação da memória militar terrestre

Inspirada pela dedicação metódica do seu fundador, a AHIMTB empenha-se em salvaguardar documentos, arquivos, depoimentos, coleções iconográficas e a tradição das unidades e campanhas terrestres.

A obra historiográfica do Cel. Bento, vasta e reconhecida nacionalmente, constitui um dos pilares da metodologia preservacionista adotada pela academia.

2.2 Estímulo à pesquisa histórica e à produção intelectual

Seguindo o exemplo do Coronel Bento — autor de livros, artigos, genealogias, estudos regimentais e biografias militares —, a AHIMTB fomenta o debate acadêmico, apoia novas pesquisas e publica trabalhos que aprofundam a compreensão da história castrense.

2.3 Difusão da cultura militar e das tradições do Exército Brasileiro

O fundador sempre defendeu que a história e as tradições são elementos centrais da identidade militar. Alinhada a esse princípio, a AHIMTB atua como guardiã da cultura terrestre brasileira, fortalecendo valores ético-militares e promovendo eventos culturais, cívicos e educativos.

2.4 Integração entre civis e militares na construção da historiografia

A visão do Coronel Bento sempre buscou unir o meio acadêmico civil e o militar, valorizando uma historiografia aberta, ampla e metodologicamente consistente. A AHIMTB mantém fielmente essa filosofia, reunindo pesquisadores de diferentes formações e regiões do país.

3. A Relevância da AHIMTB para o Estudo da História Militar Terrestre

Sob a inspiração do Coronel Bento, a AHIMTB destaca-se por fortalecer um campo de pesquisa historicamente central para a formação do Brasil.

3.1 O Exército como ator fundamental na construção nacional

Do período colonial à consolidação republicana, e da Guerra do Paraguai à participação na FEB, o Exército esteve no âmago das grandes transformações brasileiras. A AHIMTB garante que esses eventos sejam analisados com rigor e objetividade, preservando interpretações fidedignas.

3.2 Preservação do legado de comandantes, heróis e unidades

Um dos traços marcantes do trabalho do fundador foi a valorização biográfica. A AHIMTB prossegue esse legado ao resgatar a trajetória de comandantes, unidades, tradições regionais e campanhas que marcaram a evolução militar terrestre no Brasil.

3.3 Subsídios para doutrina, educação e pensamento estratégico

A história, segundo o Coronel Bento, é parte essencial do preparo militar. Assim, a AHIMTB contribui para o desenvolvimento doutrinário, para a formação cultural das tropas e para a reflexão estratégica, oferecendo lições extraídas de fatos concretos e experiências acumuladas.

4. O Legado do Coronel Cláudio Moreira Bento na AHIMTB

Nenhuma análise sobre a AHIMTB é completa sem reconhecer a magnitude intelectual e moral de seu fundador.

4.1 Um historiador militar exemplar

O Coronel Bento destacou-se como um dos mais prolíficos historiadores militares do país. Sua obra contribuiu para:

- resgatar tradições regimentais;
- publicar genealogias militares;
- registrar trajetórias de turmas e unidades;
- fortalecer a cultura cívico-militar;
- consolidar o estudo da História Militar Terrestre como campo legítimo da historiografia nacional.

4.2 Um líder intelectual e cultural

Ao fundar a AHIMTB, o Coronel Bento não apenas criou uma instituição, mas estabeleceu um movimento: o de valorização da memória militar terrestre como patrimônio da Nação. Sua atuação formou discípulos, inspirou pesquisadores e sedimentou uma escola de pensamento.

4.3 Modelo ético de dedicação à Pátria

Sua atuação foi sempre guiada pelo patriotismo, rigor histórico, espírito de corpo e defesa das tradições gaúchas e militares. Esses valores moldaram a identidade da AHIMTB e orientam sua atuação até os dias atuais.

4.4 Cel Cláudio Moreira Bento uma vida e paixão pela História e em especial pela História Militar.

Coronel Cláudio Moreira Bento nasceu em 19 de outubro de 1931, na cidade de Canguçu, Rio Grande do Sul. Militar, historiador, pensador militar, memorialista e jornalista, tornou-se um dos mais destacados estudiosos da história militar terrestre do Brasil, dedicando sua vida à preservação da memória das Forças Armadas e à formação da consciência histórica nacional.

Origens Familiares

Descendente do tronco português dos Bento, sua família possui forte tradição militar desde a chegada do primeiro ancestral ao Brasil: um oficial português que integrou a Divisão Portuguesa encarregada de reconquistar o Uruguai no período das disputas da Cisplatina. Após a pacificação, esse antepassado radicou-se em Piratini-RS, onde se casou com uma filha de portugueses. Dessa união nasceram os ramos familiares ligados a nomes centrais da história rio-grandense, como Bento Gonçalves da Silva, líder farroupilha, e Bento Manoel Ribeiro, importante chefe militar do período imperial.

Um de seus descendentes diretos, Antônio Joaquim Bento, bisavô de Cláudio Moreira Bento, estabeleceu-se em Canguçu como professor, dando início ao ramo da família Bento radicado na cidade — ambiente em que o futuro historiador passaria sua infância.

Infância e Vocação Intelectual

A infância de Cláudio Moreira Bento transcorreu em Canguçu até o término do curso primário. Desde cedo, demonstrou acentuada vocação para a história. Aos oito anos de idade, ao ler o livro *O Espírito das Armas Brasileiras*, livro de um amigo de seu pai, que despertou seu interesse pela temática militar — interesse que jamais deixaria de acompanhar sua trajetória.

Formação Educacional e Militar

Transferiu-se para Pelotas-RS, onde cursou o tradicional Ginásio Gonzaga, dos Irmãos Lassalistas. Concluiu o primeiro ano científico quando foi convocado para o serviço militar, servindo na 3ª Companhia de Comunicações de Pelotas — unidade à qual retornaria mais tarde como oficial.

Após o serviço militar, prestou concurso para a Escola Preparatória de Porto Alegre, o conhecido “Casarão da Várzea”. De lá seguiu para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde graduou-se oficial das Armas de Engenharia e Comunicações.

Carreira Militar

Sua trajetória como oficial do Exército Brasileiro foi marcada pelo profissionalismo, pela dedicação e pela erudição:

- 3ª Companhia de Comunicações – Pelotas: iniciou sua carreira como oficial justamente onde servira como soldado.
- 1º Batalhão Ferroviário – Bento Gonçalves: permaneceu por sete anos. Durante esse período, concluiu a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e realizou o concurso para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Após formado pela ECEME, foi classificado no 4º Exército (atual Comando Militar do Nordeste).

Foi ali que recebeu do então Comandante, General de Exército Kandal, uma missão decisiva para seu futuro intelectual: escrever a história das Batalhas dos Guararapes. O general, conhecendo sua vocação para o estudo histórico, confiou-lhe a tarefa de sistematizar a memória do berço da nacionalidade militar brasileira.

Desse trabalho surgiram dois marcos culturais e históricos:

1. O livro *As Batalhas dos Guararapes*, hoje obra de referência sobre o tema;
2. O Parque Histórico Nacional dos Guararapes, projeto em que teve papel fundamental na concepção histórica.

Consagração como Historiador Militar

A partir dessa missão, Cláudio Moreira Bento consolidou-se nacionalmente como historiador militar. Sua obra passou a abranger as mais diversas dimensões da história do Exército e da formação militar brasileira, tornando-se um dos maiores memorialistas do país.

Produziu livros, artigos, estudos estratégicos, ensaios, crônicas e trabalhos de pesquisa que se tornaram referência em academias, instituições militares, universidades e órgãos de cultura. Seu estilo combina rigor documental, visão estratégica e profundo patriotismo.

Além da pesquisa histórica, também atuou como:

- Jornalista, dedicando-se à difusão da cultura e da memória histórica;
- Pensador militar, contribuindo para o estudo da estratégia, da doutrina e do papel do Exército na construção da nacionalidade;
- Memorialista, preservando tradições, biografias e episódios decisivos das Forças Armadas;
- Institucionalizador, tendo sido fundador ou articulador de diversas entidades voltadas à história militar, como as Academias de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e outras instituições congêneres.

Legado

O legado do Coronel Cláudio Moreira Bento é vasto e perene. Sua vida foi guiada pela convicção de que a História é instrumento essencial para a formação da identidade militar e nacional, e que preservar a memória significa compreender o Brasil em sua plenitude.

Sua obra continua a inspirar militares, pesquisadores, professores e cidadãos interessados na construção histórica do país. Como soldado, intelectual e historiador, deixou um exemplo de dedicação ao Exército Brasileiro e ao estudo rigoroso da história pátria.

5. Considerações Finais

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) constitui, graças à visão e ao legado do Coronel Cláudio Moreira Bento, um dos principais pilares da memória militar brasileira.

Seu trabalho sistemático de preservação, pesquisa, difusão cultural e apoio ao pensamento estratégico assegura que a história do Exército Brasileiro — com seus feitos, tradições, lições e personagens — permaneça viva e acessível.

A AHIMTB é mais do que uma instituição histórico-cultural: é herdeira da paixão intelectual do Coronel Cláudio Moreira Bento, guardião da memória terrestre do Brasil e farol para as futuras gerações de estudiosos, militares e cidadãos.

Seu papel continua indispensável para fortalecer a identidade nacional, orientar o estudo da defesa e honrar aqueles que construíram a trajetória militar terrestre da Pátria.



A invenção do verde e amarelo: as origens das cores nacionais

Vandré Rolim Machado¹

RESUMO

O artigo analisa o processo histórico de construção simbólica das cores verde e amarelo como emblemas nacionais do Brasil, situando no contexto da Independência de 1822. Parte-se do debate contemporâneo acerca da disputa política em torno dessas cores para investigar suas origens e significados no século XIX. A pesquisa fundamenta-se na análise de decretos imperiais, registros iconográficos e bibliografia especializada sobre simbologia política e história das cores. Demonstra-se que o verde e o amarelo não constituíam cores inéditas, mas possuíam vínculos com tradições portuguesas, especialmente com as Casas de Bragança e a de Habsburgo, além de referências ao passado medieval. Argumenta-se que a adoção dessas cores integrou um processo de invenção simbólica destinado a marcar a ruptura política com Portugal, sem, contudo, romper integralmente com o legado cultural lusitano. Conclui-se que o verde e amarelo resultam de uma construção histórica complexa, articulando continuidades e rupturas na formação da identidade nacional brasileira.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Símbolos nacionais. Verde e amarelo. Identidade nacional.

ABSTRACT

This article analyzes the historical process of the symbolic construction of green and yellow as Brazil's national emblems, situated within the context of the 1822 Independence. It draws from the contemporary debate regarding the political dispute over these colors to investigate their origins and meanings in the 19th century. The research is based on the analysis of imperial decrees, iconographic records, and

¹ Graduado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (2011) e Mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2016). Coronel R/1, atualmente, é professor de História da Fundação Osorio. Contato: <vandre@fosorio.g12.br>.

specialized bibliography on political symbology and the history of colors. It demonstrates that green and yellow were not unprecedented colors but held links to Portuguese traditions—specifically the Houses of Bragança and Habsburg—as well as references to the medieval past. It is argued that the adoption of these colors was part of a process of symbolic invention aimed at marking a political rupture with Portugal, without, however, fully breaking with the Lusitanian cultural legacy. The study concludes that green and yellow result from a complex historical construction, articulating continuities and ruptures in the formation of Brazilian national identity.

Keywords: Brazilian Independence. National symbols. Green and yellow. National identity.

INTRODUÇÃO

A polarização política no Brasil, nos últimos anos, transformou o uso das cores verde e amarelo — tradicionalmente símbolos nacionais — em um campo de disputa ideológica. O que outrora representava a identidade nacional de forma abrangente tornou-se, especialmente a partir de 2018, um signo de identificação política associado a setores da direita. Após a eleição de 2022, observou-se um movimento de “reapropriação” dessas cores, sob o argumento de que os símbolos nacionais transcendem partidos ou candidaturas.

Em 2025, a proposta de uma camisa vermelha para o segundo uniforme da seleção brasileira gerou controvérsia e foi vetada após rejeição popular e análise do estatuto da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A resistência à alteração das cores tradicionais demonstrou que a preservação do verde e amarelo é um ponto de convergência que ultrapassa o atual contexto político. Diante dessa luta simbólica, emerge a necessidade de compreender as origens dessa representação.

Este artigo pretende detalhar o processo de “invenção” do verde e amarelo, utilizando o conceito de Hobsbawm e Ranger (1984), para investigar os motivos da escolha dessas cores em oposição ao vermelho, azul e branco, predominantes na simbologia portuguesa do Século XIX.

1. As origens do verde e o amarelo

Na infância aprendemos que na bandeira nacional o verde significaria as matas e o amarelo seria referência ao ouro. Contudo, as cores são construções sociais² que adotam múltiplos significados ao longo do tempo. O nosso interesse é compreender este processo.

Atualmente, o verde possui uma estreita ligação com a natureza, mas nem sempre foi assim. Até o Século XVIII a natureza na Europa era representada pelos quatro elementos: fogo, ar, água e terra. No ocidente a ligação do verde com a

2 PASTOUREAU, Michel et SIMONNET Dominique. *Le Petit Livre des couleurs* Paris: Collection Points, Éditions du Panama, 2007.

natureza vai começar apenas na segunda metade do Século XIX, portanto um pouco depois da criação dos símbolos nacionais do Brasil³.

Os primeiros povos que fizeram a associação do verde a natureza foram entre o mundo islâmico, onde a vida no deserto tinha a cor como um sinônimo de oásis ou paraíso. O próprio profeta Maomé gostava de usar turbante e estandarte na cor verde. A valorização da cor pelo Islã provocou um desprezo pelos cristãos, tendo em vista o embate religioso que durou séculos na Idade Média, seja na península ibérica ocupada pelos muçulmanos ou no Oriente Médio durante as Cruzadas para reconquistar a terra santa.

No decreto de criação do laço nacional brasileiro, como veremos adiante, a cor verde é associada a “primavera”. No livro “História dos Símbolos Nacionais” a cor é associada aos antigos lusitanos que “arvoravam uma bandeira quadrada branca, servindo de campo a um dragão verde” e continua dizendo que “o certo é que desde aqueles tempos ancestrais, lembra as lutas libertárias, as grandes conquistas e, acima de tudo, a esperança e a liberdade”. A menção das lutas é uma referência a Guerra de Reconquista contra os mouros, quando os portugueses adotaram o verde no estandarte de Nun’Alvares, arvorado na batalha de Aljubarrota.⁴

Figura 1 – O dragão verde lusitano



O fato é de que o verde possuía, na época da independência, uma ligação direta com Portugal. A história do amarelo não é diferente, pois ela “passou a figurar, a partir de 1250, no brasão de armas de Portugal, logo depois da conquista do Algarve.”⁵ A cor representava os castelos e fortalezas tomadas dos mouros. Além disso, simbolizava as cores do Reino de Castela que Portugal pertenceu, até a independência e seria ligado na União Ibérica com a Espanha de 1580 a 1640.

3 PASTOUREAU e SIMONNET, 2007, p.75.

4 Luz, Milton, 1923. A história dos símbolos nacionais / Milton Luz. — 2. ed. — Brasília: Senado Federal, 2024, p.22-23.

5 MILTON, 1923, p.23.

Figura 2 – O castelo amarelo



Um ano após a Independência, mais precisamente em 29 de setembro de 1823, o agente diplomático brasileiro junto à Corte de Viena descreveu que as cores escolhidas por Dom Pedro para bandeira do Império do Brasil seria “o verde por ser da Casa de Bragança; e a amarela, a Casa de Lorena, de que usa a Família Imperial da Áustria”⁶.

O verde e amarelo seriam então uma representação do trono (Rei da Família de Bragança e Rainha dos Habsburgos), mas além disso as cores tinham uma estreita ligação com o passado lusitano. O verde como uma referência ao dragão na expulsão dos mouros e o amarelo de Castela, reino que os portugueses declararam independência no Século XII.

2. Os símbolos verde e amarelo

O brado de “Independência ou morte” declarado pelo príncipe regente Dom Pedro, no dia 7 de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga em São Paulo é o momento que ficou na memória coletiva quando lembramos sobre a independência do Brasil. Antes de falar a frase famosa o futuro imperador fez um ato de grande importância e forte valor simbólico, ele arrancou o laço português do chapéu, atirou ao chão e foi acompanhado por toda sua guarda⁷ compostas por militares do Regimento de Cavalaria que futuramente seria denominado de “Dragões da Independência”, por participar daquele momento impar da história nacional.

Naquele momento quais eram os laços portugueses utilizados? Abaixo, temos os três últimos, antes de 1822.

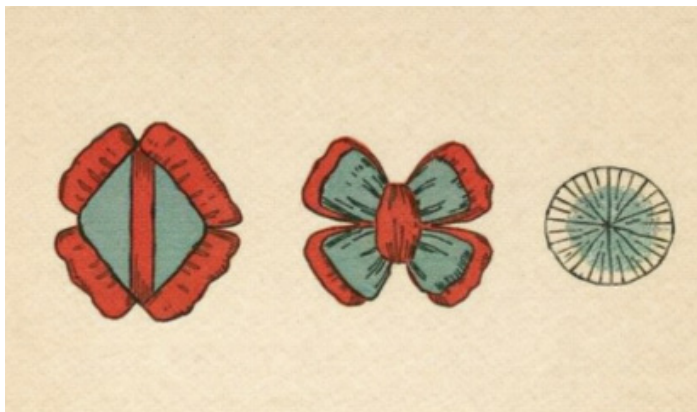
Os laços eram insígnias usadas no chapéu e uniforme de políticos e militares. A primeira insígnia mais à esquerda identifica o período absolutista de D. Maria I e D. João VI (1797 e 1821) e possui dobras de fita vermelha envolvendo um campo azul, cortado por uma faixa vertical vermelha. Trata-se de um modelo comum entre

6 MILTON, 1923, p.23.

7 MORAIS, 2026, p.89.

corpos militares e milícias, no qual as cores remetem à monarquia portuguesa. O segundo (central) é do mesmo período e possui um formato de laço simétrico, com quatro abas azuis contornadas de vermelho e um nó central vermelho. Esse tipo era bastante difundido entre oficiais, funcionários régios e membros das elites urbanas, sobretudo após 1820.

Figura 3 – Os topes (ou laços) portugueses.⁸



O terceiro mais à esquerda marcou uma ruptura política fundamental: a Revolução Liberal do Porto de 1820. O novo laço passaria a ser uma roseta circular azul e branco contornada por linhas escuras, acompanhada da data “1821” e estas cores simbolizavam a nação e a monarquia constitucional, em oposição ao poder absoluto do rei, ou seja, temos aqui um símbolo que marca adesão às cortes e ao constitucionalismo, sem romper formalmente com a monarquia.

No ano de 1822 a tope branco e azul era a insígnia oficialmente prevista para utilização em todo Reino de Portugal, inclusive no Brasil. Desta forma, foi provavelmente este o laço arrancado por Dom Pedro as margens do Ipiranga. A partir do rompimento com a metrópole surgiu a necessidade de inventar um novo símbolo para a nova nação. Teoricamente, poderia ser feito por qualquer cor, mas as utilizadas pelos portugueses iriam trazer uma identificação indesejada e, portanto, seria necessário utilizar um formato inédito.

A criação de um novo “símbolo nacional” era urgente e Dom Pedro, apenas 11 dias após declarar a independência, em 18 de setembro de 1822, estabeleceu que “o laço nacional brasiliense, seria composto das cores emblemáticas – verde de primavera, e amarelo de ouro” e deveria ter uma “flor verde no braço esquerdo, dentro de um ângulo de ouro” contendo a frase “independência ou morte”⁹.

8 BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro: 1730-1922. Texto organizado por Gustavo Barroso; aquarelas e documentação de J. Wasth Rodrigues. Paris: A. Ferroud, F. Ferroud, 1922, p.23.

9 Brasil. Coleção das leis do Império do Brasil. Atos do Poder Executivo, 1822. Brasília: Câmara dos Deputados, p.48. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38977-18-setembro-1822-568352-publicacaooriginal-91708-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38977-18-setembro-1822-568352-publicacaooriginal-91708-pe.html)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2026.

O tope ou laço deveria ser utilizado não só por militares e políticos, mas por qualquer cidadão e caso não portasse o adereço a pessoa poderia ser considerada como traidora da pátria. O momento era de tensão e a insígnia deveria separar todos os favoráveis ao processo de independência de Portugal de forma explícita.

Figura 4 – O tope (ou laço) nacional verde e amarelo.¹⁰



Este símbolo marcou a ruptura com Portugal e o início de uma nova identidade nacional. A roseta verde é diferente dos topes portugueses (azul, vermelho e branco), mas representava a Casa de Bragança (a dinastia de D. Pedro), ou seja, tinha ainda uma ligação com passado. O decreto obviamente omite este fato. A inscrição “independência ou morte” dispensa explicação, mas o formato é similar a régua maçônica¹¹, entidade que o Imperador entrou em 2 agosto de 1822 e três dias após já era mestre da loja e no dia 5 de outubro declarado grão-mestre do Oriente no Brasil!

Apesar da ascensão meteórica o Imperador, depois de apenas 17 dias na condição de líder da maçonaria brasileira, renunciou ao posto e mandou fechar a entidade¹². Independente disso a ligação de Dom Pedro com os maçons foi intensa e a utilização do símbolo algo previsível.

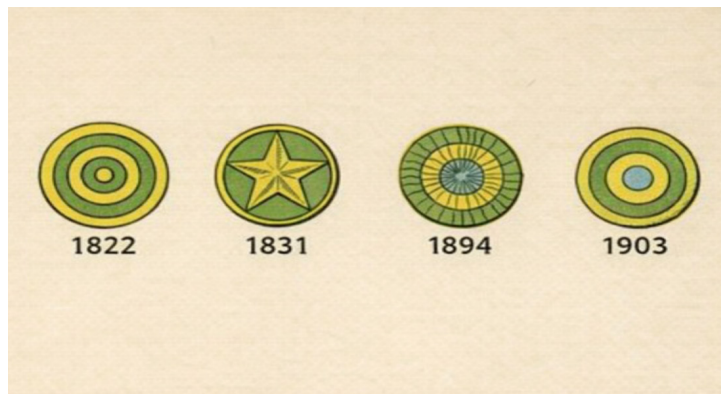
Após a criação do primeiro laço nacional, o símbolo teve várias versões todas nas cores verde e amarelo. Abaixo temos algumas das mudanças durante o Império e início da República.

¹⁰ BARROSO, 1922, p.24.

¹¹ O símbolo da Maçonaria é um esquadro com uma régua na parte inferior.

¹² CORDEIRO, Tiago. Como Dom Pedro entrou para maçonaria. Aventura na História. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/desventuras/como-dom-pedro-i-entrou-para-maconaria.phtml>> Acesso em 16 Fev 2026.

Figura 5 – Os topes (ou laços) brasileiros¹³



A partir do laço nacional, o Brasil criou outros símbolos, como a bandeira do Império também destacando as cores verde e amarelo. No processo de ruptura o recém-criado império estava em guerra com Portugal que, inicialmente, não aceitou a independência. Dom Pedro I tinha outro problema, pois em combate apenas o novo laço não seria capaz de diferenciar soldados portugueses dos brasileiros e seria necessário criar uniformes novos para o Exército e Marinha, mas isso levaria um bom tempo. A solução mais rápida seria alterar apenas alguns detalhes. A seguir vemos a farda de um oficial de cavalaria antes e depois da independência:

Figura 6 – Uniforme militares (Portugal e Brasil)¹⁴



¹³ BARROSO, 1922, p.23.

¹⁴ BARROSO, 1922, p.121 e 123.

O militar da esquerda usa pluma no chapéu e colarinho vermelhos (cor portuguesa). Por outro lado, o militar da direita exibe uma ruptura simbólica com estas partes em verde e amarela representando o Brasil. Os detalhes em dourado no militar de Portugal e em branco no brasileiro referem-se ao tipo de tropa (primeira linha, segunda linha, milícias ou ordenanças) e não tem relação com as mudanças do período.

O processo de criação da nova bandeira começou antes da declaração de independência, em 1820, quando o pintor Debret elaborou um projeto para um Brasil livre de Portugal, a pedido de Dom João VI.

Figura 7 – Projeto da bandeira do Brasil Independente (1820).



A bandeira teria um campo verde e losango amarelo e sobre este, uma esfera de ouro sobreposta à Cruz de Cristo, com a Coroa Real e um molho de cana e um ramo de fumo circundado por 18 estrelas azuis, que representavam as 18 Províncias, e uma outra, maior, representativa da Corte. Na parte inferior temos o Dragão Lusitano verde. A bandeira atual da República possui uma similaridade com o projeto de Debret e retrata que ela foi, também, muito influenciada por símbolos portugueses.

Figura 8 – Bandeira do Império do Brasil (1822)



A descrição que o próprio Dom Pedro I fez a bandeira dizia que “será composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o escudo das armas do Brasil”. A bandeira imperial é muito parecida com o projeto feito por Debret a mando de Dom João VI e o próprio Imperador confirma a semelhança quando diz “desejando eu que se conservem as armas que a este reino foram dadas pelo Senhor Rei D. João VI, meu Augusto Pai, na carta de lei de 13 de maio de 1816”¹⁵.

3. Considerações finais

A gênese das cores nacionais ocorreu há mais de dois séculos, contudo, o seu monopólio simbólico permanece como objeto de disputa política na contemporaneidade. Compreender a “invenção” do verde e amarelo como emblemas nacionais permite lançar um olhar analítico sobre o próprio nascimento da nação brasileira.

Conforme demonstrado, o verde e o amarelo não constituíram escolhas inéditas. A influência lusa é evidente na heráldica do antigo “Dragão Lusitano” e na tradição do Reino de Castela. Para além do simbolismo medieval, as cores imortalizaram a união dinástica entre a Casa de Bragança, de D. Pedro I, e a Casa de Habsburgo-Lorena, da Imperatriz Leopoldina. Assim, o verde e amarelo representaram, simultaneamente, o passado português e a consolidação do poder de um monarca que, embora tenha rompido politicamente com sua metrópole, não abandonou o legado cultural de sua linhagem.

A opção por essas cores, em detrimento do vermelho, azul e branco — cores da Revolução Liberal do Porto e da bandeira portuguesa da época —, foi uma solução estratégica: criar uma identidade visual que aparentasse novidade, enquanto mantinha raízes profundas na tradição europeia. Conclui-se que a influência de Portugal na formação do Brasil é mais profunda do que o senso comum sugere.

O estudo das origens remotas da história portuguesa revela-se, portanto, essencial para a compreensão plena da identidade nacional brasileira, evidenciando que até o que celebramos como genuinamente nativo possui raízes no “além-mar”

REFERÊNCIAS

BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro: 1730-1922. Texto organizado por Gustavo Barroso; aquarelas e documentação de J. Wasth Rodrigues. Paris: A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

BRASIL. [Decreto de 18 de setembro de 1822]. Coleção das leis do Império do Brasil: Atos do Poder Executivo, 1822. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 48. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38977-18-setembro-1822-568352-publicacaooriginal-91708-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

15 MILTON, 1923, p.66-67.

CASTRO, Giovanna Rafaela. Seleção pode usar camisa vermelha? Veja o que diz estatuto da CBF. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/selecao-pode-usar-camisa-vermelha-veja-o-que-diz-estatuto-da-cbf/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

CORDEIRO, Tiago. Como Dom Pedro entrou para maçonaria. Aventuras na História, 2022. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/desventuras/como-dom-pedro-i-entrou-para-maconaria.phtml>. Acesso em: 16 fev. 2026.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2024.

MORAES, A. J. de Melo. A Independência e o Império do Brasil, ou, A independência comprada por dous milhões de libras esterlinas... Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 18).

PASTOUREAU, Michel; SIMONNET, Dominique. Le Petit Livre des couleurs. Paris: Collection Points, Éditions du Panama, 2007.



Madrinhas de guerra: o auxílio das voluntárias da Legião Brasileira de Assistência às tropas da Força Expedicionária Brasileira (1944-1945)

Florence Alencar Moreira¹
Fabio da Silva Pereira²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar a participação de mulheres engajadas a serviço da Legião Brasileira de Assistência no auxílio aos militares da Força Expedicionária Brasileira, no teatro de operações na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial (1944-1945). As fontes em destaque são do jornal O Globo Expedicionário, encontradas no acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional e no acervo físico da Associação Nacional de Ex-combatentes da FEB. Para o referencial bibliográfico e metodológico, foram utilizadas pesquisas sobre a contribuição da LBA para a campanha da FEB e a utilização de jornais e cartas como fontes primárias, segundo legislação específica. Os resultados apontam para uma participação feminina efetiva, contribuindo para a manutenção do bom moral da tropa ao longo dos anos na guerra.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira, Legião Brasileira de Assistência, Segunda Guerra Mundial, Cartas, Jornais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mulheres, com seu sentimento altruísta para ajudar nos esforços de guerra, de certa maneira, também foram convocadas para contribuir para manter elevado

1 Doutoranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Coronel do Exército Brasileiro, Chefe da Seção de Ensino A – História Militar, Relações Internacionais e Geopolítica na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Doutor em História pela Universidade Salgado de Oliveira e Université de Poitiers.

o moral dos combatentes que lutavam na Itália durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira (1944-1945). Bruno Silva³ explica que a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi a maior instituição de assistência social do país, atuando de 1942 a 1995, mas que sua principal função, no primeiro momento, estava voltada ao amparo de brasileiros que lutaram no conflito, bem como de suas famílias. Em diálogo, a historiadora Michele Barbosa⁴ nos explica que a instituição teve como característica principal o trabalho feminino:

Conhecida por sua sigla, a LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de “amparar os soldados brasileiros e seus familiares” por parte dos “brasileiros de boa vontade” durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional.⁵

As ações da LBA eram incentivadas pela primeira-dama Darcy Sarmanho Vargas, que ficou conhecida como a “grande mãe da nação brasileira”⁶, e também presidente da instituição. A convocação pública para que as mulheres aderissem aos projetos da LBA aconteceu por meio de discursos veiculados ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e cartazes elaborados pela imprensa, principalmente porque essa campanha demandava a participação popular que seria aplicada como esforço de guerra⁷. As mensagens entregues pela LBA aos expedicionários eram realizadas por meio de informes curtos, dando destaque para o nome do convocado em caixa alta, sendo elaborada principalmente por uma mulher da família⁸. Essas mensagens curtas promoviam um conforto aos expedicionários que se preocupavam com a situação financeira de suas famílias, já que a maior parte dos convocados vinha de origem humilde:

Ao final de todas as edições de “Mensagens” uma nota informava que “A sua esposa, a sua noiva, a sua irmã, os seus amigos precisavam de notícias. Escrevam sempre. As cartas confortam e fazem

3 SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964). Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras. Orientador: Drª Zélia Lopes da Silva, Assis, 2018, p. 26.

4 BARBOSA, Michele Tupich. Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

5 BARBOSA, Op. Cit, p. 11.

6 SILVA, Idem, p. 38.

7 SILVA, Op. Cit, p. 30.

8 SILVA, Idem, p. 40

bem”. Pela análise de tal nota, é significativo apontar que a correspondência parecia ser direcionada, especialmente, às mulheres, como uma forma de acalmá-las enquanto aguardavam o retorno de seus maridos, noivos, pais, filhos e irmãos, ao passo que também funcionava no sentido de levantar o moral dos soldados, muito preocupados com suas famílias e a situação financeira delas. Tomemos como exemplo uma grande matéria publicada na edição número 1, em janeiro de 1945, intitulada “Confiam na vitória e no breve regresso de vocês”. Essa matéria aparece dividida em “seções”, que eram: “mães”, “esposas”, “uma noiva” e “irmãs” e trazia como linha fina a seguinte informação: “Não se preocupem: gozam saúde e nada lhes falta, a não ser vocês”, ou seja, parece clara a intenção de, mais uma vez se dirigindo aos expedicionários, tranquilizá-los sobre a situação de suas famílias⁹.

Uma prática meritória foi a motivação às associadas da LBA escreverem cartas aos militares. Essas mulheres receberam o apelido carinhoso de “Madrinhas”, em função da campanha de janeiro de 1945, intitulada “Madrinha do Combatente” ou “Madrinha de Guerra”¹⁰. Assim, era confiada a missão às engajadas de levantar o moral dos combatentes, quer seja na troca de missivas, quer seja na visita aos hospitalizados ou na assistência às suas famílias. Nas cartas, relatavam notícias da terra natal, desde que não afetassem os interesses políticos do governo brasileiro, falavam sobre suas vidas particulares e de familiares, os motivando a permanecerem na luta. Além desses fatores, Silva ainda realiza a análise iconográfica da supracitada campanha, pois por meio de um cartaz do DIP, em que um expedicionário é ilustrando lendo uma carta, ao fundo da imagem pode ser vista uma família, com a mensagem marcante da LBA aos militares: “alguém protege teu lar!”¹¹.

Os pesquisadores Silva e Maynard¹² explicam que a atuação da LBA aconteceu não somente por uma inspiração da primeira-dama Darcy Vargas, mas também de uma iniciativa das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria.

No estudo, os pesquisadores explicam que a “LBA funcionou nos âmbitos nacional, estadual e municipal – através da Comissão Central (CC), Comissões Estaduais (CE) e Centros Municipais (CM), respectivamente”¹³ e que em todos os momentos, a presidência esteve à frente, com a liderança sempre a cargo de uma primeira-dama. Essa equipe era formada em parceira com organizações comerciais e

9 SILVA, Ibidem, p. 41

10 SILVA, Ibidem, p. 41-42

11 SILVA, Ibidem, p. 43

12 SILVA, Naédja da. MAYNARD, Dilton Cândido S. A Legião Brasileira de Assistência na Segunda Guerra Mundial (1942-1945). Boletim Historiar, vol. 05, n., 01. Jan/Mar 2019, p. 14

13 SILVA, MAYNARD, Op. Cit., p. 14

industriais locais, sempre “de caráter campanhista, visando principalmente angariar doações da sociedade”¹⁴.

Dentre outros aspectos, “essa campanha objetivava estimular as mulheres a ‘amadrinhar’ os expedicionários, de modo a estarem em constante correspondência com eles, atendendo-os no que fosse possível”¹⁵. As cartas tinham o objetivo de trazer alguma forma de alegria ao soldado que estava frente ao combate, de forma a amenizar suas tristezas. Embora a iniciativa fosse fortemente altruísta, não passava despercebida pela atuação do Estado, sobretudo pela atuação do DIP nos periódicos da época.

As madrinhas da LBA no jornal O Globo Expedicionário

Ao longo do Estado Novo de Getúlio Vargas, o trabalho da imprensa era inspecionado pelo DIP, “criado em dezembro de 1939, que, efetivamente, trabalhava pela legitimação do regime Vargas perante a opinião pública”¹⁶. Segundo a historiadora Carmen Lúcia Rigoni, esse departamento funcionava tal qual um ministério, sendo todas as informações reportadas diretamente ao presidente Vargas.

Segundo Rigoni, era no DIP que funcionava o centro de jornalismo do governo de Vargas¹⁷, trazendo, através da imprensa, informações sobre a atuação do Exército brasileiro na Itália. Todavia, era evidente que a “imprensa dizia à população que os representantes do Exército brasileiro estavam conquistando para o Brasil o direito de participar da reconstrução da sociedade democrática, mas, na verdade, tudo era uma grande ironia.”¹⁸ Essa ironia é explicada a partir da questão de que os combatentes da FEB rumaram à Itália em função de libertar os povos oprimidos pelo jugo do totalitarismo nazista e fascista.

Em 7 de setembro de 1944, então aniversário da independência do Brasil, O Globo Expedicionário lançou uma coluna intitulada: “O que as ‘madrinhas’ estão fazendo por vocês”¹⁹. Com a entrevista da voluntária da LBA, a senhora Martinez de Hoz, o jornal enfatizou “o extraordinário alcance e inestimável utilidade do movimento patrocinado pela Legião Brasileira de Assistência sob o título de ‘campanha das madrinhas dos combatentes’”²⁰. Na fotografia exposta na segunda página do periódico, é perceptível uma mulher de acordo com os parâmetros sociais da época, tanto no que diz respeito à sua vestimenta, quanto na atenção em sua atividade altruísta, aprovada pelo Estado, sociedade e imprensa.

Com vistas a realizar uma aproximação com a iniciativa, o jornal caracterizava a madrinha enquanto uma mulher atenta aos sofrimentos e desejos do combatente,

14 SILVA, MAYNARD, *Idem*, p. 14

15 SILVA, MAYNARD, *Ibidem*, p. 18

16 RIGONI, *Op. Cit.*, p. 2

17 RIGONI, *Idem*, p. 2

18 RIGONI, *Ibidem*, p. 2

19 O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, O que as “madrinhas” estão fazendo por vocês. O Globo Expedicionário, Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1944, p. 2.

20 O Globo Expedicionário, *Op. Cit.*, p. 2

ainda que de forma impessoal, prestando assistência direta ao combatente. No texto, são perceptíveis elementos em forma de trocadilhos, como em “formando no vasto front da retaguarda” e de devoção à causa da guerra em “divulgar o que fazem por vocês, essas mulheres abnegadas”. Percebe-se, ainda, a caracterização em função da forma física da mulher em “jovens e senhoras, loiras ou morenas, de todas as condições sociais e que simbolizam, em seu silencioso trabalho, o espírito de colaboração e desprendimento da mulher do Brasil.”²¹

Mais adiante, o subtítulo “Madrinha de todos os expedicionários”, também na segunda página, permite ao historiador que analisa essa fonte histórica uma série de impressões. Primeiramente, a tentativa de criar um simbolismo para os leitores da época acerca da voluntária, Sra. Martinez de Hoz, a qual o jornal faz uma espécie de menção honrosa. Sobre essa perspectiva, o editorial destaca que a Sra. Hoz “é figura do maior realce na sociedade do Rio”²², mas ainda assim, ela conseguia tempo não só para separar cigarros aos combatentes, como para proporcionar uma entrevista ao O Globo – mesmo que falasse por monossílabos, como destaca a redação.

Além disso, ela recepcionava contribuições para os expedicionários, escrevia cartas, confeccionava suéteres e utilizava seu prestígio social a fim de conseguir tudo o que estava ao seu alcance para os combatentes. “E, sempre com um sorriso, espera que a luta termine, para, no regresso do vitorioso Exército do Brasil, formar na primeira fila dos que vão aplaudir todos vocês”.²³

Segundo Rigoni²⁴, a LBA também atuava na saída dos navios que, dessa forma, encaminhavam para o teatro de operações os produtos arrecadados nessas campanhas. A vantagem era deixar de lado as burocracias que o Serviço Postal da FEB precisava lidar ao inspecionar todas as encomendas dos civis aos militares. Assim, também poderiam enviar as correspondências sem maiores dificuldades, o que agilizava o processo de comunicação²⁵.

O jornal O Globo Expedicionário, a partir de então, passou a entrevistar outras madrinhas, projetando uma espécie de novas heroínas nestas mulheres comuns, dedicadas ao voluntariado da LBA. A coluna “Quem ainda não tem madrinha?” ocupava um espaço de destaque na primeira página do O Globo Expedicionário de 28 de setembro de 1944, com uma entrevista da senhora Lourdes Rosemburg, com continuação na segunda página da mesma edição. Destaca-se, assim como a senhora Martinez de Hoz, que a senhora Lourdes Rosemburg também não parou seu trabalho para ser entrevistada.

A redação mais uma vez explica, na segunda página, que “para as mulheres do Brasil, nada mais agradável que animar com uma lembrança qualquer, com algumas palavras de estímulo ou manifestação de um interesse todo especial, os que seguiram

21 O Globo Expedicionário, Op. Cit., p. 2

22 O Globo Expedicionário, Idem, p. 2

23 O Globo Expedicionário, Ibidem, p. 2

24 RIGONI, Op. Cit., p. 11

25 O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, Quem ainda não tem madrinha? O Globo Expedicionário, Rio de Janeiro: 28 de setembro de 1944, pp. 1-2.

para a guerra e que ajudarão a esmagar o nazi-fascismo”²⁶. Em paralelo, destaca-se que a mulher brasileira era exemplo de capacidade de trabalho, tal qual o exemplo da senhora Rosemburg.

Segundo o jornal, a senhora Rosemburg era uma das colaboradoras mais entusiasmadas da campanha da LBA, se dedicando a todos os expedicionários na confecção de suéteres e meias de lã. Assim, a senhora Rosemburg ainda explica que os combatentes adoravam cigarros e chocolates, mas que adoravam principalmente os “capacetes de tricô” – que foram confeccionados “no ônibus, no bonde e até mesmo no teatro...”. Essa dedicação, embora altruísta e abnegada, se relaciona à opinião pública – não somente ao moral do soldado.

As madrinhas da LBA na escrita de correspondências aos expedicionários

A historiadora Teresa Malatian²⁷, explica que as cartas revelam na escrita da vida privada parte da intimidade, de quem transmite e de quem recebe essas informações. Afirmar-se que nessas relações se estabelece um complexo movimento entre o que é íntimo e ostensivo, principalmente ao que o autor escreve sobre si mesmo. A revelação da intimidade em uma carta assim, divide-se em duas categorias: as dizíveis – que tratam sobre os detalhes do cotidiano; e as indizíveis – no qual o interlocutor supõe certas notícias, como as questões conjugais. Todo o movimento de escrita remete à necessidade de reciprocidade entre esses interlocutores:

Longe de serem espontâneas, as cartas ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si, numa imagem pessoal codificada. O ato de escrever cartas a familiares, amigos ou colegas de profissão reuniu os indivíduos ansiosos por receber notícias dizíveis (doenças, tratamentos de saúde, trabalho, detalhes do cotidiano) e apenas fazer supor as indizíveis (gravidez, problemas conjugais, dúvidas e incertezas religiosas, dinheiro, morte, sexo). Criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância. Mas comportava, como todo diálogo, silêncios, rupturas, retomadas ao sabor dos interesses e das afeições. As reações provocadas por oscilações no fluxo de cartas são bem visíveis nas linhas irritadas, decepcionadas ou angustiadas dos correspondentes.²⁸

Ainda, acerca das fontes abaixo, percebe-se que a autora das correspondências, uma madrinha de guerra, teria escrito suas cartas contando suas tarefas rotineiras e detalhes de seu cotidiano. A autora por vezes relata sua inscrição em seu espaço

26 O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, Op. Cit., pp. 1-2.

27 MALATIAN, Op. Cit. p. 197-198

28 MALATIAN, Idem. p. 197-198

de trabalho e deslocamentos, como viagens e passeios. Como detalhe a mais, supõe-se que antes de enviá-las ao remetente, teria mimeografado esses papéis com o intuito de arquivar seus escritos. Supõe-se ainda que, nessa mesma linha de raciocínio, que a madrinha de guerra que teria guardado essas correspondências em seu arquivo pessoal e, com o passar do tempo, entregou essas cartas na Associação de Ex-combatentes do Rio de Janeiro, permanecendo sem estudo até o presente momento.

Acerca da análise de correspondências, é possível afirmar que essas cartas possuem um viés íntimo, fazendo parte de um contexto da vida privada de ambos – e por esse motivo, não temos autorização para revelar seus respectivos nomes. A linguista Eliane Vasconcellos²⁹ esclarece que o pesquisador precisa estar atento às determinações judiciais para o uso de cartas enquanto fontes de pesquisa, pois, os direitos pertencem àqueles que se correspondiam. Primeiramente, o direito autoral é do remetente, e o destinatário possui seu direito material – ambos, assim, possuem seu direito à intimidade. Os arquivos locais, conforme os supracitados, guardam esses materiais, proporcionando novas pesquisas sobre diversos temas.

Do ponto de vista jurídico, o signatário detém o direito autoral da carta; o destinatário possui o direito material, ou seja, é dono do suporte, normalmente o papel, onde a carta foi escrita, e os dois são protegidos pelo direito à intimidade, assim também como aqueles que são mencionados no texto em questão. O arquivo apenas guarda a documentação.³⁰

Assim como as notícias fomentadas pelo jornal O Globo Expedicionário, a escrita de correspondências também era uma iniciativa proposta pela LBA. A atuação das madrinhas na escrita das correspondências despertava o bom moral nos soldados, com vistas ao sucesso das operações na guerra. Nessa relação, apresenta-se uma correspondência, a título de exemplo de como uma madrinha se comunicava com um expedicionário. Conforme explicado anteriormente, o nome de ambos foi preservado e suprimido nesta divulgação, sobretudo porque não foram encontrados familiares vivos para solicitar a autorização.

Joaquim Xavier da Silveira, um ex-soldado combatente da FEB, explicou em seu livro sobre a questão dos enfermos, tal qual o expedicionário que a madrinha de guerra se correspondia. Os combatentes que precisaram de tratamentos mais avançados, eram recolhidos por avião na Itália e transferidos para os EUA, para um atendimento mais apropriado. O dia da vitória da FEB foi em 8 de maio de 1945 e, se esse tratamento fosse superior a 120 (cento e vinte) dias, o expedicionário deveria permanecer em território americano para sua recuperação. Segundo a datação das fontes, o tratamento do expedicionário o qual a madrinha se relacionava foi superior a esse prazo – que seria, aproximadamente, até 8 de setembro de 1945.

29 VASCONCELLOS, Eliane. Carta-missiva. Remate de Males, Campinas, SP, v. 18, p. 62–70, 2012.

30 VASCONCELLOS, Op. Cit. p. 64

Em todas essas unidades hospitalares havia pessoal do Serviço de Saúde Brasileiro para prestar atendimento aos feridos ou doentes da FEB. O soldado que podia se recuperar ia ter sua convalescença em Montecatini, aprazível estação de águas medicinais, entre Pistóia e Florença, e de lá retornava à sua unidade ou ao Depósito de Pessoal, para o novo destino. Quando essa recuperação tinha previsão para o prazo superior a 120 dias, o paciente era removido de avião para os Estados Unidos, onde receberia tratamento apropriado. Esse esquema funcionou toda a guerra, permitindo, dentro das circunstâncias, um correto atendimento³¹.

A correspondência da madrinha de guerra (E. A. F.), que estava na capital federal, Rio de Janeiro, foi escrita em 29 de agosto de 1945. Essa moça, segundo seus relatos, trabalhava em um escritório na rua Haddock Lobo, no bairro Tijuca – Rio de Janeiro então capital federal e frequentava o curso de Comércio. Ao que tudo indica, era uma jovem solteira, de hábitos simples e personalidade crítica e reflexiva quanto aos acontecimentos políticos na capital, onde morava, trabalhava e estudava. O seu afilhado, o 3º sargento (O. C. O.), conforme ressaltamos, estava internado com um ferimento nos EUA – mais precisamente, no Northington General Hospital, em Tuscaloosa, no Alabama. Atualmente, o hospital está denominado como Northport Medical CTR, e está localizado próximo à Universidade do Alabama³².

Enfim, apresenta-se a correspondência censurada escrita por (E. A. F.) em 29 de agosto de 1945, ao seu afilhado (O.C.O.). Com sua metodologia didática, (E. A. F.) expressa em sua primeira carta a (O.C.O.), por vezes, seu estado moral com bons sentimentos, como felicidade e alegria. Nesses tópicos é possível perceber o empenho dessa moça em não apenas cumprir um dever cívico de escrever para um homem que estava acamado no pós-guerra, mas sobretudo de realmente dedicar seu tempo a tentar compreendê-lo e conversar com ele. Por esse e outros motivos ela explica como ficava alegre quando recebia uma “cartinha” e com o envio de outra para seu destinatário – e que, para isso, ela sempre tinha tempo disponível.

Nesse ínterim, a madrinha explica que fazia essa atividade por solidariedade e gosto, e que isso não representava um sacrifício – como o expedicionário possivelmente supôs em sua primeira carta. Esperava, ainda, que o militar passasse a sentir saudades brancas, no lugar de saudades negras, da pátria – o que talvez possa significar que ele estava sofrendo com a angústia de estar longe da família e de locais conhecidos. Como ponto importante para a análise desse diálogo, também solicita que ele explique qual ferimento o fez baixar no hospital nos EUA. Compromete-se, assim, a escrever muitas dúzias de linhas em cartas para ele, como é possível verificar na transcrição abaixo:

31 SILVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Editora Expressão e Cultura – Exped. Ltda., 2001, p. 105.

32 Consulta realizada pela autora no site Google Maps sobre o Northington General Hospital – 2700 Hospital Dr, Northport, AL 35476, Estados Unidos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1945

VIA AÉREA SIMPLES

Meu gentilíssimo afilhado O.C.O.

Em primeiro lugar, peço licença para tratá-lo como meu afilhado pois de acordo com os dizeres de sua gentilíssima cartinha data de 24 do corrente, chegada em meu poder hoje precisamente às 8h45, creio que tenho o direito de tratá-lo assim. Caso contrário, peço que retruque em sua breve e próxima cartinha, sim? Delicado afilhado, não sei como tratá-lo, pois que não queres que eu te trate de ilustre. Sendo assim, deverás dizer-me como devo tratá-lo, pois não gosto de ser alvo de comentários, principalmente com respeito a tratamentos que muitas madrinhas dedicam aos seus afilhados somente com a finalidade de agradá-los e afinal de contas, alguns deles pensam que o tal tratamento é feito com convencimento ou saliência. Creio que me compreenderás. Por este motivo, deverás dizer como devo tratá-lo da maneira que melhor te agradar e, assim o farei. Está bem? O., para que se torne mais fácil a leitura de minhas cartinhas, creio que será muito interessante que abra alguns tópicos abrangendo os assuntos mais interessantes, que tal? Naturalmente que vai aprovar. Não?

TUA CARTINHA – És deveras modestíssimo. Com a de tão bem redigida cartinha, senti-me bastante alegre, feliz e radiante. Enfim, como desejavas que eu me encontrasse, não é? Começaste a mesma muito bem e agradou-me bastante, pois és idêntico à minha modesta pessoa. Isto é, sem falar muito em ti. Porém, espero que depois fale algo. Verdades e não vantagens. Pois é o que atualmente se mais fala. Meu precioso tempo? Em absoluto. Nem calculas a alegria que me causa a recepção de uma cartinha bem como a remessa de outra a ti. Para isto sempre arranjo tempo.

SURPRESA – Em absoluto. Já esperava, pois gosto mais de ti por este motivo, pois atendeste as palavras que afinal de contas havia redigido a outrem. Sinto-me orgulhosa em ser merecedora de tantas atenções e farei todo o possível de agradar-te. Quanto aos selos. Naturalmente que tendo tantas madrinhas a despesa talvez suba ao nível dos fundos. Porém, espero que tu não pules. Ou será que também tens umas 20 madrinhas. Diga-me. Quem sabe se não é tu que estás pulando? Responda-me. De agora em diante, poderás ficar descansado que não é trabalho, porém escrever-te-ei sempre bem como tu me responderás sempre, não é?

SACRIFÍCIO - Jamais admitirei que digas tamanha bobagem. Pois quando se faz algo por solidariedade ou gosto, não poderemos classificar como sacrifício. Tu achas que escrever para ti é sacrifício. Cá para nós, talvez seja sacrifício do patrão, pois aqui no escritório há sempre trabalho, porém naturalmente acho sem-

pre uma folguinha para redigir-te algumas linhas. Como vês, só mesmo à máquina, pois se fossem manuscritas não havia papel que chegasse. Espero que não sintas mais muitas saudades da pátria, ou seja, que agora as sinta saudades brancas e não negras como me disseste.

O., modéstia a parte, porém tenho a obrigação de agradecer-te a admiração que dizes ter por mim. Depois de receber esta cartinha de 24 deste, somente poderei dizer a mesma coisa a tua tão meiga e distinta pessoa. E, espero que também seja bastante feliz e que não estejas sofrendo coisa alguma. Na tua próxima, diga o que tens e qual o ferimento que te levou a baixar esse Hospital. Sim. Gostei também do tratamento que me dás, só assim terei menos constrangimento em conversar contigo por cartas naturalmente. Mesmo assim, quando alguma coisa não te agradar, deverás dizer-me.

PALAVRAS USADAS PELAS MADRINHAS – Com respeito a este assunto, poderás enviar-me todas as palavras que queres que eu use para contigo e, passarei a usá-las. Porém com teu consentimento. Está bem? Por que não tens certeza de queres ser afilhado? Responda-me. Pois acho um tanto incompreensível a maneira que expressaste. Pois como vês já te aceitei. Agora quem diz sou eu. **SEREI ACEITA?** Nunca ei de te escrever meia dúzia de linhas e sim muitas dúzias.

MINHA PERSONAGEM – Cá para nós. A mais ilustre ao atual século. Auxiliar de escritório da firma (...) – Haddock Lobo, (...) – Rio – Trabalhando das 8 da manhã às 5 da tarde com um intervalo de 1,45 para almoço e 2 intervalos de 15 minutos para lanche. Um de manhã e outro à tarde. Aliás, esta carta foi interrompida precisamente às 9,45 para voltar a ser escrita às 10 horas. Justamente hora em que fui fazer um pequeno lanche. À noite, estudo comércio das 7 às 10 horas. Estou atualmente no 4º ano básico. Gosto imensamente de teatros, cinemas, festas, bailes, pic-nics, enfim toda espécie de divertimentos. Somente não gosto muito de tesourar a vida alheia. Pois meu tempo é contado e simplesmente dá para cuidar de mim, meu trabalho, um pouco de meu estudo e meu afilhado.

NOVIDADES – Gentil afilhado O., quanto as novidades, são tantas que creio que em 1 mês não seria suficiente para contar-te. Sendo assim, por alto te digo. No momento a chegada do 1º escalão da FEB. Convencimento dos nossos pracinhas que vieram bem importantes da Europa. Na minha opinião, acho que não é para menos quem fez o bonito naturalmente que tem razão de ficar convencido. Não achas?

PRAZERES – Sobre esse assunto, somente poderei dizer-te que atualmente o maior prazer que paira sobre nós é o término da guerra. Graças ao bom Deus, a paz reina novamente clara e límpida sobre todo o mundo. Achas que poderá existir maior prazer do que este? Diga-me. Pois os prazeres de alegrias como esta-

mos muito acostumados, já poderemos tratar de hábitos e não prazeres. Não achas?

TEMPESTADE – Com respeito à tempestade, creio eu que queres te referir à política, não é? Pois há muito não chove aqui. Meu amigo. Na minha opinião, deverá continuar no poder o nosso muito bom e querido chefe da nação Getúlio Vargas. Não sei se és da mesma opinião que eu. Porém esse homem tem feito bastantes benefícios por nosso país. A classe trabalhista do operariado em geral é a favor dele pois são justamente os favorecidos, porém a classe de “lords” são contra. Também não é para menos, trata-se de gananciosos que somente querem para si, sem pensar nos pobres coitados que vivem por aí sofrendo. Isto são opiniões.

DIA 29/8/45 – Digo o que fiz até agora 10,25 horas. Vim trabalhar. Recebi tua carta. Estou respondendo. Às 11,30 porei a mesma no correio. Serviço mais ou menos. Algumas cartinhas da firma, etc. etc. O dia um pouquinho nublado e fresco. Logo mais não sei o que farei. Meu afilhado, o 7 de setembro está próximo. Depois contar-te-ei por alto a parada, pois com certeza irei apreciá-la.

Meu gentilíssimo afilhado O., aqui despeço-me de ti, na expectativa de nova resposta no mais curto prazo possível. Tenho fé em Deus que esta há de te encontrar bastante alegre e sem estar sofrendo. Espero também que não se canses com a leitura da mesma. E não pules por causa dos selos da resposta. Pois eu ainda não estou pulando.

O., receba então os meus mais alegres e calorosos cumprimentos e me responda bem depressa, sim?

Tua madrinha de paz (se aceitares).³³

Conforme visto, a madrinha de guerra explica que era auxiliar de escritório de uma determinada firma situada na Tijuca, no Rio de Janeiro, mais precisamente, na rua Haddock Lobo. Explicou sua rotina de trabalho, que ia das oito horas da manhã até às dezessete horas, com alguns intervalos para lanches e almoço. Também explicou sua rotina de estudos, em um curso noturno de Comércio, com aulas que iam das dezenove às vinte e duas horas. Ela explica que estava no quarto ano básico, o que se supõe atualmente ser similar à uma faculdade ou curso técnico em Administração.

A moça cita seus diversos gostos e hábitos em frequentar “teatros, cinemas, festas, bailes, pic-nics”, por gostar de várias formas de divertimento. Com todas essas atividades, ela explica que o tempo dela seria contado para cuidar dela, de seu estudo, trabalho e de seu afilhado. Em termos da análise da situação dos militares, a jovem aponta que a novidade do momento era a chegada do 1º escalão da FEB no

33 Correspondência censurada de 29 de agosto de 1945. Remetente: (E. A. F.) Rio de Janeiro, Brasil. Destinatário: 3º sargento (O. C. O.) Northington General Hospital, Tuscaloosa, Alabama, Estados Unidos da América. Acervo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – RJ, [1945], grifos nossos.

Brasil – e que os militares que voltaram da Europa estavam se sentindo bem importantes. Mas que ela aprovava a conduta de estarem “convencidos” por terem feito “bonito” na guerra. Ela afirma que tinha prazer em saber da notícia do fim da guerra, com a paz reinando “clara e límpida” sobre o mundo. Para a moça, as alegrias cotidianas deveriam ser tratadas como hábitos, e não como prazeres.

Acerca da situação política, (E. A. F.) disse que há muito não chovia, ou seja, não ocorriam mais tempestades políticas como outrora. A madrinha se mostra favorável à figura de Getúlio Vargas enquanto presidente, por ele ter proporcionado muitos benefícios ao país. Conforme ressaltamos, a autora da carta possuía um forte temperamento crítico, e deixa evidente que era favorável ao apoio da classe trabalhista e operária ao chefe da nação, sendo contra à elite ou os “lordes”. Finaliza seu pensamento político com uma frase de fechamento, passível de amenizar quaisquer críticas sobre seus pensamentos e estar favorável à figura de Vargas, com um destaque para: “Isto são opiniões”. Ela ainda possivelmente critica mais uma vez o serviço do correio, por dizer que este, ou o trabalho dela, era um “serviço mais ou menos”.

Ao fim, ela conta que iria assistir o desfile das celebrações da data de 7 de setembro e voltaria com mais novidades para seu afilhado. Formulou seus votos de alegria e cessão dos sofrimentos ao militar, pedindo a este que escrevesse uma carta de resposta à ela “bem depressa”. Finaliza então, não com o termo “madrinha de guerra”, mas sim com a expressão “madrinha de paz”, fazendo alusão aos tempos pacíficos que passou a cultuar após o término do conflito mundial.

A partir da análise de sua carta, é possível afirmar que (E. A. F.) possuía experiência para escrever suas cartas aos expedicionários – mas não deixava de expressar suas opiniões políticas. Além disso, a moça contava um pouco de seu cotidiano em seu trabalho e estudos, entretanto, não detalhava os pormenores de sua vida particular, como os relacionamentos afetivos e relações familiares. Não é possível afirmar se esta era casada ou casou-se após a troca de cartas com o expedicionário, pois ela não deixou vestígios sobre essa informação.³⁴

Em virtude dos aspectos analisados, cabe entender que a madrinha de guerra buscava assuntos para entreter e animar o expedicionário que estava longe do Brasil há mais tempo que os demais, devido sua situação de saúde. Ela enumera tópicos de sua rotina e hábitos comuns de uma moça brasileira que viveu na década de 1940, estabelecendo assim uma nova perspectiva em verificar o comportamento social da época. Assim, (E.A.F.) viveu sua vida, escrevendo mais algumas correspondências a (O.C.O.) que serão analisados de forma mais profunda no próximo momento oportuno.

Considerações finais

Por fim, pesquisas sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, bem como a atuação da LBA e da imprensa do período, podem ser caracterizadas como um somatório de fatores que revelaram a influência de um período importante para a História. Nos revela também de uma profícua atuação dos militares expedicio-

34 Correspondência, 29 de agosto de 1945, Op. Cit., transcrição nossa, sic passim.

nários que, mesmo com todos os desafios de ordem material ou imaterial, cumpriram bem o “‘bom combate’ contra um inimigo aguerrido e preparado”³⁵. Assim também se empenharam suas madrinhas de guerra – em uma atuação do gênero feminino de forma surpreendente.

As missivas desses contemporâneos e suas respectivas redes de sociabilidade, dentre os militares e madrinhas de guerra, ficaram perdidas no tempo e no espaço – cabendo aos historiadores da contemporaneidade pesquisá-las e valorizá-las enquanto fontes históricas. Constata-se que ainda existe muito para se pesquisar em prol de todo o sistema que entregava um alento aos expedicionários enviados para o conflito. A LBA surgiu em agosto de 1942 com o intuito de auxiliar os recrutados para a FEB, com uma missão de trazer um conforto para as famílias abaladas com a notícia que seus filhos iriam para a guerra na Europa.

As voluntárias engajadas com os discursos da primeira-dama, Darcy Vargas³⁶, se esforçaram para ajudar os expedicionários que estavam lutando na guerra, sobretudo para elevar o moral desses combatentes. Assim, a LBA atuou no Brasil até 1995 e “também inscreve-se em uma trajetória histórica de aliança entre o Estado e a sociedade civil para a efetivação da assistência social.”³⁷

Assim, a atuação da Força Expedicionária Brasileira nas ofensivas contra o Eixo foi de suma importância no território italiano e esses desafios trouxeram muitos avanços na vitória dos países Aliados. Mesmo assim, é possível notar que, dentre tantos desafios, a FEB além de cumprir a missão de pôr fim à ofensiva nazista, também desempenhou, com considerável destreza, outras funções como a do Serviço Postal e a atuação da LBA. Dentre tantos aspectos que ainda devem ser explorados na continuidade desses estudos, espera-se que, hoje e sempre, a cobra continue fumando.

Referências

Correspondência censurada de 29 de agosto de 1945. Remetente: (E. A. F.) Rio de Janeiro, Brasil. Destinatário: 3º sargento (O. C. O.) Northington General Hospital, Tuscaloosa, Alabama, Estados Unidos da América. Acervo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – RJ, [1945].

Google Maps. Consulta realizada pelos autores no site Google Maps sobre o Northington General Hospital – 2700 Hospital Dr, Northport, AL 35476, Estados Unidos. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/xLpsYKLUCSqDNxtW9>

O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, O que as “madrinhas” estão fazendo por vocês. O Globo Expedicionário, Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1944, p. 2.

O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, Quem ainda não tem madrinha? O Globo Expedicionário, Rio de Janeiro: 28 de setembro de 1944, pp. 1-2.

35 RIGONI, Op. Cit. p. 16.

36 SILVA, Idem. p. 14-15

37 SILVA, Op. Cit. p. 14-15

BARBOSA, Michele Tupich. Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MALATIAN, Teresa. Cartas-Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.

RIGONI, Carmen Lúcia. A imprensa brasileira durante a 2ª Guerra Mundial (1944-1945): Fortalecendo o mito do herói. *Ars Historica*, v. 3, 2011, p. 1-16. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/ars/article/view/45205>

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964). Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras. Orientador: Drª Zélia Lopes da Silva, Assis, 2018.

SILVA, Naédja da. MAYNARD, Dilton Cândido S. A Legião Brasileira de Assistência na Segunda Guerra Mundial (1942-1945). *Boletim Historiar*, vol. 05, n., 01. Jan/Mar 2019, p. 13-29. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Editora Expressão e Cultura – Exped. Ltda., 2001.

VASCONCELLOS, Eliane. Carta-missiva. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 18, p. 62–70, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636136>



Tenente-Enfermeira da FEB Helena Ramos: O entusiasmo feminino pela carreira das armas

Daniel Mata Roque¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a trajetória biográfica de Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, como mulher, profissional e militar veterana. Baseamo-nos em investigação documental em arquivos militares, universitários, judiciais, cartoriais e hemerográficos, além de bibliografia de aderência. Examinamos as facetas de Helena e a configuração de sua personalidade como ex-combatente, com ênfase na ideia de tradição militar familiar e vocação feminina para a carreira bélica.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Segunda Guerra Mundial; Enfermagem militar; História da Enfermagem; Biografia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the biographical trajectory of Helena Ramos, a nurse in the Brazilian Expeditionary Force during World War II, as a woman, professional, and veteran soldier. Our research is based on documentary investigations in military, university, judicial, registry, and newspaper archives, as well as relevant bibliography. We examine the facets of Helena and the configuration of her personality as a

¹ Cineasta e Historiador. Doutor em Ciências, com pós-doutorado na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa e professor do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias do Exército Brasileiro. Presidente da Direção Central da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - Seção Rio de Janeiro, exercendo cargos de diretoria nas duas instituições. Diretor da Pátria Filmes e do Festival Militum. Membro do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e pesquisador do Museu Virtual da FEB.

former combatant, emphasizing the idea of family military tradition and the female vocation for a military career.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; World War II; Military nursing; History of nursing; Biography.

Introdução²

A história do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), particularmente nossa participação efetiva com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) entre 1944 e 1945 no Teatro de Operações do Mediterrâneo, pode ser abordada de vários ângulos e sob múltiplas óticas, já tendo sido amplamente estudada e analisada pela historiografia (McCann, 1995; Alves, 2002; Maximiano, 2010; Ferraz, 2012; Lochery, 2015; Oliveira, 2015; Latfalla, 2019; Pereira, 2024).

Em uma pesquisa continuada (Roque, 2019; Roque; Bernardes, 2022; Roque; Blajberg; Porto, 2024; Roque; Porto, 2025a; Roque; Porto, 2025b), interessa-nos particularmente a participação feminina na FEB, operacionalizada através do chamado voluntário que incorporou sessenta e sete enfermeiras ao Exército Brasileiro – primeiro ingresso oficial de mulheres nas Forças Armadas do Brasil –, e principalmente os efeitos colaterais daí advindos, (trans)formando suas vidas e criando a identidade de veteranas de guerra.

Formalmente nomeadas militares, com as vantagens e os sacrifícios da carreira bélica, essas enfermeiras vivenciariam os benefícios e os desafios da atividade fim da vida militar: fazer a guerra. Essa experiência teve alguns efeitos colaterais, e um deles foi expor essas mulheres, embora não combatentes da linha de frente, ao ambiente, às sensações, às visões, às privações e aos horrores coletivos da guerra. Não eram simples vítimas do ambiente, como tantos civis o foram, mas agentes que saíram de seus lares pacíficos para lidarem diretamente com o sofrimento extremo. Ao retornarem, eram ex-combatentes, veteranas do maior conflito armado da história humana, como milhares de compatriotas.

Assim sendo, o presente artigo tem o objetivo de analisar a trajetória biográfica de Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, como mulher, profissional e militar veterana, com ênfase na ideia de tradição militar familiar e vocação feminina para a carreira bélica.

Família

Helena Ramos nasceu no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, em 08 de abril de 1908. Era filha de Maria da Conceição Nheco Ramos e de Carlos Ramos, e teve duas irmãs: Aída e Carlota.

2 Versão deste artigo foi publicada como capítulo em ROQUE, Daniel Mata (org). A Veterana: perfil biográfico da 2º Tenente Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019 (2ª edição em 2022).

O pai, nascido na Bahia em 22 de julho de 1864, era farmacêutico e oficial da Marinha de Guerra, onde ingressou por concurso em 1886 e foi reformado no posto de contra-almirante em 1921. Durante a carreira serviu no Cruzador República e na Flotilha do Alto Uruguai, dirigiu o Laboratório Farmacêutico e o Gabinete de Análises da Marinha, onde teve atuação destacada durante a pandemia de gripe espanhola em 1918. O Almirante Carlos Ramos faleceu em 25 de abril de 1941, e desde 1975 empresta seu nome a uma rua em São Paulo-SP (Roque, 2021).

Imagem 1 – Carlos Ramos, pouco tempo após ingressar na Marinha de Guerra, como jovem oficial, possivelmente na década de 1890



Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
(fotografia doada à DPHDM por sua filha Carlota)

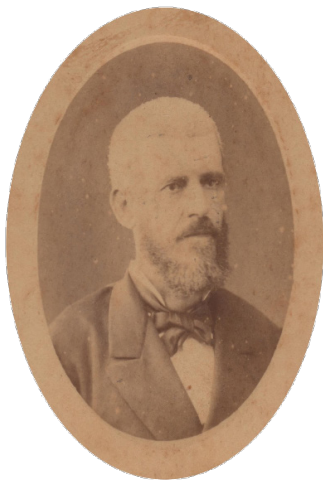
O Almirante Carlos Ramos era neto de Manoel do Nascimento Matta (aprox. 1790-1854), homem livre que nasceu em Angola e serviu nas Forças Armadas Portuguesas no contexto colonial, como voluntário, cerca de quatorze anos. Foi soldado na 2ª Companhia do Corpo de Milícias de Luanda de 1803 a 1813, quando deu baixa. Retornou à ativa, passando ao posto de alferes do Corpo de Ordenanças de Luanda em 1814, licenciando-se em setembro de 1816. Foi promovido a capitão agregado

do Corpo de Ordenanças de Luanda em 03 de dezembro de 1817, por proposta do Senado da Câmara (equivalente, no Brasil de hoje, à Câmara Municipal). Passou a capitão efetivo da 1ª Companhia do Corpo de Ordenanças de Luanda, também por proposta do Senado da Câmara, em 06 de junho de 1818 (Roque, 2021).

Com esta folha de serviço, Manoel tentou o reconhecimento da coroa portuguesa, pleiteando ser admitido na Ordem de Cristo, a mais importante ordem honorífica do reino português. A demanda foi atendida em portaria de 18 de dezembro de 1824, assinada por Dom João VI (Roque, 2021).

Na sequência, o Governador do Reino de Angola, Nicolau de Abreu Castelo Branco, em ofício de 09 de junho de 1825, se dirige ao Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar do Reino de Portugal para dizer que seria conveniente transferir o “preto” Manoel do Nascimento Matta para outra ordem, de menor importância, destacando que a Ordem de Cristo jamais havia sido concedida a um homem “inteiramente negro” e que, caso o fosse, seria um incômodo para muitos brancos de Angola já possuidores da mesma condecoração, que se “envergonhariam” de utilizá-la publicamente. O governador sugere então que Manoel seja transferido para a Ordem de São Tiago da Espada.

Imagem 2 – Suposta fotografia de Manoel do Nascimento Matta, com processo de branqueamento químico



Fonte: Arquivo Histórico Comendador Matta

Após alguns meses, com o falecimento de Dom João VI e a menoridade daquela que viria a ser Dona Maria II, o trono é ocupado pela Infanta Regente D. Isabel Maria de Bragança, que em decreto de 17 de janeiro de 1827 acolhe a sugestão e transfere Manoel do Nascimento Matta para a Ordem de São Tiago da Espada, inferior à Ordem de Cristo, no grau de cavaleiro.³

3 PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Santiago, Letra M, maço 03, número 89.

Décadas depois, em novo pleito, já residindo no Rio de Janeiro e afastado do serviço público, Manoel do Nascimento Matta consegue definitivamente ser admitido na Ordem de Cristo, no grau de comendador, por decreto de Dona Maria II, Rainha de Portugal, datado de 23 de junho de 1842⁴. Manoel do Nascimento Matta tornou-se, então, um dos pouquíssimos homens negros a receber a prestigiosa Ordem de Cristo, a mais importante do reino português. Talvez o mais famoso exemplo de homem negro agraciado com tal distinção seja Henrique Dias, militar pernambucano, herói da Batalha de Guararapes em 19 de abril de 1648, episódio da expulsão dos holandeses da colônia brasileira. Henrique Dias recebeu a Ordem de Cristo no grau de cavaleiro, o mais baixo, ainda no século XVII (Roque, 2021).

Em 1821, viúvo e com filhos pequenos, Manoel emigrara para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como comerciante e prosperou social e economicamente. Casou-se com a imigrante francesa Maria Virgínia Prelieux e teve numerosa descendência, dentre a qual Virgínia Maria do Nascimento Matta (da Matta Ramos depois de casada), mãe de Carlos Ramos e avó de Helena. Manoel do Nascimento Matta faleceu em 13 de julho de 1854, aos 64 anos, no Rio de Janeiro.⁵

A transformação em enfermeira militar

Helena iniciou a carreira no funcionalismo público nos anos 1930, como secretária na Superintendência de Ensino Comercial, no então Distrito Federal.⁶ Poucas opções existiam no princípio do século XX para moças que desejavam trabalhar fora, e Helena passou quase toda a vida como funcionária administrativa do Estado.

Em 1934, com uma reestruturação do Ministério da Educação, onde servia, passou ao cargo de oficial da Inspetoria Geral de Ensino Comercial⁷, o novo órgão criado. Nos anos seguintes, continuou exercendo cargos do mesmo nível em variados órgãos administrativos subordinados ao Ministério da Educação, como as divisões de Pessoal e de Educação Física.

Em 1938 faleceu Maria da Conceição e, em 1941, Carlos Ramos. Aos 32 anos de idade, Helena já não tinha ambos os pais. Jamais se casou ou teve filhos, de modo que passou, desde então, a contar como familiares com a irmã Carlota, igualmente solteira e sem filhos, a irmã Aída e seus dois filhos, e o primo Oduvaldo do Nascimento Matta.

Mas o grande marco da vida de Helena ainda estava por vir, do outro lado do mundo: em 1942, o Brasil entrou em guerra. Respondendo à agressão, o país criou, em 09 de agosto de 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), para ser enviada aos campos de batalha na luta por liberdade e democracia.

4 PORTUGAL. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, Dona Maria II, livro 07, folhas 105 a 105v.

5 BRASIL. Biblioteca Nacional. Correio Mercantil, 19/07/1854.

6 BRASIL. Biblioteca Nacional. A Noite, 10/04/1933.

7 BRASIL. Biblioteca Nacional. O Paiz, 19/10/1934.

Imagem 3 – A enfermeira militar Helena Ramos



Fonte: Acervo Socorro Sampaio, Associação Nacional dos Veteranos da FEB –
Seção Distrito Federal (ANVFEB-DF)

Após a entrada do Brasil na guerra e o início dos preparativos para o envio das tropas à Europa, o Exército Americano, ao qual a FEB ficaria subordinada durante a campanha, solicitou que compusesse também a Força Expedicionária Brasileira um Corpo de Enfermeiras, que pudessem atender aos brasileiros e render as enfermeiras americanas, em atividade na guerra desde 1941. No Serviço de Saúde do Exército, que não dispunha de enfermeiras, iniciou-se essa transformação. Através do Decreto-lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943, foi criado o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército (Medeiros, 1987).

E Helena Ramos esteve na vanguarda da mobilização. Já em 1943, sem nenhuma experiência na área, realizou o Curso de Voluntária Socorrista na Cruz Vermelha Brasileira, com o intuito de preparar-se para ser útil ao esforço de guerra, após a chamada pública de enfermeiras voluntárias divulgada na imprensa.

Helena integrou a primeira turma do Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE) da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. O curso durou cerca de três meses, sendo concluído em 25 de março de 1944. Dentre cinquenta alunas, Helena terminou em 45º lugar, com média final seis (Medeiros, 1987, p. 45). Claramente, a adaptação ao serviço de enfermagem e à vida militar não foi fácil.

Desta primeira turma do CEERE seguiram de fato para a guerra trinta e sete enfermeiras. Foram ainda outras treze enfermeiras formadas pela segunda turma, que reuniu vinte e uma alunas. No Rio de Janeiro foram formadas ainda mais duas turmas do Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, mas nenhuma de suas alunas seguiu para a Itália. A FEB contou ainda com outras dezessete enfermeiras, formadas pelo curso ministrado nas Regiões Militares sediadas no Ceará, em Minas Gerais, na Bahia e no Paraná. O efetivo total foi de sessenta e sete enfermeiras no Exército (Medeiros, 1987).

Outras seis enfermeiras, todas diplomadas pela Escola de Enfermagem Anna Nery, compuseram o efetivo da Força Aérea Brasileira (FAB) na Itália durante a

guerra. Tendo recebido inclusive treinamento nos Estados Unidos antes do embarque, essas mulheres, de formação profissional, terminaram tendo experiência bastante diversa das enfermeiras da FEB durante e após a guerra.

Tendo concluído o curso em março e apresentado-se como voluntária, Helena foi convocada para a FEB pela Portaria Ministerial nº 6.382, de 20 de abril de 1944, como Enfermeira de 3ª Classe. É interessante destacar esta nomenclatura, criada especialmente para estas novas mulheres, que então não eram nem civis nem oficialmente militares. Não receberam, de início, patente ou graduação, e foram remuneradas com o soldo de 3º sargento. Helena, por ser funcionária do Ministério da Educação, renunciou aos vencimentos militares e manteve o salário civil antes do embarque para o exterior.

Helena apresentou-se no Ministério da Guerra em 25 de abril, exatamente três anos após o falecimento de seu pai, passando à disposição da FEB em 02 de junho, e seguiu para a Itália por via aérea com o 4º Grupo de Enfermeiras, partindo do Rio de Janeiro em 09 de agosto de 1944, data do primeiro aniversário de criação da Força Expedicionária Brasileira.

O avião realizava diversas escalas, tanto por necessidades técnicas quanto por questões estratégicas e de segurança. Na ida, Helena esteve primeiro em Natal-RN, o Trampolim da Vitória, de onde partiu três dias depois, em 12 de agosto. Realizou então diversas paradas no continente africano: Acra (hoje capital de Gana, à época colônia britânica), Dakar (hoje capital do Senegal, à época colônia francesa), Casablanca (hoje cidade do Marrocos, à época colônia francesa) e Argel (hoje capital da Argélia, à época colônia francesa). Chegou finalmente a Nápoles em 19 de agosto (Valadares, 1976, p. 52).

Imagem 4 – Enfermeiras da FEB prontas para o embarque rumo à guerra
(Helena Ramos é a sexta da esquerda para a direita)



Fonte: Biblioteca Nacional

Chegando a Nápoles em 19 de agosto, Helena foi designada para servir no 45º General Hospital, na mesma cidade. Por necessidade de serviço, atuou em diversos hospitais durante a guerra: 45º General Hospital (Nápoles), 38º Evacuation Hospital (Cecina, Pisa e Florença), 24º General Hospital (Marzabotto e Parolla), 16º Evacuation Hospital (Pistóia – onde esteve a maior parte da campanha) e 15º Evacuation Hospital (Corvella), trabalhando inicialmente na enfermaria cirúrgica (Braga, 2020) e, por mais tempo, nas enfermarias de clínica médica (Valadares, 1976).

Apenas em 01 de setembro de 1944, com enfermeiras já na Itália há quase três meses, Helena e outras colegas foram “arvoradas” ao posto de 2º tenente, pelo Boletim Interno da FEB nº 21, assinado pelo Comandante, General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes.⁸ Com a fundamentação legal apresentada no Boletim Interno nº 9, de 11 de agosto, as demais enfermeiras foram sucessivamente arvoradas conforme chegavam ao Teatro de Operações (Bernardes, 2003).

O Serviço de Saúde da FEB, comandado pelo Coronel-Médico Emmanuel Marques Porto, contou com um efetivo de cerca de 1.369 militares, incluindo médicos, dentistas, farmacêuticos e enfermeiras, bem como 225 sargentos-enfermeiros e cerca de novecentos cabos e soldados, que desempenharam as mais diversas funções, desde padioleiros e motoristas a registros administrativos (Rigoni, 2010; Oliveira, 2010; Roque et al, 2019).

Em todo o efetivo da FEB o movimento nos hospitais foi intenso, tratando quase metade da tropa brasileira, incluindo feridos de guerra, doentes, acidentados e combatentes que trouxeram problemas pré-existentes de vários tipos, como febres tropicais, problemas dentários e doenças sexualmente transmissíveis. É preciso destacar, ainda, que os profissionais brasileiros, de igual forma, “atenderam indistintamente brasileiros, americanos, ingleses, alemães e italianos” (Oliveira, 2010, p. 109).

Sobre o 16º Evacuation Hospital, onde Helena esteve a maior parte do tempo, registrou a Enfermeira Olímpia de Araújo Camerino (1983, p. 115):

Esse hospital recebia feridos evacuados do Field [Hospital, em Valdibura, o mais próximo da linha de frente dos combates] e diretamente do front. As baixas se sucediam quase sem trégua. Feridos que traziam os pulmões ou intestinos perfurados. Outros que haviam perdido pernas, braços, mãos, pés.

Vinham surdos, artérias rompidas, grandes chocados, fraturas diversas, loucos, neuróticos, pés de trincheira e clínica médica. Depois de atendidos pelos médicos, na sala de operação eram entregues às enfermeiras, que lhes aplicavam o sangue, o plasma e os medicamentos anotados. Controlavam ainda pulso, respiração e pressão. O trabalho era estafante. A equipe de enfermagem, composta de enfermeiras brasileiras e americanas, sargentos e soldados em ação contínua, não media sacrifício para que o ferido fosse bem atendido. Repetiam assim as enfermeiras brasileiras do 16º de Evacuação o trabalho fatigante e real de suas colegas do Hospital de Campo. Eram a sentinela invariável a velar pelos doentes.

Esse Hospital de Evacuação deslocou-se para diversas cidades: Tar-

quínia, Sta. Luce, Pisa, Pistóia, Corvella, Marzabotto e Parola.
As enfermeiras também acompanharam o hospital em sua peregrinação.

É interessante observar, no aspecto pessoal, os relacionamentos de amizade – e, invariavelmente, de inimizades e disputas – que surgiram nesse contexto tão adverso, particularmente entre as próprias enfermeiras, que eram, como vimos, de perfis bastante diversos. Unidas, é certo, pelas dificuldades do pioneirismo e pelo ideal do serviço.

Helena é mencionado nos dois diários publicados de enfermeiras da FEB, escritos durante a campanha por Altamira Pereira Valadares e Ignácia de Melo Braga. Em 20 de agosto de 1944, dia seguinte à chegada de Helena na Itália, Ignácia registra em seu diário o encontro de ambas no 45º General Hospital, onde já estava trabalhando. Helena voou para a Itália compondo o 4º Grupo de Enfermeiras, como vimos, viajando junto com Neuza de Mello Gonçalves, prima-irmã de Ignácia, e Maria José Aguiar. Quando as quatro estiveram juntas, escreve Ignácia (Braga, 2020, p. 130):

Helena está satisfeítissima por ter conseguido chegar até aqui, pois já tendo mais de 35 anos e sendo uma das mais velha[s] do nosso grupo, pensava que seria preterida em favor das mais jovens, mas veio logo.

Em deslocamento de caminhão, transferindo-se do 45º General Hospital para o 38º Evacuation Hospital, em Cecina, mais próximo à frente de combate, o grupo passou por Roma e foi recebido em audiência coletiva pelo Papa Pio XII, juntamente com “enfermeiras e oficiais americanos, ingleses, franceses, brasileiros, canadenses, tchecoslovacos [...]” (Braga, 2020, p. 141).

O Papa chegou vestido com simplicidade, de branco e carregado em uma cadeira por quatro homens. Havia uma guarda de suíços em uniforme medieval – tudo isso dava ao ambiente um aspecto monumental. Sentado no trono de ouro, o Papa abençoou a todos e, após a benção, dirigiu palavras ao povo em inglês, italiano, francês, espanhol – e até em português ele falou um pouco, quando se dirigiu ao nosso grupo.

Prosseguindo o trajeto pelo interior da Itália, as enfermeiras encontraram cidades totalmente destruídas pela guerra. No desconforto da viatura militar, em uma viagem longa e “muito desagradável, pois a poeira não nos deixava enxergar nada”, Ignácia diz que “só quem não gostou foi Helena, cuja ‘mocidade’ já não aguentava mais tanto tropeço”. No caminho turbulento, “topando com profundas fendas causadas por bombas” e uma nuvem de poeira “quase nos sufocando”, Ignácia acha graça das reações de Helena, quase quinze anos mais velha: “Cada ponte provisória era um susto que quase matava Helena, e nós fazíamos graça daqueles sustos e com isso nos divertíamos” (Braga, 2020, p. 145).

No 38º já estava a enfermeira Altamira Pereira Valadares, que registra em seu diário a chegada do grupo e o encontro com Helena em 30 de agosto. Parece

que as duas eram amigas ou, ao menos, tinham algum conhecimento anterior (provavelmente por cursarem juntas o CEERE no Rio de Janeiro), já que Altamira diz que “Helena me deu notícias de papai (ele mal, mediante telegrama antes do dia 9, passado para a mana)”⁹. O pai de Altamira estava bastante doente e ela receava, com o atraso nas notícias, que naquele momento ele já tivesse falecido (e tal suposição revelou-se correta: apenas em 16 de outubro Altamira saberia que o pai falecera ainda em 07 de agosto – ao descobrir, relata no diário que “chorou pouco”, pois já o esperava e sabia de seu sofrimento, e que “Helena me confortou muito”).

Nas dificuldades de adaptação ao hospital, instalado em barracas, com pouca estrutura de alojamento e quase nenhum conforto, Altamira diz que “o solo é todo cretado [sic] com o sol, cheio de orifícios por onde surgem milhares de lagartixas e mil bichos mais. Helena teima que viu uma cobrinha”. Esses relatos, aparentemente simples, nos reforçam a grande dificuldade de adaptação que essas mulheres encontraram na missão, não restritas ao serviço de enfermagem em si. Era um país destruído, uma situação de tragédia humana, e um mundo completamente diferente para essas jovens da década de 1940, vindas, a maioria, de famílias de classe média e zonas urbanas, com pouca autonomia ou experiência, até então.

Altamira e Helena conviveram no 38º Evacuation Hospital por alguns meses, enfrentando juntas a inundação do Rio Arno em 02 de novembro, e seguindo depois para o 16º Evacuation Hospital, em Pistóia. Em 23 de novembro seriam separadas, com Altamira seguindo para o 32º Field Hospital, a unidade hospitalar mais próxima à frente de combate (Valadares, 1976).

Enquanto estiveram juntas, Altamira menciona o nome de Helena dezenas de vezes em seu diário, misturando amenidades e passeios com as dificuldades do convívio e a dureza do serviço de guerra: “Eu escrevo. Helena e Jacyra [de Souza Góes], sentadas na minha cama, conversam” (06/09/1944); “Dei uma volta com Helena pelo campo, depois escrevi até dormir” (09/09); “Pela primeira vez não fui ao breakfast. Helena, por gentileza, me trouxe café e pão com carne em conserva” (11/09); “Muito frio. Dei uma volta com Helena e às 19h entrei em serviço. Uma mulher vítima de explosão de mina” (29/09); “Carmen [Bebiano] me escalou para o dia 8 ir a Florença, escolhi Helena Ramos para companheira” (02/10); “Helena comprou duas imagens de Cristo muito bonitas [em Pisa]” (04/10); “Saí com Helena [as férias em Florença anunciadas antes] a passeio pelo extenso canal e vimos a bela queda d’água do rio Arno. Resolvemos voltar porque não sabíamos nada. Encontramos no hall do hotel uma dama italiana vendendo belíssimos lingerie, mas muito caras! Ficamos conhecendo diversos militares: um deles, cap. Paulo, simpatizou-se com Helena, e o outro, maj. John M. Phillips (II Corpo Infantry), comigo” (08/10); “Helena resfriada” (10/10); “Tomamos um drink de despedida no Bar do Hotel: eu, Helena e o boy dela, Guido e John” (11/10).¹⁰

Ao retornarem do breve período de férias em Florença, Helena e Altamira passaram a compartilhar a mesma barraca no alojamento do hospital. Altamira diz

9 Diário de Guerra de Altamira Pereira Valadares, não publicado, acervo do Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares.

10 Diário de Guerra de Altamira Pereira Valadares, não publicado, acervo do Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares.

que a mudança dos pertences de Helena foi feita enquanto ainda estavam viajando e, ao chegarem, encontraram “tudo molhado e em desordem. Ela [Helena] subiu a serra e reagiu convenientemente – até me aborreci em ver tanta falta de consideração” (11/10). No dia seguinte, “Helena ainda resfriada”. Tempos depois, “Eu e Helena procuramos repousar – ela vai trabalhar à noite” (21/10), seguido de “Helena ronca e eu não consigo dormir” (28/10). Apesar desses contratemplos, Altamira registra meses depois: “Apareceram logo Carmita [Bebiano] e Bertha [de Moraes] para morar conosco, porém eu prefiro a Helena” (23/04/1945).

Nos relatos de Altamira, às vezes extensos e detalhados, a guerra está crua-mente entremeada no dia a dia, em frases sequenciais: “Os aviões roncam, baixinhos nos céus densos de chuva, o dia todo. De vez em quando ouvem-se os estouros de minas. Fui almoçar e trouxe sanduíches para Helena” (01/11).

No dia seguinte, Dia de Finados, “Helena e eu acendemos uma vela para os mortos e defumamos toda a tenda”. À noite, viria a inundação do Rio Arno.

Imagem 5 – Enfermeiras Helena Ramos, Altamira Pereira Valadares e Virgínia Portocarrero na traseira de ambulância alemã capturada pela FEB



Fonte: Acervo Margarida Bernardes

Imagem 6 – Enfermeiras Gema Imaculata Ottolograno e Helena Ramos se divertindo na neve durante o inverno de 1945



Fonte: Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares

Apesar das enfermeiras atuarem somente nos hospitais da retaguarda, não na frente de combate ou recolhendo os feridos diretamente no campo, a distância do front não garantiu sossego ou segurança aos profissionais de saúde. Dentre os hos-

pitais onde Helena serviu, destacam-se o 38º Evacuation Hospital, que foi inundado pelo transbordamento do Rio Arno e evacuado às pressas, e o 16º Evacuation Hospital, atingido e destruído parcialmente por um incêndio.

Pela atuação durante o primeiro episódio traumático, Helena recebeu o seguinte elogio oficial, assinado pelo Major-Médico Ernestino Gomes de Oliveira, chefe, no 38º, da Seção Brasileira de Hospitalização, a unidade brasileira que funcionava dentro dos hospitais, comandados pelos americanos.

E como exemplo digno de ser seguido por todos os que se sacrificaram pela causa da liberdade e serviço no Brasil, tenho muitas satisfações em elogiar e louvar, nominalmente, a Enfermeira HELENA RAMOS, calma e prestimosa, muito colaborou nos trabalhos de salvamento, contribuindo assim para o completo êxito do serviço (Valadares, 1976, p. 53).

Do comandante do mesmo hospital, o americano Coronel G. T. Wood Junior, recebeu outro elogio oficial:

Realizou excelente trabalho, manifestou dedicado interesse no bem-estar dos pacientes, cooperou com os membros desta Unidade no mais alto grau e demonstrou o mais elevado padrão de disciplina militar. Lamento que tenha sofrido incômodos e perda de seus haveres por causa da recente inundação (Valadares, 1976, p. 53).

Altamira registra em seu diário as grandes dificuldades do momento, em toda a sua extensão: de salvar os feridos e a si mesma a perder toda a bagagem na enchente. Ao retornarem no dia seguinte para tentar reaver alguns pertences, já que “algumas enfermeiras saíram só com a roupa do corpo”, as enfermeiras Altamira e Bertha, “se metendo na água barrenta até a cintura quase”, recuperaram e tiveram que carregar a “mala A” de Helena, “que não teve coragem de descer do caminhão”¹¹.

Imagem 7 – Enfermeira Helena Ramos medicando o soldado ferido Carlos Xavier, no 38º Evacuation Hospital, nos arredores de Pisa (21/10/1944)



Fonte: Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares

¹¹ Diário de Guerra de Altamira Pereira Valadares, não publicado, acervo do Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares.

Em 23 de maio de 1945, ao ser desligada do serviço hospitalar na Itália para retornar ao Brasil após o fim da guerra, Helena Ramos recebeu o seguinte elogio oficial do Major-Médico Ary Duarte Nunes:

Enfermeira HELENA RAMOS, trabalhou com muita dedicação e carinho em exaustivos plantões noturnos, demonstrando sempre dedicação e desvelo para com seus pacientes. Voluntária, impôs-se pelos conhecimentos adquiridos e magníficos serviços prestou, demonstrando sempre espírito de sacrifício e boa vontade. Representou dignamente a mulher brasileira neste Teatro de Operações. Louvo-a e agradeço todos os serviços prestados não só a esta Seção, como ao Brasil (Valadares, 1976, p. 53).

Helena partiu da Itália em 05 de junho de 1945, chegando a Natal-RN no dia seguinte e apresentando-se à Diretoria de Saúde do Exército, no Rio de Janeiro, cinco dias depois. Pela Portaria Ministerial nº 8.411, de 23 de junho de 1945, foi licenciada do Serviço Ativo do Exército.¹² Retornou imediatamente ao seu trabalho civil, no Ministério da Educação.

Ao retornar da Itália, Helena concedeu ao menos duas entrevistas: uma ao jornal *A Noite*, publicada em 31 de julho de 1945, em que falou juntamente com as enfermeiras Antonieta Ferreira e Elita Marinho; e uma breve declaração ao jornal *O Dia Paraná*, publicada em 06 de julho de 1945. Nesta última reportagem, encontramos transcrito o único depoimento identificado em que Helena descreve sua experiência, nas próprias palavras:

A enfermeira Helena Ramos, que também é funcionária do Ministério da Educação, declarou que traz mil e uma impressões da Itália, país que percorreu de norte a sul, acrescentando: “Trabalhamos muito durante o ataque a Monte Castello, onde os nossos patrícios cobriram-se de glórias. O que mais me impressionou foi a enchente do Rio Arno. Encontrava-me de plantão quando a água invadiu o hospital onde eu tratava de um doente que estava com pneumonia. Tratei de removê-lo antes que a água anulasse o rigoroso tratamento. Com a ajuda de outras pessoas consegui remover o doente e pô-lo a salvo das águas”. Declarou ainda que tratou dum ferido alemão que, ao despedir-se, entregou-lhe uma medalha como lembrança.¹³

No pós-guerra, Helena Ramos dedicou-se também à sua memória de febrina, de veterana de guerra, enfermeira por alguns meses e para sempre. Filou-se à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB), na seção do Distrito Federal (hoje Rio de Janeiro), fundada logo em 1945 pelos ex-combatentes com o objetivo de lutar por seus direitos, uma espécie de sindicato específico com missão política e

¹² Arquivo Histórico do Exército. Pasta Tenente Helena Ramos.

¹³ BRASIL. Biblioteca Nacional. Jornal *O Dia Paraná*, 06/07/1945.

assistencial, prestando auxílio aos incapacitados e desempregados que encontravam dificuldade em se readaptar à vida civil em tempos de paz.

As enfermeiras estavam representadas na AECB e participavam das demandas. Apesar de rapidamente desmobilizadas, assim como todos aqueles do contingente da FEB que não eram militares profissionais, as enfermeiras permaneceram reivindicando o reconhecimento de sua situação de veteranas de guerra e de militares da reserva, conforme haviam sido legalmente arvoradas na Itália. Após cinco anos de injunções, as mulheres ex-combatentes foram incluídas na Reserva do Exército, todas no posto de 2º tenente (com exceção das poucas já reformadas por invalidez e promovidas por legislação específica), pela Lei nº 1.209, de 25 de outubro de 1950. Receberam, finalmente, a diferença de soldo acumulada com relação ao pago na Itália, equivalente à graduação de sargento.

Em 1952 Helena Ramos integrou a chapa eleita para administrar a AECB-DF no biênio até 1954, ocupando o cargo de Diretora do Departamento Feminino, o único cargo ocupado por uma mulher nessa e em diversas chapas anteriores e posteriores. Foi ainda membro do Conselho Deliberativo da AECB por vários anos.

As enfermeiras da FEB conseguiram o direito de serem reconvocadas para o Serviço Ativo três anos depois, através da Lei 3.160, de 01 de junho de 1957, proposta pelo Deputado Federal Fernando Ferrari, que abraçou a causa pela qual as veteranas lutaram por doze anos.

No mesmo ano da lei que possibilitou o retorno da maioria ao serviço ativo, as enfermeiras veteranas se organizaram em uma nova entidade voltada para a preservação da memória do grupo e para ampliar o convívio social daquelas que já se tornavam “senhoras”. Empenhada na preservação destas memórias exóticas e gloriosas, Helena participou então da fundação do Clube de Oficiais Enfermeiras de Guerra (COEGUE), em 1957.

Do total de sessenta e sete veteranas, quarenta e seis enfermeiras requereram o retorno ao Serviço de Saúde do Exército. Doze já haviam sido reformadas por incapacidades físicas e emocionais adquiridas na guerra (Camerino, 1983). Apenas nove enfermeiras ainda tinham capacidade produtiva e decidiram não se apresentar, dentre as quais Helena Ramos, que retomou sua carreira administrativa no funcionalismo público e nela permaneceu até a aposentadoria, como oficial de Administração do Ministério da Saúde (cargo nível 16), em 1965.¹⁴

Em 1967 Helena deu entrada em processo administrativo junto ao Exército requerendo sua reforma por invalidez, embasada pelo Artigo 2º da Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, que concedia amparo aos veteranos da FEB julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar, em qualquer tempo, mesmo que na reserva ou aposentados, e ainda que o diagnóstico não tenha relação de causa e efeito com sua atuação na guerra.

Em 15 de abril de 1968, uma semana após completar sessenta anos de idade, Helena foi avaliada pela Junta Central de Saúde no Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria do Hospital Central do Exército, recebendo o diagnóstico de arteriosclerose

14 Arquivo Histórico do Exército. Pasta Tenente Helena Ramos.

cerebral incipiente, com a ressalva de que “não é alienada nem paralítica”, mas apresentando características como “associação de ideias lenta, compreensão demorada”, “falhas na atenção”, “falhas na memória”, “surto paroxísticos temporais bilaterais”, “dores de cabeça, dificuldades de visão, cansaço, irritação, nostalgia, tristeza pronunciada” e “comprometimento da auto e hétero-crítica”, com sintomas de senilidade precoce, incapaz de prover os próprios meios de subsistência.¹⁵

Inspecionada pelos cinco médicos da Junta Superior de Saúde em grau de recurso, o diagnóstico e o parecer foram confirmados em 13 de agosto de 1968. Assim, a 2º Tenente Helena Ramos, até então Oficial da Reserva Não Remunerada do Exército, passou à condição de militar reformada, renunciando à sua aposentadoria civil para receber os vencimentos militares referentes a um posto acima (1º tenente).

Helena Ramos faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 11 de novembro de 1977, aos 69 anos, com rompimento de aneurisma da aorta. Foi sepultada no jazigo de seus pais, na Quadra 01, Sepultura 14710, do Cemitério São João Batista. Como ex-combatente, Helena foi agraciada com a Medalha de Campanha e a Medalha de Guerra, em outubro de 1945. Recebeu ainda a Medalha da Cruz Vermelha e a Medalha Comemorativa da Repatriação das Urnas dos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Em 2018, Helena recebeu post-mortem a Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, da Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

O entusiasmo pela carreira militar familiar

Na década de 1950 a Capitã Altamira Pereira Valadares, enfermeira veterana da FEB, iniciou a preparação do que viria a ser o livro *Álbum biográfico das febianas*, publicado somente em 1976, com resumos biográficos de todas as sessenta e sete enfermeiras do Exército e seis enfermeiras da Aeronáutica que atuaram na Segunda Guerra Mundial.

A principal fonte do trabalho é o acervo de folhas de alteração, o histórico profissional do militar. Em complemento, a Capitã Altamira enviou um formulário padrão às colegas com quem tinha contato direto, pedindo que preenchessem com seus dados básicos.

Após inserir todos os dados básicos, como vemos na imagem, Helena sentiu falta de uma pergunta e resolveu respondê-la por conta própria, na margem superior do documento: “Por que desejou ir à guerra? Por ideal – sendo filha de militar tive e tenho grande entusiasmo pela carreira de meu pranteado pai”¹⁶, explicou.

Interessante percebermos que, apesar do inicial “grande entusiasmo” pela carreira do pai, e com as dificuldades vividas no CEERE e em campanha, Helena não escolheu retornar ao serviço ativo em 1957, quando poderia voltar à farda e ao quartel. A idade, no entanto, pode ter sido o fator determinante: aos 49 anos, estava acima do limite legal previsto para os oficiais do Quadro Auxiliar, de acordo com o

¹⁵ Arquivo Histórico do Exército. Pasta Tenente Helena Ramos.

¹⁶ Centro de Documentação Capitã Altamira Pereira Valadares. Formulário datilografado preenchido por Helena Ramos.

Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946, que impunha atingir o oficialato no máximo aos 40 anos, com exceções previstas para mais cinco anos.

Imagem 8 – Questionário preenchido por Helena Ramos para o livro de Altamira Pereira Valadares

Porque desejou ir a guerra? (Por ideal - Sendo filho de militar, tive e tenho grande entusiasmo pela carreira da meu pai tendo P.S.I.)

- QUESTIONÁRIO -

Nome certo: Helena Ramos

Filiação: Alcides Carlos Ramos e Rosa Maria da Conceição Branco Ramos

Data e local de nascimento: 8.1.1908 - D.F. - Solteira

Qual a sua duração - Onde - Federal ou Regional: Grav. Verônica Brasil Emergência

Quais os cursos que fez, principalmente de Enfermagem Especializada, sim

Qual a sua duração - Onde - Federal ou Regional: Verônica

Qual o grupo - Alguns detalhes - fotos: Verônica

Endereço certo atual: Rua Dr. Delgado de Carvalho - nº 55 - ap. 202

Exerce a profissão? Onde? Não - Funcionária Publica - M.B.S.

Quando partiu - Onde serviu maior tempo - quando chegou? 9.8.1944 - Hospital Americano 16, em Pistoia - Itália - Cheguei em 9.6.1945

Nomeação de 3ª classe - Portaria? Ministerial nº 6.308, de 5.4.44 - D.O. 6.4.44

Convocação, quando? Portaria Ministerial nº 6.388, de 20.4.44 - D.O. 22.4.44

Fôlha de alteração: Nenhuma

Remeta foto condecorada, quando possível: Quem tem 2x4 / 1 - 5.4.44

Receber diploma? sim

Receber condecorações? Quais? sim - Medalha de guerra e de campanha

Gosa saúde? sim

Está colocada? sim - Exerce o cargo de Oficial Administrativo há vinte anos

Foi promovida a que classe, em campanha? Não

Baixou ao hospital em serviço? Não

Reformada? Qual o decreto, artigo e parágrafo, quando? Não

Quais os vencimentos? Não

Qual a causa - diagnóstica: Não

Qual o meio de transporte para a Europa? Ida: Europa

Qual o meio de transporte para o Brasil? Volta: Brasil

Sabe o endereço de alguma colega? Não

Solicite urgência dos quesitos, para incluir no trabalho, a foto poderá vir depois, caso não a tenha no momento.

Fonte: Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares

A historiadora francesa Michelle Perrot (2019) diz que as guerras podem reforçar as diferenças entre os sexos e, ao mesmo tempo, permitir um intercâmbio de papéis ou uma nova ocupação de espaços: nas duas guerras mundiais, os homens que partem para a frente de batalha deixam para trás profissões e locais públicos que monopolizavam, e que agora serão necessariamente exercidos e ocupados pelas mulheres da retaguarda, inclusive em atividades bélicas complementares, como fábricas de munições ou hospitais de sangue.

Compreender a motivação de um voluntário para lutar em uma guerra não é tarefa fácil, as razões são sempre – consciente ou inconscientemente, aberta ou veladamente – múltiplas, depositadas em camadas. No caso do serviço militar masculino, o percentual de voluntários para a FEB foi bastante baixo, muito inferior à expectativa inicial do governo, terminando em aproximadamente cinco por cento, apenas, do efetivo total de vinte e cinco mil homens (Leite; Júnior, 1983).

No caso feminino (Aleksiévitch, 2016), embora o número absoluto seja muito menor – sessenta e sete mulheres –, a proporção chama a atenção: cem por cento de voluntárias. Sem obrigação legal, social ou mesmo moral de embarcarem para um conflito altamente violento a ser travado em outro continente, o quê, afinal, as levou a isso? Por que tantas e tão diferentes mulheres se apresentaram para servir na FEB?

Muito embora carregassem bagagens acadêmicas, formação e experiência muito diversas, sendo ainda um grupo bastante heterogêneo quanto a condição e origem econômica, muitas enfermeiras compartilhavam o passado militar no sangue: eram filhas, netas ou sobrinhas de generais e almirantes brasileiros, de alguma forma ligadas à vida militar, com parentes ou amigos na FEB. Algumas descendiam de heróis da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), como foi o caso das enfermeiras Aracy Arnaud Sampaio (1917-2008), Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero (1917-2023) e Lúcia Osório (1921-1993) (Roque, 2019).

Helena, filha de um almirante e bisneta de um oficial de milícias colonial, portanto, coloca essa herança militar como motivação central de seu voluntariado para a guerra. Podemos analisar a hipótese aqui apresentada de que muitas das voluntárias tinham o mesmo sentimento, que desejavam ser militares mais do que desejavam ser enfermeiras. Como mulheres, no Brasil da década de 1940, a carreira militar lhes era vedada, por maior pendor ou vocação que sentissem, mas a guerra e a enfermagem apresentaram a brecha que muitas desejavam e utilizaram (Perrot, 2019). Se tornaram enfermeiras para se tornarem militares.

Neste sentido há o expressivo depoimento da já citada Capitã Virgínia Portocarrero, talvez o mais representativo exemplo, pois integrante de família muito tradicional nas Forças Armadas do Brasil: o bisavô paterno, Marechal Hermenegildo Portocarrero, Barão do Forte Coimbra, combateu contra o Paraguai em 1864, bem como o bisavô materno, Marechal Conrado Jacob de Niemeyer Filho, que fez quase toda a campanha como engenheiro militar; o pai de Virgínia, Tito Portocarrero, major na época da guerra, terminaria a carreira como general; seu único irmão chegaria a coronel da Força Aérea Brasileira; três primos-irmãos de Virgínia também integraram a FEB, todos como oficiais, e um deles, Hélio Portocarrero, ferido em combate, também atingiria o generalato; dentre tantos outros tios e primos. Era, portanto, uma família fortemente ligada à carreira das armas.

Segundo Virgínia, ela foi “criada nesse ambiente de brasilidade, de militarismo, de hierarquia, de obediência aos regulamentos, então eu acho que foi isso tudo que me levou [ao voluntariado para a guerra]”, e conclui: “eu, como mulher, vestir uma farda do Exército Brasileiro, é um orgulho que a gente não sabe nem explicar”¹⁷.

Em entrevista gravada em 2008 a Capitã Virgínia Portocarrero, questionada neste sentido, deixa a questão ainda mais explícita: “eu queria ser militar, eu queria ser homem [...]” (Portocarrero, 2008).

Também podemos apresentar a evidência da Tenente Lúcia Osório, sobrinha-bisneta do Marechal Manoel Luiz Osório, Marquês do Herval e Patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro, que comandou o I e o III Corpos do Exército Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança, sendo ferido na Batalha de Tuiuti e assumindo o cargo de Ministro da Guerra anos depois. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando a enfermeira Lúcia Osório foi escolhida – podemos pensar que consciente-

17 AQUELAS MULHERES DE FARDA. Direção: Daniel Mata Roque. Rio de Janeiro: Pátria Filmes; Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2018. Filme (40 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xfushHEKzmk> Acesso em: 30 abril 2026.

mente – uma espécie de garota-propaganda do grupo para fotos posadas de divulgação, como na clássica imagem em que, fardada, traz a Bandeira Nacional no ombro, o Governo Federal realizou homenagens à memória de Osório, dentre outros heróis militares do século XIX, em que estiveram presentes Lúcia e seu pai. Em entrevistas na época, Lúcia fez questão de apresentar-se como uma guerreira, pronta para o sacrifício pela Pátria, o que honraria sua tradição.

Outro exemplo significativo é o da Capitão Aracy Arnaud Sampaio, sobrinha-trineta duas vezes (pelos lados materno e paterno) do Brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Infantaria do Exército Brasileiro, Comandante da 3ª Divisão do Exército Imperial e ferido mortalmente também na Batalha de Tuiuti. Aracy relatava forte memória familiar de Sampaio décadas depois, e quando se voluntariou para a guerra recebeu uma carta do avô, já bastante idoso, louvando a decisão da neta em lutar pelo Brasil, seguindo a tradição familiar e remetendo-se ao antepassado sacrificado. Diversos primos de Aracy eram militares, e depois um filho seguiu a tradição. Na guerra, a então Tenente Aracy teve um tímpano perfurado por uma explosão de mina no pátio do hospital em que trabalhava, resultando em surdez parcial e reforma por invalidez (1954). Dedicada à memória da FEB e ao amparo aos companheiros por décadas, foi a única enfermeira da FEB a presidir uma associação de veteranos – AECB-DF, mandato de 1993-1994.

Heloísa Cecília Villar (1916-2010), também filha de um almirante brasileiro, ouviu do pai, ainda vivo em 1944, que guerra não era lugar de mulher, que ela não devia se voluntariar – e seguiu mesmo assim. Também já citada neste artigo, Altamira Pereira Valadares (1910-2004), diagnosticada com neurose de guerra ao retornar ao Brasil, era neta de um soldado músico ferido na guerra contra o Paraguai (Roque; Porto, 2025a). Olímpia de Araújo Camerino (1900-1989) tinha um primo-irmão, militar de carreira, combatendo na FEB, além de um parentesco de segundo grau com o General Góes Monteiro, que foi Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior do Exército na época da guerra. A enfermeira Fausta Nice Carvalhal (1920-1975) tinha um irmão servindo na Marinha de Guerra durante o conflito. Sem nos aprofundarmos aqui em outros exemplos de trajetórias individuais e marcas familiares distintas, que seriam muitas, podemos observar esse traço como elemento comum a muitas enfermeiras da FEB.

De volta ao serviço ativo, as enfermeiras reconvocadas foram classificadas em diversos setores, notadamente no Hospital Central do Exército, na Policlínica Militar da Praia Vermelha, nos Colégios Militares do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte e na própria Academia Militar das Agulhas Negras. Algumas, talvez mais vocacionadas para o militarismo do que para a assistência em saúde, conseguiram se afastar das enfermarias, migrando não para missões na tropa, certamente, mas para funções administrativas, logísticas e até ligadas à inteligência, incluindo movimentação para o Serviço Nacional de Informações (SNI), assunto que apontamos como lacuna do presente texto e que pretendemos aprofundar em futuros artigos.

Por fim, podemos observar que, como descendentes de militares que se militarizaram, essas mulheres iniciaram nova vertente no conceito de família militar, ideia poderosa desenvolvida ao longo dos anos e hoje abraçada pelo Exército Brasileiro,

que oficializou Rosa da Fonseca como Patrono da Família Militar pela Portaria do Comandante do Exército nº 650, de 10 de junho de 2016, identificando os militares, seus cônjuges, descendentes, ascendentes e dependentes de forma unida, integrada e simbólica. Seu dia de nascimento, 18 de setembro (1802), se tornou então o Dia da Família Militar no Exército Brasileiro. Casada com militar, dona Rosa teve sete de seus dez filhos combatendo na Guerra da Tríplice Aliança, onde três deles perderam a vida. Nos anos posteriores, um filho veterano e um neto, ambos militares, se tornaram Presidentes da República, e outro dos filhos veteranos veio a ser Patrono do Serviço de Saúde do Exército.

Segundo Celso Castro, o conceito de família militar é uma categoria antropológica nativa, que se apresenta como um “elemento-chave na construção da identidade militar”, onde “tradicionalmente inclui as mulheres e os filhos” (Castro, 2018, p. 12). As mulheres citadas, nesse caso, é claro, são as esposas, cônjuges de militares, de quem se espera, informalmente, atitudes e tarefas específicas, nos âmbitos público e privado, em prol da carreira do marido.

Uma vez fardadas, no entanto, essas mulheres veteranas da FEB deram origem, pela primeira vez na história militar brasileira, a casais de militares, unindo-se muitas vezes com colegas também veteranos da FEB (Elza Miranda da Silva e Sebastião Souto Maior; Ignácia de Mello Braga e Yeddo Jacob Blauth; Juracy França Xavier e Augusto Marques Torres), ou até ex-combatentes estrangeiros radicados no Brasil (Roque; Porto, 2025b). Além de filhas, netas, mães, primas, irmãs e, principalmente, esposas de militares, eram elas próprias militares – inclusive, quando casadas com civis, abarcando novos perfis de dependentes na família militar brasileira: criou-se o “marido de militar”.

Novas dimensões hierárquicas e sociais também surgiram, pois ao menos duas enfermeiras se casaram com sargentos (Cansção, 2003), portanto militares “mais modernos”, abaixo delas na hierarquia militar objetiva. Como oficiais, as enfermeiras podiam frequentar círculos de refeitório, alojamento, confraternização e sociabilidade que eram vedados aos seus maridos praças, que lhes deviam, no Exército, obediência e continência. Por outro lado, de acordo com o Código Civil então em vigor (1916-1962), as mulheres casadas eram “relativamente incapazes”, dependentes de autorização expressa dos maridos para assinar contratos, abrir contas bancárias, receber herança e até para trabalhar fora de casa.

A Tenente Helena Ramos, filha de militar, jamais se casou, mas fez questão de declarar formalmente que a principal razão que a levou ao voluntariado para a guerra foi o entusiasmo pela carreira militar, que conhecera ao acompanhar o pai, então já falecido, motivação que se sobrepunha ao discurso público de patriotismo, defesa nacional, vingança aos ataques e mortes no litoral brasileiro, desejo de amparar os conterrâneos na linha de frente, vontade de servir e de cuidar, caminho para a independência financeira e a autonomia social como “mulher pública” (Perrot, 2019, p. 136). Todos esses elementos podem ser verdadeiros, estar presentes. Mas o desejo principal para participar de uma guerra era o ideal de uma vocação, o “entusiasmo pela carreira” militar do pai. Coisa muito natural para os homens, coisa que começaria lentamente a se naturalizar para as mulheres.

Considerações finais

Acreditamos ter cumprido o objetivo de analisar a trajetória biográfica de Helena Ramos, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, como mulher, profissional e militar veterana, com ênfase na ideia de tradição militar familiar e vocação feminina para a carreira bélica.

Helena Ramos voluntariou-se para lutar em uma guerra que viria a ser o maior conflito armado da história. Ao invés de arma, empunhou a Cruz Vermelha para amenizar o sofrimento de compatriotas, aliados e até mesmo inimigos. Pioneira, fez parte do primeiro contingente de mulheres militares oficialmente integradas ao Exército Brasileiro, herdando as tradições de Maria Quitéria e Anna Nery. Herdeira, também, de uma família com tradição militar, elemento que declaradamente a motivou e propiciou um sentimento de integração, pertencimento e continuidade.

Inspirada pelo legado familiar paterno, Helena viu no voluntariado para a FEB a oportunidade de seguir carreira militar, de testar a vocação que sentia e que o ambiente patriarcal brasileiro até então não lhe permitia. A guerra é sempre um triste momento de destruição, mas também de transformação, e abriu às mulheres brasileiras uma oportunidade de carreira e missão, de independência e conquista, de poder e revolução.

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. A guerra não tem rosto de mulher. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BRAGA, Ignácia. Uma guerra atravessada na minha vida. São Paulo: SGuerra Design, 2020.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1983.

CANSANÇÃO, Elza. Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo. Rio de Janeiro: edição da autora, 2003.

CASTRO, Celso (org.). A família militar no Brasil: transformações e permanências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou. Londrina: Eduel, 2012.

LATFALLA, Giovanni. Relações militares Brasil-EUA (1939-1943). Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LEITE, Mauro Renault; Júnior, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LOCHERY, Neill. Brasil: os frutos da guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Barbudos, sujos e fatigados. São Paulo: Grua, 2010.

MCCANN, Frank. A aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MEDEIROS, Elza Cansação. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Dennison de. Extermine o inimigo. Curitiba, Juruá, 2015.

PEREIRA, Durval. Guerreiros da Província. Juiz de Fora: Insight Books, 2024.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PORTOCARRERO, Virgínia Maria de Niemeyer. Depoimento gravado. Fundo Virgínia Portocarrero. Acervo da Casa de Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 14 de maio de 2008.

RIGONI, Carmen Lúcia. Diários de Guerra nº 1 – Anjos de Branco: o Serviço de Saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945). Curitiba: Ed. Progressiva, 2010.

ROQUE, Daniel Mata. A Veterana. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

ROQUE, Daniel Mata. Manoel do Nascimento Matta: comendador angolano no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2021.

ROQUE, Daniel Mata; BERNARDES, Margarida Maria Rocha; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; BLAJBERG, Israel (orgs). Práticas e representações fotográficas do Serviço de Saúde brasileiro na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

ROQUE, Daniel Mata; BERNARDES, Margarida Rocha. Mulheres enfermeiras na Segunda Guerra Mundial: protagonistas de seu destino. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 158, 3º quadrimestre de 2022. ISSN 0101-7184. p. 37-48.

ROQUE, Daniel Mata; BLAJBERG, Israel; PORTO, Fernando. Sara de Castro: uma brasileira judia enfermeira na Segunda Guerra Mundial. BELLUM - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, v. 1, p. 107-120, 2024.

ROQUE, Daniel Mata; PORTO, Fernando. De Altamira a Zilda. São Paulo: Editora Dialética, 2025.

ROQUE, Daniel Mata; PORTO, Fernando. Tenente Suarez: uma veterana de guerra na política partidária da redemocratização brasileira (1945-1947). *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. 84/116, p. 98-115, 2025.

VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum Biográfico das Febianas*. Batatais-SP: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

AOS HERÓIS DA FEB

80 ANOS DA VITÓRIA NA ITÁLIA



Sede da
FHE e da POUPEX
Brasília/DF

A POUPEX tem orgulho de homenagear os valorosos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que cumpriram a missão de lutar pela liberdade e pela paz com bravura e determinação.

A dedicação e o sacrifício de cada membro da FEB são exemplos eternos de honra e compromisso com a Pátria. A cobra fumou!

NOSSA MISSÃO

Promover e facilitar o acesso à casa própria e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus Beneficiários e Associados.



Acesse



poupex.com.br



Operação Acolhida: A logística na interiorização dos refugiados venezuelanos no território brasileiro¹

Fabio da Silva Pereira²
Paulo Victor de Souza³
Diogo Saab Baroli⁴
Daniel Lima do Amaral⁵
Gabriel Costa Cardoso⁶

RESUMO

O presente estudo como finalidade apresentar o processo de interiorização da Operação Acolhida, iniciado em abril de 2018. Entre esse período e 2021, mais de 50 mil refugiados venezuelanos foram realocados voluntariamente e gratuitamente pelo Governo Federal brasileiro. A ação envolveu agentes nacionais e internacionais, públicos e privados, em uma operação interagências. Este trabalho objetiva identificar os aspectos positivos e as dificuldades encontradas na governança do processo de interiorização em um país de dimensões continentais. O enfoque está na repercussão político-militar para o Brasil no cenário internacional e nas capacidades logísticas desenvolvidas pelo componente militar responsável, denominado Força-Tarefa Logística Humanitária – FT Log Hum. As análises embasaram-se em referências bibliográficas sobre a operação, especialmente Kanaan, Koser, Araújo e Sparta, além de dados governamentais e de agências internacionais. Como finalidade, a pesquisa corrobora para a solução de dificuldades associadas à governança de operações de grande vulto.

Palavras-Chave: Operação Acolhida, governança da interiorização, logística, refugiados.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Orientador. Coronel QFE do Exército Brasileiro, Chefe da Seção de Ensino A – História Militar, Relações Internacionais e Geopolítica na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Doutor em História pela Universidade Salgado de Oliveira e Université de Poitiers.

3 Asp Of Int do Exército Brasileiro

4 Cadete 4º Ano Int da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

5 Cadete 4º Ano Int da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

6 Cadete 3º Ano Int da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

INTRODUÇÃO

Segundo o historiador e cientista político Leonardo Trevisan, professor de relações internacionais na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), “Em Haia, Ruy Barbosa defendeu a neutralidade porque este era um interesse absoluto não só do Brasil, mas de todos os países do Atlântico Sul”. A postura diplomática brasileira de “neutralidade pragmática” adotada desde Ruy Barbosa (1849-1923), garantiu ao Brasil manter-se distante de conflitos armados em seu território. Salvo em episódios isolados, como a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as Forças Armadas (FA) nacionais foram empregadas poucas vezes em sua atividade finalística de defesa da Pátria, mantendo-se ativa pelo constante preparo.

A Lei Complementar nº 97/1999, Art. 9º, § 2º e inciso VIII, prevê a utilização das Forças Armadas em operações de paz e ajuda humanitária, a exemplo da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), chefiada pelo Brasil entre os anos de 2004 e 2017 sob a égide da ONU. Foi, ainda, motivo de elogio aos militares brasileiros pelas potências mundiais envolvidas, servindo duplamente para reforçar a influência geopolítica do país no cenário global e agregar experiência operativa às FA (ARAÚJO, SPARTA, 2020).

Em 2018, a crise político-socioeconômica da Venezuela resultou numa onda migratória venezuelana por toda a América Latina, que exigiu do Brasil uma resposta a fim de evitar o caos decorrente dos milhares de refugiados que entravam em seu território. Com a criação da Operação Acolhida e consequente instauração da Força-Tarefa Logística Humanitária, as Forças Armadas se viram inseridas em um contexto de Operação Humanitária, desta vez em solo nacional (SILVA, GOMES, 2021). Esse tipo de operação, diferentemente da Missão de Paz, que envolve o emprego de tropas para impor a ordem e a segurança, é direcionada em prestar apoio àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e necessitam de assistência emergencial, não havendo obrigatoriedade de emprego militar diretamente em conflito.

A inserção nesse tipo de operação, do Ministério da Defesa (MD) por meio das FA, em especial pelo Exército Brasileiro (EB), deve-se por sua capacidade logística única, capilarizada no vasto território brasileiro e potencializada por seu capital humano, regido pelo senso moral de cumprimento de missão em condições de disponibilidade permanente. Segundo a página oficial da Operação Acolhida na internet (Operação Acolhida – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), o papel das Forças Armadas na Acolhida é, juntamente com agências da ONU e organizações civis, prestar apoio logístico em administração, infraestrutura, saúde e transporte. Ainda, de acordo com sua página oficial, a Operação Acolhida é regida pelo tripé: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização.

Figura 1: Fases da Operação Acolhida



Fonte: Ministério da Defesa, 2022.

A primeira fase diz respeito ao cadastro e regularização migratória, nos postos de triagem e de atendimento avançado, dos venezuelanos que atravessam a fronteira, possibilitando o controle por parte do Governo Federal de quem e quantos são, além de fornecer atendimento médico. Na segunda etapa, os migrantes solicitam acolhimento em abrigos federais emergenciais, coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Por fim, a interiorização consiste no objetivo final da Operação em tela e também seu maior desafio, ofertando a eles a oportunidade de se deslocarem para outras cidades em todo o país e de inserção socioeconômica, sob a coordenação do MDS em parceria com a Agência das Nações Unidas para Migrantes (OIM). Em resumo, são quatro as modalidades de interiorização praticadas:

Figura 2: Modalidade de interiorização realizadas na Operação Acolhida



Fonte: Os autores, com auxílio de inteligência artificial Chat GPT (Open IA), 2025.

Em todas essas modalidades, o traslado dos venezuelanos é proporcionado gratuitamente pela Operação Acolhida, principalmente por meio das aeronaves da Força Aérea Brasileira. Cabe ressaltar a complexidade desse processo, que vai desde a logística do transporte até a inserção socioeconômica do realocado. A Estratégia de Interiorização é fundamental para a manutenção da estabilidade social do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Roraima em 2016 era de 514,2 mil habitantes, sendo na época o estado menos populoso da Federação e, de janeiro de 2017 a fevereiro de 2025, 663.378 imigrantes venezuelanos se instalaram no Brasil de acordo com o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes. Desses, 557.905 solicitaram autorização de residência, seja temporária ou por tempo indeterminado, e 141.277 ganharam a condição de refugiado pelo Governo Federal.

O principal posto de entrada deles foi Pacaraima (RR), onde passaram 74% deles. O elevado número de estrangeiros em Roraima pode ocasionar uma série de problemas a curto e a longo prazo. Koser (2011) argumenta que alguns dos impactos associados com o fenômeno da imigração são desafios para a coesão social e para afirmação da identidade nacional, aumento da violência (delitos criminosos, tráfico) e o aumento de gastos com políticas públicas.

A capital Boa Vista, que de acordo com o IBGE possuía cerca de 375 mil habitantes em 2018, contava, nesse mesmo ano, com cerca de 40 mil venezuelanos (COSTA, 2018). O salto vertiginoso do número da população alavancado pelas ondas migratórias venezuelanas resultou na sobrecarga do sistema público de saúde e dos demais serviços públicos do município (ARAÚJO, SPARTA, 2020).

A presença de desertores, compostos por oficiais e graduados das Forças Armadas Venezuelanas, entre os refugiados que entraram no território brasileiro pode agravar o desgaste diplomático entre os dois países. O treinamento militar desses indivíduos e as conexões que possuem com integrantes das Forças Armadas venezuelanas acende um sinal de alerta no que tange à soberania nacional (SILVA, GOMES, 2021).

Dessa forma, conforme apontado por Cabral e Cabral (2024), a realocação dos imigrantes e sua adequada integração socioeconômica em municípios espalhados por todas as regiões do país consiste em uma ação estratégica para a manutenção da soberania nacional. Além disso, corrobora para a normalidade social de Roraima, em especial de Pacaraima e de Boa Vista, cidades que receberam os maiores números de venezuelanos.

O Brasil figura como quinto maior país em extensão territorial, com uma área total de 8.510.417,882 km² onde estão distribuídos 5.570 municípios (IBGE, 2023). Em um país de tamanho continental, a histórica falta de planejamento em infraestruturas de transporte representa um dos principais gargalos logísticos brasileiros (SANTOS, BATISTA, 2023). Há uma dependência do modal rodoviário, que não é o mais indicado para cobrir longas distâncias e enfrenta problemas crônicos que tornam sua utilização ainda mais dificultosa. O modal aéreo, principal meio de realocação dos refugiados, também apresenta suas limitações estruturais, porém menos deficitárias quando comparadas com o rodoviário.

Além da logística relacionada ao transporte de pessoas, o abrigamento do realocado em seu novo município constitui igualmente um desafio para sua adequada interiorização. A definição de onde os realocados ficarão alojados, evitando que se tornem moradores de rua e garantindo que sejam de fatos inseridos na vida social daquela cidade, contando com o apoio crucial de organismos municipais e civis.

A gerência de todos esses entraves torna o processo de governança da Operação um trabalho complexo. O fruto dessa missão está nos resultados satisfatórios que a FT Log Hum vem apresentando, valendo-se da capacidade logística intrínseca das Forças Armadas. Nesse cenário, o apoio de agências civis e internacionais também se mostrou essencial para o bom desempenho da operação em tela. Portanto, passa-se a analisar as principais dificuldades logísticas enfrentadas e lições aprendidas pela Força, explorando os benefícios adquiridos para ela e para o Brasil frente ao palco internacional.

Para tanto, este tópico encontra-se dividido em: 1) Modais de transporte empregados; e 2) O abrigamento dos realocados nos municípios de destino. A metodologia aplicada baseou-se em pesquisas em artigos científicos sobre a mesma temática e sites oficiais, com o levantamento de dados para melhor embasamento das análises realizadas.

MODAIS DE TRANSPORTE EMPREGADOS

1. MODAL RODOVIÁRIO

Tratando-se em específico do transporte por meios terrestres, a operação contou com inúmeros desafios devido à vastidão do território nacional e a histórica concentração de meios e infraestrutura na região centro-sul do país. O modal terrestre fica sob coordenação da Base de Apoio Logístico do Exército (B Ap Log) e é executado pelo Estabelecimento Central de Transportes (ECT), ambos situados no Rio de Janeiro, com apoio da 2ª Companhia de Transportes, de São Paulo. É responsabilidade dessas unidades a provisão de meios, suprimentos e deslocamento de pessoal a fim de atender a operação.

O modal ferroviário perdeu relevância na malha logística, cabendo ao modal rodoviário o protagonismo do transporte terrestre da operação, devido à falta de candidatos no processo licitatório e a incipiente malha ferroviária nacional. A participação de órgãos e empresas civis, voltada ao transporte de carga para exportação, não considerou vantajosa a participação na operação devido ao ínfimo retorno financeiro o qual obteriam com a baixa quantidade de vagões de carga necessários para a acomodação dos suprimentos, como afirmado por Azevedo (2019).

As linhas férreas nacionais são, em suma, para fins de escoamento de produção, transitando majoritariamente do interior do território brasileiro para seu litoral, essas ainda possuem falhas estruturais graves, como a não padronização das bitolas usadas e a falta de convergência das linhas já existentes, dificultando sua integração. São, portanto, consideradas inaptas pelo Comando Logístico, para transporte de refugiados e suprimentos a fim de cumprir com as medidas de interiorização e apoio às atividades realizadas em Roraima.

O grande obstáculo enfrentado pelo modal rodoviário é a distância, como evidenciado por Araújo & Sparta (2020). Tomando como ponto de partida a cidade do Rio de Janeiro, onde se encontra o ECT, até Boa Vista, o percurso por estrada chega a 4.978km. Além disso, acrescenta-se a esse fator, a realidade das estradas brasileiras. O baixo índice de pavimentação (apenas 12,4% dos mais de 1,7 milhões de km de estradas brasileiras são de estradas pavimentadas), a falta de manutenção e a inacessibilidade principalmente a regiões dominadas pelo bioma da Amazônia, como é o caso do estado de Roraima, são exemplos das situações encontradas no deslocamento.

Apesar das estradas na região centro-sul serem, em sua maioria, de boa qualidade e manutenção, as vias que se estendem em direção ao norte do Brasil apresentam características contrárias. Como exemplo, é possível citar seu estado de conservação, sendo, muitas vezes, palcos de alagamentos ou largos trechos intransitáveis nas estradas.

O deslocamento do comboio logístico por esse eixo leva entre 20 e 25 dias para que os recursos cheguem até seu destino. Somado aos fatores supracitados, pode-se adicionar a maior necessidade de escolta e segurança em relação aos outros modais. Durante o trajeto a ser percorrido, a passagem dos comboios logísticos em áreas de risco ou estradas com condições de manutenção pode ser dificultoso, visto a necessidade de garantir a integridade não só do material a ser transportado, mas também do pessoal imbuído na execução.

Porém, a utilização das rodovias nacionais não se limita ao envio de meios e mantimentos para Roraima. Desde 2018, 146.304 venezuelanos foram enviados para diversas regiões do Brasil, uma porcentagem da interiorização dos refugiados é feita por meio das vias terrestres, totalizando 4.907 imigrantes deslocados por ônibus. Tal problemática conta com duas vias de ação por parte do comando da operação como citado por Azevedo (2019): pelo processo de contratação por aquisição, amparada na lei nº 8.666, de 1993, e por requisição, caracterizada pela lei nº 11.631, de 2007.

Através da primeira solução, o Exército precisa executar todo o processo licitatório, demandando bastante tempo para a entrada em vigência da licitação. Por outro lado, a utilização da lei de mobilização pode ser considerada. Tratando-se do procedimento de interiorização, como apresentado na palestra institucional da operação, tal ação é dividida em diversas etapas. Na chegada do estrangeiro na fronteira, o imigrante passa pelo Posto de Recepção e Identificação (PRI) no qual passa por uma regularização migratória com emissão de documentos, imunização e eventual restabelecimento dos laços familiares.

No próximo passo, o imigrante é levado para o Posto de interiorização e triagem (PI Trg). Nesse posto, busca-se compatibilizar os perfis dos imigrantes analisando a reunificação familiar, as profissões por eles exercidas, entre outros fatores. Após ser definido o destino do refugiado, o deslocamento rodoviário parte das rodovias de Boa Vista e Manaus direcionando-se a 12 cidades destino nas quais existem Núcleos Regionais de Interiorização (NURIN). O NURIN, por sua vez, recebe os refugiados com o objetivo de os integrar socioeconomicamente buscando vagas de trabalho, capacitando e monitorando os imigrantes – assim, finalizando o ciclo de interiorização.

2. MODAL AÉREO

O estado de Roraima é o mais setentrional da Federação e dominado pelo bioma da Amazônia, havendo apenas uma rodovia federal de ligação ao restante do país (BR-174). Esse isolamento geográfico fez com que o modal aeroterrestre ganhasse relevância no contexto da Op Acolhida. A distância de Boa Vista para o Rio de Janeiro é de 4.978 km por estrada, sendo que pela via aérea gasta-se 4 horas e 20 minutos para percorrer esse percurso com velocidade média de 800 km/h. Assim, além da FT-Log Hum, instituiu-se a Força Aérea Componente, protagonista na Estratégia de Interiorização.

Segundo Cabral e Cabral (2024), a maioria dos transportes de realocação ocorre em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). A partir da chegada dos refugiados em seu destino, a responsabilidade de sua recepção passa à FT Log Hum, que organiza previamente a logística da alimentação, alojamento (de passagem ou permanente) e emprego juntamente com órgãos do estado e municipais. Isto posto, observa-se a consonância com a descrição da tarefa da Função Logística definida pelo atual Manual EB70-MC-10.236, Operações de Ajuda Humanitária, de 2023: “Estabelecer rede de apoio à interiorização – Consiste em estruturar uma rede de apoio à interiorização, utilizando meios militares e civis para realocar os imigrantes no interior do país acolhedor.”

Os primeiros voos da Estratégia de Interiorização ocorreram em abril de 2018, nos quais a FAB transportou, em dois voos, cerca de 250 imigrantes com destino a Mato Grosso e São Paulo. Dessa data até janeiro de 2025, 141.397 pessoas foram realocadas por avião segundo o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. Como apontado pelo Estadão - Summit Mobilidade (2022), a infraestrutura aeroportuária brasileira passa pela falta de integração dos terminais aéreos com a cidade e de modernização de suas estruturas, além da desproporcionalidade da distribuição dos aeroportos pelo país. Enquanto estados como São Paulo contam com mais de 60 aeroportos, Amapá e Roraima possuem apenas um, localizados em suas respectivas capitais.

A fim de proporcionar maior dinamismo ao fluxo de realocação dos migrantes e refugiados e diminuição da pressão sobre o Aeroporto Internacional de Boa Vista, Manaus, incluída na Estratégia de Interiorização da Operação Acolhida desde 2019, passou a sediar voos com destinos as várias regiões do Brasil. O primeiro voo da FAB partindo de Manaus ocorreu em novembro de 2020, com destino a Belém. Este voo beneficiou 82 venezuelanos, os quais puderam esperar a viagem de interiorização no Alojamento de Trânsito de Manaus, que é gerido pelo Ministério da Cidadania e pela ACNUR, com o parceiro implementador Fraternidade - Federação Humanitária Internacional.

Um dos principais desafios do modal aeroviário está em seu elevado custo financeiro e restrição de meios. Para Chagas (2022): “a carga aérea possui um preço muito elevado em relação aos outros tipos de transportes, uma vez que necessita de uma grande infraestrutura aeroportuária, além de ter altos custos com combustível.” Desde 2022, a FAB vem empregando na missão humanitária sua nova aeronave

KC-30, adaptação do Airbus A330-200 adquirida nesse mesmo ano. O maior avião da história da frota da Aeronáutica brasileira (FAB, 2022) é capaz de levar 238 passageiros, voar por até 12 horas ininterruptas e percorrer 15.094 km, com um gasto aproximado de 6,14 litros de combustível por quilômetro.

Figura 3: KC-30 da FAB realizando voo de interiorização partindo de Manaus



Fonte: Força Aérea Brasileira, 2022.

Uma prática adotada pela Força Aérea Componente é promover o transporte dos imigrantes aproveitando as viagens que já seriam realizadas para substituição do efetivo de militares envolvidos na operação ou para transporte de suprimentos. O maior aproveitamento dos recursos disponíveis, reduzindo desperdícios de dinheiro público, está em consonância com o princípio da Administração Pública da eficiência, previsto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” Evidencia-se, dessa forma, o quão crucial é o modal aéreo para o processo de interiorização dos migrantes, garantindo um transporte rápido para todas as regiões do Brasil e possibilitando a coordenação com diferentes estados. Entretanto, destaca-se a necessidade de investimentos na modernização e ampliação dos aeroportos nos estados estratégicos para operações desse porte, como Roraima e Amazonas, possibilitando maior fluxo de voos e otimização dos processos de interiorização.

Uma das principais lições aprendidas pelas Forças Armadas na Operação Acolhida foi a importância do aproveitamento eficiente dos recursos disponíveis. A prática de utilizar voos previamente programados para transporte de suprimentos e substituição de efetivos, simultaneamente ao deslocamento de imigrantes, exemplifica um modelo de gestão racional e alinhado aos princípios da Administração Pública. Essa abordagem não apenas reduz custos operacionais, mas também maximiza a utilização da frota disponível, garantindo maior agilidade na interiorização dos migrantes e fortalecendo a capacidade logística das Forças Armadas em operações futuras.

O ABRIGAMENTO DOS REALOCADOS NOS MUNICÍPIOS DE DESTINO

O Exército Brasileiro desempenha um papel central na gestão e operação dos abrigos da Operação Acolhida, garantindo a estruturação, organização e manutenção desses espaços destinados aos refugiados venezuelanos. De acordo com Kanaan (2019, apud ARAÚJO, SPARTA, 2020):

O Exército Brasileiro é o grande coordenador de todas as ações desenvolvidas, com total sinergia entre os mais de cem participantes (atores públicos e privados, como órgãos dos governos federal, estadual e municipal, agências da ONU, ONGs, organismos internacionais, entidades religiosas, entidades filantrópicas e empresas).

O primeiro contato com os abrigos ocorre logo após o processo de triagem e regularização da situação de imigração. O indivíduo é deslocado para um dos 14 abrigos distribuídos em Boa Vista, Pacaraima e Manaus, onde recebe apoio enquanto aguarda o processo de interiorização. Esses abrigos devem dispor de capacidade para: alimentação, acomodações, instalações sanitárias, visita médica, lavanderia, coleta de lixo e dejetos, além de uma área de convivência para os abrigados.

Figura 4: Posto de interiorização e triagem em Manaus



Fonte: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2021.

Para garantir o funcionamento eficiente dessas estruturas, são utilizados recursos provenientes do governo federal. Amparam-se na 1ª Bda Inf SI, o que agiliza significativamente os processos licitatórios e possibilita o emprego de recursos humanos na montagem física dos abrigos. A gestão humanitária é realizada em parceria entre organizações da sociedade civil vinculadas ao ACNUR e a Força-Tarefa Logística Humanitária das Forças Armadas. Dessa forma, a atuação militar é essencial para manter a ordem e eficiência na gestão dos abrigos, garantindo que os processos logísticos sejam executados de forma ágil e coordenada, mesmo diante dos desafios impostos pela alta demanda e pela necessidade de rápida adaptação às condições variáveis da crise humanitária (Kanaan, 2019).

Após entrada nos abrigos, os migrantes iniciam seus processos de interiorização, tendo a oportunidade de realizar cursos de português e receber apoio para

revalidação de suas formações anteriores, se for o caso. Esse serviço é prestado pelo Centro de Capacitação Profissional para Refugiados e Migrantes Venezuelanos, que possui apoio estratégico do Espaço de Apoio à Criança (EAC) como resultado de uma parceria entre a Força-Tarefa, a Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI Brasil), a Visão Mundial e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tal capacitação contribui para o processo de integração do migrante, tanto no mercado de trabalho quanto nas interações pessoais na vida cotidiana. Nas palavras da venezuelana Flor Edelia, beneficiária dessa estratégia, em uma entrevista que concedeu à AVSI Brasil (2025),

A comunicação em português é algo muito importante e participar do curso foi um desafio pessoal, mas muito gratificante. Aprender o idioma abre portas de trabalho no Brasil e posso me comunicar melhor com outras pessoas. Eu me sinto muito grata pelo projeto Acolhidos por disponibilizar esse curso.

Em seguida, deverão optar por uma dentre as quatro modalidades existentes (Institucional, Reunião Familiar, Reunião Social e Vaga de Emprego Sinalizada) para que, dentro das possibilidades e interesse, sejam interiorizados. Segundo dados recentes (BRASIL, 2025), 51% dos migrantes interiorizados optaram pela modalidade de Reunião Social, 19% por Reunião Familiar, 15% por Vagas de Emprego Sinalizadas (VES) e 13% pela Institucional até fevereiro de 2025, porém, o atual foco é utilizar a vinculação de vaga de emprego, pois garante maior certeza da segurança de seus direitos básicos no longo prazo.

Cabe ressaltar que o transporte é a última etapa da operação em que as Forças Armadas têm participação. A partir da chegada aos Estados de destino, os migrantes que optaram pela modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada recebem apoios do Governo Federal e de organizações civis, fornecendo residências temporárias nos Centros de Acolhida e Integração (CNI). Incluem-se também o apoio para subsistência, com cartões para alimentação e outras necessidades, podendo permanecer por até 3 meses, salvo algumas exceções. Dentre as localidades mais comuns estão: Curitiba-PR, Chapecó-SC, São Paulo-SP, Manaus-AM e Dourados-MS, conforme a Figura 2.

Figura 5: Deslocamentos assistidos de Venezuelanos



Fonte: Organização Internacional para as Migrações, 2025.

De acordo com entrevistas realizadas (BRASIL, 2023), os interiorizados, fin-
dados seus apoios governamentais, apresentam diversas dificuldades, dentre estas:

Tabela 1: Dificuldades enfrentadas pelos migrantes interiorizados

Insegurança Habitacional	76%
Insegurança Alimentar	49%
Discriminação	34%
Empregado em Trabalho Informal	28%
Dificuldade de Acesso à Saúde	24%
Falta de Saneamento Básico	17%

Fonte: Os autores, 2025.

Entretanto, as entrevistas com migrantes que optaram pela modalidade VES resultaram em números consideravelmente menores, com redução da estatística de Insegurança Habitacional para 18%, por exemplo. Sendo assim, nota-se que a efetiva participação das FA brasileiras está nas primeiras etapas da Operação Acolhida, principalmente na recepção e primeiros cuidados. Essa iniciativa provê abrigo e alimentação para um significativo efetivo, que, com as cooperações com o Governo Federal, órgãos internacionais e instituições civis são promovem a garantia de um apoio de qualidade aos migrantes, ou seja, até a etapa final de sua integração quando é interiorizado e empregado.

Operações desse porte são de suma importância para o Exército Brasileiro. Pois, além de desenvolver e capacitar seu pessoal para gerir situações logísticas de grande volume, também cria laços entre as FA e outras instituições, exemplificando a real capacidade logística brasileira, na qual há a união entre os meios civis e militares frente a um esforço de guerra ou calamidades.

A gestão dos abrigos na Operação Acolhida proporcionou importantes tópicos sobre a eficiência e os desafios enfrentados durante o acolhimento dos migrantes. A experiência destacou a importância da coordenação interinstitucional – Exército Brasileiro, órgãos governamentais, ONGs e organismos internacionais trabalham em conjunto para oferecer respostas eficazes.

A interiorização dos migrantes revelou a necessidade de um maior apoio à integração social e econômica nos novos destinos, além do processo de acolhimento inicial. Programas que promovam a capacitação profissional mais especializada, o acesso a serviços de educação, e o suporte jurídico são fundamentais para garantir uma melhor adaptação dos migrantes às novas realidades e facilitar sua inserção nas comunidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa concluiu que, desde 2018, o processo de interiorização da Ope-
ração Acolhida passou por mudanças relevantes, como a ampliação dos modais de
transporte, a inclusão de Manaus como ponto estratégico de embarque e o fortaleci-
mento das parcerias interinstitucionais. A Operação Acolhida surgiu como resposta

ao intenso fluxo migratório venezuelano – representada por uma iniciativa complexa e desafiadora do Governo Federal brasileiro, em colaboração com organizações da sociedade civil e agências da ONU, visando à realocação voluntária e gratuita de refugiados e migrantes venezuelanos no território nacional. O objetivo principal foi a interiorização desses indivíduos, sendo considerada a fase mais desafiadora. Buscou-se aliviar a sobrecarga nos serviços públicos de Roraima, estado que inicialmente recebeu o maior impacto do fluxo migratório, e contribuir para a manutenção da estabilidade social e da soberania nacional.

As Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, demonstraram capacidades logísticas significativas que foram cruciais para o sucesso da operação. Evidencia-se a habilidade de mobilizar rapidamente centros de operação para a gestão de crises, contando com a prontidão da Força-Tarefa de Emprego Rápido (FTER) para o planejamento e execução das ações em um curto período.

A logística da operação abrangeu desde o transporte dos refugiados até sua inserção socioeconômica nos municípios de destino. Como destaque, é possível chamar a atenção para o modal aéreo, protagonizado pela FAB, pela rapidez e capacidade de alcançar diversas regiões do país, apesar dos custos e limitações estruturais de alguns aeroportos. O modal rodoviário, sob a coordenação da Base de Apoio Logístico do Exército (B Ap Log), também teve papel relevante, mas enfrentou desafios significativos devido às vastas distâncias e às condições das estradas, enquanto os modais ferroviário e hidroviário tiveram participação limitada.

O Exército Brasileiro desempenhou papel central no abrigamento dos realocados nos municípios de destino, gerenciando e operando abrigos em parceria com organizações civis vinculadas ao ACNUR, garantindo alimentação, acomodações e outros serviços básicos. A coordenação interagências foi essencial, envolvendo aproximadamente 95 órgãos e entidades que contribuíram para a organização e funcionamento da operação, refletindo o conceito da “Mão Amiga” — o emprego do Exército Brasileiro em missões de não-guerra.

A interiorização ocorreu por meio de quatro modalidades: Reunião Social, Reunião Familiar, Institucional e Vaga de Emprego Sinalizada, visando oferecer oportunidades de deslocamento e inserção socioeconômica. A experiência adquirida levou a uma especialização do Exército nesse tipo de missão, resultando na atualização da doutrina expressa no Manual EB70-MC-10.236 e na produção de um manual próprio sobre Logística Humanitária em Operações de Ajuda Humanitária.

A Operação Acolhida contribuiu para a manutenção da estabilidade geopolítica da América do Sul e para o protagonismo brasileiro na América Latina, considerando-o um agente capaz de realizar operações humanitárias complexas, reforçando sua reputação na ONU. A capacidade logística brasileira, demonstrada pela união de meios civis e militares, exemplifica a resposta a grandes desafios. Apesar dos resultados positivos, ainda existem dificuldades enfrentadas pelos imigrantes interiorizados após o apoio inicial, como insegurança habitacional e alimentar, discriminação e emprego informal. Por isso, a colaboração contínua entre o Governo Federal, órgãos internacionais e instituições civis é essencial para garantir um apoio de qualidade que acompanhe o imigrante até sua plena integração, a qual pode ser otimizada com

programas de capacitação profissional, acesso a serviços e suporte jurídico.

Em suma, a Operação Acolhida representa um esforço humanitário significativo do Brasil frente à crise migratória venezuelana, impulsionado pela logística das Forças Armadas e pela colaboração de diversos atores, gerando impactos positivos tanto no âmbito nacional quanto internacional.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Refugiados | ACNUR Brasil. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.acnur.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ALVES, Diogo Broetto. A atuação do Exército Brasileiro na crise de refugiados venezuelanos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5981>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ARAÚJO, Laércio Eduardo de; SPARTA, Danielle Morais Bourguignon. Força-tarefa logística humanitária “Operação Acolhida”: a atuação do Exército Brasileiro. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 70032-70050, set. 2020. Acesso em: 12 ago. 2025.

AZEVEDO, Gilberto da Silva. Coronel do Quadro de Material Bélico. Oficial de Operações da Força Tarefa Humanitária do COLOG. Entrevista em Brasília-DF. 09 de julho de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Após 13 anos de missão de paz, Brasil deixa o Haiti. In: *Metrópoles*. Brasília, DF, [s. d.]. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Informe sobre deslocamentos assistidos de venezuelanos – fevereiro de 2024. Brasília, DF, 2024. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Infográfico da Operação Acolhida – 2023. Brasília, DF, 2023. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Operação Acolhida. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida#eixos>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Mapa dos Aeroportos do Brasil. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/centrais-de-conteudo/map-aero-pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CABRAL, Gabriel Soares; CABRAL, Maria Yasmin Grosman. Análise sobre a força-tarefa logística humanitária em Roraima e o aprendizado gerado com os desafios superados durante a Operação Acolhida para os processos logísticos entre 2018 e 2022. *Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, 2024. Acesso em: 12 ago. 2025.

DISTANCE CALCULATOR. Distância São Paulo → New York City - Linha aérea, rota de condução, ponto intermédio. [S. l.], [s. d.]. Acesso em: 12 ago. 2025.

ESTADÃO SUMMIT MOBILIDADE. Dificuldades que os aeroportos brasileiros precisam superar. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/ir-e-vir-no-mundo/dificuldades-que-os-aeroportos-brasileiros-precisam-superar/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Manual de Campanha EB70-MC-10.236: Operação de Ajuda Humanitária. Brasília, DF: COTER, 2023. Acesso em: 12 ago. 2025.

EXAME. KC-30: por que Lula viajou em um avião da Airbus que teve nome ‘trocado’?. São Paulo, 2024. Acesso em: 12 ago. 2025.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Assista como foi o transporte dos imigrantes venezuelanos realizado pela Força Aérea. Brasília, DF, 2018. Acesso em: 12 ago. 2025.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. FAB realiza quarta etapa da interiorização dos imigrantes venezuelanos. Brasília, DF, 2018. Acesso em: 12 ago. 2025.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Notimp 209/2022 – Cerimônia celebra chegada de aeronave da FAB no Galeão. Brasília, DF, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/notimp/mostra/28072022>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GZH. Lula usa maior avião da FAB em viagem à Ásia; conheça o KC-30. Porto Alegre, 2024. Acesso em: 12 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2016. In: Agência de Notícias. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil | Cidades e Estados. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 12 ago. 2025.

KANAAN, Georges Feres. Operação Acolhida: a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil. *Doutrina Militar Terrestre*, Brasília, DF, v. 7, n. 18, 2019. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/2351>. Acesso em: 12 ago. 2025.

KOSER, Khalid. Quando a migração é um problema de segurança?. In: BROOKINGS INSTITUTION. Washington, DC, 31 mar. 2011. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/when-is-migration-a-security-issue/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Primeiro voo de interiorização da FAB direto de Manaus beneficia 82 venezuelanos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/103171-primeiro-voo-de-interioriza%C3%A7%C3%A3o-da-fab-direto-de-manaus-beneficia-82-venezuelanos>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Dados e Informações. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brazil.iom.int>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PLATAFORMA R4V. Brazil | R4V. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://r4v.info>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTOS, A. D. S.; BAPTISTA, J. A. D. A. Gargalos da Infraestrutura Logística do Brasil e o Impacto no Comércio Exterior. *Advances in Global Innovation & Technology*, v. 2, n. 1, p. 44-53, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/2384439.2.1-5>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Josias Marcos de Resende; GOMES, Thiago da Rocha Passos. Resposta governamental brasileira à crise migratória venezuelana: a contribuição das forças armadas na Operação Acolhida. *Revista de Militar de Estudos e Pesquisas (RMU-FGD)*, Dourados, v. 10, n. 20, dez. 2021. Acesso em: 12 ago. 2025.

SILVA, Paulo David Rocha Bezerra da; FRANÇA, Filipe Lourenço. A operação Acolhida - boas práticas e repercussões no âmbito internacional. *Observatório Militar da Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, 2023. Acesso em: 12 ago. 2025.

TRINDADE, Cláudio. Superando as barreiras: o idioma como processo integrador no Brasil. *Boa Vista*, [s. d.]. Disponível em: <https://www.avsibrasil.org.br/superando-as-barreiras-o-idioma-como-processo-integrador-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

UOL ECONOMIA. Quanto combustível um jato comercial consome por voo?. UOL. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://economia.uol.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FOI UTILIZADO IA PARA CONFECCIONAR OS INFOGRÁFICOS



O QUE APRENDEMOS NUMA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PAZ DA ONU

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹

O artigo tem como finalidade comemorar os trinta anos da participação do Décimo Batalhão de Infantaria, com sede em Juiz de Fora - MG na Missão de Verificação das Nações Unidas na África (Angola) – UNAVEM III.

Antes de apresentar os ensinamentos aprendidos na missão temos que entender a experiência do Brasil em Operações de Paz seja na Organização das Nações Unidas (ONU), seja na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Desta forma, serão apresentados a História das Operações nestas organizações e , posteriormente, o emprego do 2º Contingente do Batalhão de Força de Paz que atuou na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas, em Angola, a UNAVEM III (do inglês United Nations Angola Verification Mission III).

O Brasil tem uma tradição consolidada em Operações de Manutenção da Paz (OMP), sobretudo sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e, em menor escala, vinculadas ao sistema interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A seguir, apresento um panorama histórico, operacional e estratégico — dialogando com seu interesse em temas militares.

Principais experiências do Brasil em Missões da ONU

1 Suez - UNEF I (1957-1967)

- Primeira grande participação brasileira.
- Envio de batalhão de infantaria.
- Consolidação da doutrina inicial de peacekeeping.
- Brasil permaneceu por 10 anos na missão.

Impacto: Formação da cultura operacional de atuação sob mandato internacional.

¹ Coronel Reformado. Foi Comandante dos 10ºBI (Juiz de Fora – MG) e Batalhão de Força de Paz brasileiro na UNAVEM III (2ºContingente). O autor é pós-graduado em Administração, Ciências Militares, Educação, Estratégia, Filosofia, Logística, Negociação, Política, e tecnologia de Informação. Foi, também, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Filosofia da Academia Militar das Agulhas Negras. Participa em eventos da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e é colaborador da revista da AHIMTB.

2 Angola – UNAVEM III / MONUA (1995–1999)

Envio do BRABAT (Batalhão Brasileiro).

- Atuação em contexto de guerra civil ainda ativa.
- Missão robusta, com risco real de combate.

Destaque: O Brasil exerceu funções de comando e controle em ambiente de alta instabilidade.

3 Haiti – MINUSTAH (2004–2017)

- Missão mais emblemática da história recente.
- Brasil comandou a força militar por 13 anos.
- Emprego de tropas em operações urbanas complexas.
- Integração com ações humanitárias.

Relevância estratégica:

- Projeção internacional do Brasil.
- Consolidação de doutrina de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).
- Experiência em operações urbanas de alta densidade.

4 Outras missões relevantes

- Líbano – UNIFIL (Força Naval brasileira comandando força-tarefa marítima).
- Moçambique
- Timor-Leste
- República Democrática do Congo

Experiência no Sistema Interamericano (OEA)

No âmbito da Organização dos Estados Americanos:

- Participação na Força Interamericana de Paz na República Dominicana (1965).
- Atuação principalmente como observadores militares e assessores técnicos.

Diferença principal:

Missões da OEA tendem a ser menos estruturadas militarmente que as da ONU.

Dificuldades na Preparação das Tropas

1 Adaptação Doutrinária

- Missões ONU exigem ROE (Rules of Engagement – Regras de engajamento) específicas.
- Neutralidade e uso mínimo da força.
- Convivência com contingentes multinacionais.

2 Capacitação Linguística

- Inglês e francês obrigatórios em muitas missões.
- Dificuldade inicial histórica.

3 Logística Estratégica

- Transporte intercontinental.
- Sustentação autônoma por longos períodos.
- Padronização de equipamentos segundo exigências da ONU.

4 Ambiente Operacional Complexo

- Guerra civil ativa (Angola).
- Criminalidade organizada (Haiti).
- Conflitos étnicos (África Central).

5 Pressão Política e Diplomática

- Necessidade de alinhamento com política externa brasileira.
- Coordenação Itamaraty–Ministério da Defesa.

Participação do Décimo Batalhão de Montanha em Angola – como o segundo contingente da UNAVEM III (1995–1996)

O autor analisa a participação do Contingente no teatro de operações africano. Destaca, ainda, os problemas que as forças designadas para a missão de manutenção da paz enfrentaram e as atividades realizadas tanto no preparo quanto na situação real em Angola.

Desde meados de outubro de 1995 até o fim de setembro de 1996, o batalhão que eu comandava (10º BI, sediado em Juiz de Fora- MG) se aprestou, adestrou e serviu de base para a formação do 2º Contingente que atuou na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas, em Angola, a UNAVEM III (do inglês United Nations Angola Verification Mission III).

Em 1995, foi criada a UNAVEM III com a finalidade de monitorar o desarmamento e a desmobilização das tropas da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e garantir o cumprimento do Protocolo de Lusaka. Entre o recebimento do alerta para os preparativos do deslocamento e a ordem correspondente para a efetivação da criação do Batalhão de Força de Paz, a 4ª Divisão de Exército / 4ªBda Inf Mtz teve a missão de formar o 2º Contingente das tropas brasileiras que iriam atuar na UNAVEM III, em Angola, sob a supervisão do Comando Militar do Leste – Grande Comando responsável.

Devemos recordar que naquela época . final do século XX, o Brasil não tinha um setor de preparação de tropas para operar em ambiente externo de operações referentes a ONU ou da OEA.

Nos tempos atuais possuímos um centro de preparação de tropas, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), Centro dos melhores do Mundo. Assim, na época , fomos preparados graças a dedicação dos Comandos formadores e aos seus comandantes. Um preito de reconhecimento aos Gen Ex ABDIAS da Costa Ramos (CML); Gen Div Francisco Studart C. PAMPLONA (4 DE); Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder LESSA (1 RM); Gen Div Walter PEREIRA gomes (4 RM); e Gen Bda Alvaro Henrique Vianna de MORAES (4 Bda), a eles devemos a nossa preparação.

Diversas organizações militares, das três forças armadas, vieram a integrar este contingente, num total de oitenta e quatro; eram em sua maioria do Comando Militar do Leste. O 10º BI foi escolhido para servir de base para a criação do Batalhão de Força de Paz. Foi a organização na qual se concentravam os efetivos e onde foram realizados os preparativos materiais, as medidas administrativas e o adestramento da tropa que iria atuar em Angola. Esta participação, como comandante do 10º BI e BRABAT, possibilitou o levantamento de importantes aspectos, logísticos e operacionais, relativos às operações de paz.

Assim, procurei apresentar, de forma sintética, uma análise dos problemas e os ensinamentos colhidos no adestramento conduzido antes do deslocamento, bem como das operações realizadas no teatro de operações Africano.

Além disso, levantei várias maneiras de atuar e realizar condutas visando a condução bem sucedida neste tipo de missão. Embora a campanha de manutenção de paz propriamente dita mereça considerável estudo, minha intenção não é analisar os estratagemas políticos nem mesmo abordar os aspectos operacionais da campanha. Ao invés disso, irei discorrer sobre os ensinamentos colhidos no nível batalhão, que permitirão registrar, de forma sucinta, a história da operação de paz em Angola, como o adestramento dos soldados brasileiros, os desafios impostos pelas operações de manutenção de paz e a sua atuação no teatro de operações africano no final do século XX.

HISTÓRICO DO BRASIL NA OPERAÇÃO DE PAZ EM ANGOLA

A República de Angola situa-se na Costa Ocidental do Continente Africano na sua parte Austral. Este País viveu 500 anos de colonização portuguesa (1482-1975) e 14 anos de luta de Libertação Nacional (1961-1975). Tornou-se independente em 11 de novembro de 1975, mas apenas em 1992 houve a implantação da democracia pluripartidária e a realização das primeiras eleições democráticas. 2 Naquela época não existia o Centro Conjunto de Operações da Paz do Brasil (CCOPAB) - Sérgio Vieira de Mello.

A história das missões das Nações Unidas em Angola

Tem início em 1989, com a UNAVEM I (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), criada para monitorar a saída das tropas Cubanas, que apoiavam o Governo / MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Em 1991, o Acordo de Paz de Bicesse foi assinado em Portugal e, por conseguinte, criou-se a UNAVEM II. Em 1992, realizou-se uma eleição democrática em Angola, contudo, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) não aceitou o resultado e retomou à guerra.

Com o fim do regime na África do Sul, a UNITA perdeu significativa parte de seu fornecimento de suprimentos para a guerra. Com isso, o Governo foi retomando o controle da situação e, no fim de 1994, o MPLA e a UNITA chegaram finalmente a um acordo e assinaram o Protocolo de Lusaka (capital da Zâmbia).

Ao todo, o Brasil enviou para Angola, no período de julho de 1995 a julho de

1997, 3.364 (três mil trezentos e sessenta e quatro) militares.

O Brasil chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a Missão, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas. A participação brasileira na UNAVEM III fez com que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ

1. Caracterização da operação de Manutenção de Paz.

O aumento de conflitos regionais e o ressurgimento de uma Organização das Nações Unidas – ONU – mais ativa provocaram, naquela época, um crescimento no número de operações de manutenção da paz, conduzidas por aquela organização. Como resultado, teve início um maior envolvimento militar brasileiro, para honrar 53 compromissos do Brasil no cenário Internacional. A participação nas operações e manutenção da paz da ONU tinha importância e era tema que envolvia o Congresso, mídia, intelectuais e público nacionais. Portanto ao Exército cabia atuar adequadamente, visando garantir o êxito em operações futuras no cenário internacional.

ONU

A natureza da operação de manutenção de paz é singular. Trabalhando apenas no contexto de uma trégua de cessar fogo, a força deve ser aceita por todas as partes envolvidas na área do conflito. Para que seja percebida como realmente imparcial por todos os beligerantes, a força manterá uma representação internacional que será empregada sob o comando da ONU.

Portanto, torna-se fundamental o entendimento por parte dos integrantes da força de manutenção da paz que o País onde está atuando é soberano, cabendo aos “Peace Keepers” fiscalizar apenas os tratados consignados pelas partes oponentes. Criando assim, pela ação dos elementos neutros, as condições favoráveis ao estabelecimento da paz. Este entendimento é fundamental para qualquer negociação, em qualquer nível ou escalão. Podemos afirmar, sem medo de errar, que ao ser iniciada a negociação os oponentes devem ter o seguinte sentimento:

- ao representante da ONU cabe a criação das condições favoráveis para o restabelecimento da paz; e
- a responsabilidade maior cabe às partes oponentes.

Estas assertivas evitarão por ocasião das negociações constantes denúncias, de ambas as partes em conflito, sobre pretensas violações, colocando o integrante da ONU como único responsável para resolver as pendências surgidas. A responsabilidade maior é inerente às partes envolvidas no conflito; esta é a base para realizar uma negociação eficiente e produtiva.

Além disso, os Peace Keepers não possuem “inimigos” e somente empregarão a força em autodefesa ou como último recurso, com o fito de proteger o seu mandato. Ênfase será dada à negociação, persuasão e controle do conflito, com execução des-

centralizada até os níveis de pelotão e grupos. Habilidades interpessoais são fundamentais. O produto a ser vendido é a persuasão e o controle do conflito em todos os níveis. Ao contrário das operações de combate, onde a dissimulação e a surpresa são fatores essenciais para a vitória, o êxito nas operações de manutenção de paz deve ser realizadas através de um comportamento sempre previsível, ou seja, as forças em presença devem saber de antemão o que iremos fazer. Isto trará confiança e mostrará que os Peace Keepers estão vigilantes na preservação dos tratados consignados pelas partes em conflito.

A Chave do sucesso nas operações é a permanente vigilância, que dará às forças em presença a perfeita noção da ação, arbitral constante, das forças de manutenção da paz. Esta vigilância irá inibir e evitar eventuais violações dos acordos em vigor. A atuação será de forma crescente, numa ação contínua, levando a atingir os elementos essenciais para o sucesso de paz no País em conflito.

Deve-se ter, também, sempre em mente que os menores incidentes podem produzir sérias consequências. Todos os componentes da força de manutenção de paz (soldados, graduados e oficiais) devem saber que qualquer procedimento incorreto poderá comprometer toda a operação.

As operações de manutenção de paz são essencialmente descentralizadas, até os níveis mais baixos, seja individualmente, ou seja, com as frações menores; daí a necessidade de alta dose de iniciativa, liderança e profundo conhecimento da situação, através de informações oportunas dos escalões superiores.

O comandante de qualquer fração é o fator determinante para o êxito das operações de manutenção de paz.

As tarefas implícitas, mais críticas, na preparação dessas missões incluem:

- Adestramento adicional em vigilância, observação, controle de trânsito, técnicas de abordagem e da elaboração de relatórios em consonância com as normas da ONU.

Além destas, também, a observação dos costumes e normas locais, as operações de limpeza de campos de minas e a necessidade de apresentar uma impressão favorável seja para a população local, seja para as forças em presença ou para a mídia local e internacional.

Estas são algumas das tarefas, entre muitas outras, a serem perfeitamente dominadas pelos integrantes da força de manutenção de paz.

Finalmente, o sucesso neste tipo de operação depende do processo político exercido na área de operações pelo representante do secretário geral das Nações Unidas. A atuação conjunta desse representante e dos países garantes junto às forças políticas oponentes locais é fundamental.

As operações militares no contexto de manutenção de paz, na área do conflito.

São essencialmente de apoio; na realidade, apresenta um efeito menor do que as ações políticas no resultado alcançado. Porém, não devemos esquecer a afirmativa extremamente válida, do ex-Secretário Geral da ONU Dag Hammarskjöld: "A manutenção da Paz não é um trabalho para soldados, mas apenas um soldado pode realizá-lo".

A ONU em Operações de Manutenção da Paz

De acordo com a carta da ONU, o principal objetivo desse órgão multinacional é a manutenção da paz e a segurança internacional. As medidas concretas para a consecução desses objetivos são realizadas pelo Conselho de Segurança – o principal órgão da manutenção da paz e segurança internacional da ONU.

Seria fundamental desenvolver esta imagem positiva na mídia local e internacional. Para isso, o batalhão brasileiro teria (não teve. Foi preciso providenciar com nossos próprios meios) que ter em seus quadros pessoal oriundo do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx). O que não ocorreu naquela quadra histórica. Tendo, portanto, o BRABAT de fazer uma “conduta” para atender aquela importante necessidade.

Para o estabelecimento de uma operação de manutenção da paz é necessário submeter uma proposta ao Conselho de Segurança da ONU. Essa proposta pode ser feita por um País-membro, por um dos participantes de uma área conturbada ou pelo secretário-geral da ONU. Para que a operação seja aprovada é necessário que a proposta seja analisada pelos 15 países membros do Conselho.

A composição deste conselho é formada, da seguinte forma: 10 são membros não permanentes selecionados dentre vários grupos regionais e eleitos por período de dois anos, não podendo ser reeleitos; e os restantes 5 são permanentes (Estados Unidos da América, Reino Unido, Federação Russa, França e China), são necessários pelo menos nove votos a favor e nenhum contrário, ou veto, por parte de qualquer um dos cinco membros permanentes.

A condução dessas operações ao serem aprovadas pelo Conselho de Segurança, tem a finalidade de controlar o conflito e promover a solução pacífica de disputas.

Até o final da Guerra Fria, por forte influência dos centros de poder, essas operações eram realizadas, quando havia conveniência dos EUA e Federação Russa. Na atual conjuntura a situação se apresenta muito mais complexa. As operações podiam ser realizadas através de observadores militares desarmados ou de uma força levemente armada para atuar entre facções belicosas.

Assim, com a aprovação do Conselho de Segurança iniciava-se as operações, com o objetivo de monitorar o cessar fogo no final do conflito e criar as condições necessárias às negociações de paz. Nos últimos anos, o novo ambiente político internacional, decorrente do pós-guerra fria, estão gerando instabilidade crescente entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, dificultando as operações de manutenção de paz.

A atual contemporaneidade produziu importantes mudanças na natureza dessas operações, 57 às quais deixaram de ser principalmente militares em composição e finalidade. Elas incorporaram novas tarefas, que frequentemente vão além das habituais atividades de monitoramento do cessar fogo. Estão englobando a proteção das remessas de suprimento, o atendimento às necessidades dos refugiados, a inserção ao meio civil dos desmobilizados das forças em presença, a remoção de minas, o empreendimento de esforços visando o desarmamento e a criação de um governo de unidade nacional na área do conflito.

Para realizar essas operações, na prática, a ONU através do Departamento de Ope-

rações de Manutenção da Paz (DPKO), realizava o convite para países membros da organização em integrar as forças de manutenção de paz, na área em conflito, e com a aceitação deles, iniciava os preparativos para o início do processo. Em síntese, os preparativos eram constituídos em duas vertentes:

1. A primeira, era realizada com a participação do componente político através do representante especial do secretário-geral das ONU e por países garantes designados para as negociações entre as facções belicosas. Esta vertente conduzia o processo na área de operações. Predominantemente contava com a participação de grandes contingentes civis que desempenham funções políticas, humanitárias e administrativas essenciais, incluindo a monitoração de eleições, verificação de direitos humanos, ajuda humanitária, fortalecimento das instituições, a restauração da infraestrutura e dos serviços no país em conflito.

Na atual contemporaneidade, as operações de manutenção de paz, terão que ter importantes mudanças na sua natureza. A ONU, certamente, será importante no cenário internacional, mas, com modificações na sua atual estrutura e normatizações, que não atendem a pós-modernidade. O conflito Rússia - Ucrânia tem mostrado, como exemplo, que a ONU está se mostrando ineficaz. Neste nível, demonstra não ter a capacidade, a credibilidade, nem a imparcialidade necessária para resolução de conflitos.

2. A segunda vertente é representada pelo componente militar, que não é a preponderante na Operação de Manutenção de Paz da ONU. É formada pela direção militar, com os seguintes componentes: o comandante, o sub-comandante, o chefe do estado-maior (com assessores especiais), o Estado-Maior Conjunto (é uma estrutura clássica adaptada às necessidades inerentes às operações realizadas e às conveniências específicas da área do conflito) e por último o escalão executivo, com as tropas necessárias: batalhões de infantaria, serviços de engenharia, comunicações, logística, postos de saúde, elementos de transportes rodoviários e aéreos, entre outros.

CONJUNTURA DA ESTRUTURA MILITAR DE VERIFICAÇÃO DA ONU EM ANGOLA

A estrutura militar a ser implantada na área de operações, em Angola, foi detalhada pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) em conformidade com a divisão territorial daquele país. De lá vieram a divisão dos cargos a serem ocupados pelos militares dos estados-membros. Portanto, o comando, o sub-comando, a chefia do Estado-Maior e as assessorias especiais e geral foram distribuídos segundo critérios estabelecidos naquele alto órgão das Nações Unidas.

A importância, ou melhor, a influência maior ou menor na área de operações é diretamente proporcional aos cargos ocupados por determinado País e não necessariamente pelo efetivo maior ou menor de tropas em operação. Seria normal que o país que possuísse maior efetivo também possuiria o maior número de cargos do comando e do estado-maior desta missão de verificação militar, o que nem sempre acontecia.

Este dado, representa de maneira bem simples a facilidade ou a dificuldade a serem obtidas, pelos nacionais, numa área de manutenção da paz sob a égide da ONU. Portanto, o país com seu componente diplomático tem que fazer junções junto ao DPKO para que nossas forças no TO tenham melhores condições de emprego.

Aspectos importantes na área de operações em Angola (UNAVEM III)

Deduz-se que tem que haver uma ação política do Brasil no DPKO, antes de que este alto órgão faça a divisão de cargos para ser implantada na área de operações a ser criada. Portanto, é neste emaranhado de países-membros e organizações (no caso de Angola havia, só na parte militar, da ordem de 36 países integrantes da UNAVEM III, além de órgãos civis e elementos diversos sejam da ONU ou organizações não governamentais – ONGs) que foram estabelecidas as ligações necessárias durante toda a operação, sejam elas logísticas ou operacionais.

Daí a necessidade de se conhecer, profundamente, as normas de execução da ONU para as operações de paz e tomar medidas, nem sempre ortodoxas, dentro desse contexto e universo extremamente complexo. Além disso, foi importante conhecer os costumes e peculiaridades dos diversos países que integraram o contingente militar da ONU, evitando constrangimentos e situações delicadas com os militares de outras nacionalidades.

Além desse contexto interno da ONU foi igualmente importante conhecer todas as nuances do país onde se desenrola a ação arbitral da ONU (costumes, tradições, política interna, forças oponentes / fator militar, causas do conflito). Como exemplo, citarei o aspecto jurídico ocorrente em Angola.

O País tinha duas justiças: a que nos conhecemos (baseada em leis e normas escritas- conduzidas pelo sistema jurídico como o daqui); e a que podemos denominar de tradicional (conduzida pelos SOBAS), aquela autoridade que conduz as normas da sociedade local, nas aldeias, no interior do país).

Durante toda a operação, em especial nas aldeias, a nossa ação sobre conduta jurídica e das leis locais era baseada na justiça tradicional, conduzida pelos Soba .

Foi dada Importância a seguinte consideração: Todas as frações ou elementos do Brasil estariam, na UNAVEM III, sob um controle nacional para não comprometer as tradições e o bom nome do país, neste contexto multinacional. Avultou de importância a necessidade de possuir, na área de operações, um elemento coordenador de todos os nacionais, sejam frações ou indivíduos. Esta afirmativa é um dos pré-requisitos básicos para a boa representação de um país que integra o contingente militar da ONU. Não se pode considerar de maneira simplista que os integrantes militares nacionais sejam enquadrados por outros elementos de países membros, em todas as suas nuances administrativas e disciplinares. Esse encargo deve estar restrito a uma autoridade nacional, pois cada país, além das normas da ONU, tem as suas peculiaridades e legalidade.

O que se quer dizer é que os atos das frações e elementos militares nacionais sejam coordenados por um único comandante, que centralize toda a atuação brasilei-

ra, independentemente de sua origem, seja do Exército, da Marinha, da Aeronáutica ou qualquer das Polícias Militares dos Estado (que integravam o quadro de Observadores Policiais Militares da ONU).

Como fazer isso?

Quase todos os países possuíam órgão coordenador, oriundos de seu Ministério de Defesa. Este órgão era integrado pelo contingente nacional, dentro do efetivo previsto pela ONU e subordinado ao comando nacional que ocupava o maior nível hierárquico dentro da Missão de Verificação Militar.

Para que possamos ter uma idéia das ligações que se realizavam dentro da UNAVEM III, vejamos um exemplo, a nível do Batalhão Brasileiro (BRABAT):

- Dentro da área de operações considerada, Angola, a ligação do BRABAT seria com o órgão militar imediatamente superior, o Comando Regional em Luena, e deste com o Comando de Verificação Militar da ONU, em Luanda. Esta ligação era mais operacional que técnica-administrativa;
- Caso necessitássemos de determinado apoio aéreo ou administrativo/logístico e fizéssemos as ligações com o escalão imediatamente superior – o Comando Regional – dificilmente seríamos atendidos. Esse não atendimento era resultante de absoluta falta de estrutura e de dificuldades inerentes, que não cabe comentar;
- a solução, invariavelmente, foi a utilização da representação do BRABAT na sede da UNAVEM III, em Luanda (medida que conseguimos com ações não ortodoxas). Essa medida trouxe uma série de benefícios, tais como: - elementos especializados para o apoio logístico e aéreo, localizados dentro do Comando de Verificação, agindo de acordo com as normas vigentes e sem os entraves organizacionais; e desta forma o processo mais organizado e eficiente gerando a boa impressão dos integrantes da administração da UNAVEM III com referência ao BRABAT.

O exemplo e a dinâmica apresentados se estenderam para todas as atividades executadas, pelo 2º Contingente do BRABAT, naquela operação de paz em Angola. Estrutura organizacional foi criada como “conduta” pelo BRABAT, cuja estrutura era formada por oficiais e graduados, das três forças armadas com fluência em Inglês e com conhecimento da estrutura da UNAVEM III. Tinha a missão de criar as melhores condições para atender todas as necessidades logísticas, de lazer e do apoio aéreo do contingente brasileiro.

Adestramento da Tropa Armada (TA) da Força de Paz (FP)

Ações realizadas pela Tropa brasileira na área de operações.

Para constituir uma tropa armada de valor unidade de combate, da arma-base, que seria empregada integrando uma Força de Manutenção da Paz da ONU foi

preciso e necessário um plano de preparo muito peculiar. Os integrantes de um contingente de Verificação da Paz / ONU, em particular a tropa armada varia de acordo com a missão a ser realizada e com a área de operações.

No caso específico de Angola, para a preparação do BRABAT (2º Contingente) foram observadas as seguintes premissas básicas:

- a. Falta de doutrina de emprego;
- b. Necessidade de empregar tropas com origem, nível de adestramento, experiência, material e concepção de empregos distintos;
- c. Preparar uma organização (OM), valor Unidade de Infantaria, apoiada por elementos de reconhecimento (Cavalaria), Engenharia, Comunicações, Saúde e Logística. Esta OM atuaria distante de sua Base Logística (no Brasil) e teria que ser autônoma;
- d. Prazo curto para a preparação do BRABAT, estabelecer as condições de emprego e conhecimento recíproco entre os integrantes das diversas frações e seus comandantes (Além de organizações diferentes do Exército contaríamos com frações e elementos da Marinha e da Aeronáutica).
- e. Preparo psicológico e adequação a outras realidades (a da ONU como instituição e de outros países participantes), tanto os militares como os civis, da Missão de Verificação da Paz.
- f. Estabelecer parâmetros de preparação diferentes dos que a tropa estava preparada.

Em Angola, na área de operações não tínhamos nenhuma estrutura de apoio (A estrutura do país estava destruída, não existiam serviços públicos essenciais).

Além desse preparo foi fundamental o conhecimento na área do conflito da cultura e costumes da população local). Esse preparo e adequação, em operações de manutenção da paz, foi mais importante que a capacidade física e a hígidez do Peace Keepers brasileiro;

Teríamos que ser autônomos, só contaríamos com o apoio de nossa logística (BRABAT e no Brasil / 1ª RM - CML) e da ONU - com algumas classes de suprimento). Além disso foi importante proporcionar preparação aos comandantes das diversas frações do BRABAT, até o nível mais baixo, capacidade de negociação, persuasão, observação, conhecimento dos acordos entre as partes beligerantes e as normas da ONU.

Essa preparação foi baseada em princípios como o da imparcialidade, paciência e a capacidade de agir com iniciativa e tinha como finalidade dotar a nossa tropa da capacidade de realizar a operações de paz naquele conflito.

Tudo isso, foi realizado para evitar situações que afetassem o entendimento dos oponentes sobre a confiança na arbitragem dos integrantes do BRABAT e, também, para apresentar o estado do preparo do BRABAT para o Comando de Verificação da ONU.

A nível do preparo individual, do “fazedor de coisas”

Além do aspecto técnico profissional individual e coletivo, eles foram preparados para outras atividades específicas (como padeiros, barbeiros e outras atividades numa área de operações sem nenhuma estrutura, fomos autônomos em todas as atividades necessárias as atividades humanas, fator imprescindível à permanência da nossa Organização Militar em território carente de recursos).

Todas essas premissas, acima apresentadas, foram itens fundamentais no preparo da tropa que se destinava ao complexo cenário das operações de manutenção de paz. Além destes, frutos da experiência naquela campanha, devem ser seguidas, com muita persistência, as “Diretrizes da ONU para o programa de adestramento Nacionais ou Regionais”.

Como se pode observar, exigia-se do “Peace Keepers” brasileiro a necessidade de rigoroso preparo técnico, psicológico e noções de negociação que o caracterizam como um militar extremamente profissional e, também, dotado de perfeita noção de responsabilidade de quem representa o país no contexto de outras nações.

Além do preparo individual é extremamente importante a execução de exercício de adestramento do BRABAT, dentro das condicionantes com que iria atuar na área de operações. Antes de iniciar o planejamento das manobras de campo foi necessário e fundamental a realização por parte do comando e estado-maior do batalhão fazer o reconhecimento da área de operações em Angola. Este reconhecimento possibilitou avaliar a real situação a ser encontrada, tanto na parte operacional quanto logística.

Da avaliação, dentro da realidade da área de operações, foi possível realizar as medidas e ações que foram pertinentes e principalmente, pela inexistência na época, de doutrina de emprego. Além disso, foi levado em conta que aquela operação de manutenção de paz, em Angola, era singular e diferente de outras realizadas ou em realização.

O 2º Contingente realizou, após o reconhecimento em Angola, um exercício numa área correspondente a oito (8) municípios da Zona da Mata mineira, criando principalmente as dificuldades inerentes à grande descentralização entre o comando do batalhão e suas subunidades, em distâncias superiores a 70 Km (na área de operações estas distâncias chegavam a 400 Km). Este exercício possibilitou ao comando e ao estado-maior do batalhão sentir as dificuldades inerentes, principalmente, às comunicações, transporte e suporte logístico. Dificuldades que seriam encontradas na área de operações em Angola.

Além disso, possibilitou conhecer os homens em manobra e suas reais condições técnicas e psicológicas. Para se ter uma ideia, vários militares foram substituídos e isto mostrou-se muito eficaz quando das operações reais realizadas.

Operações Reais realizadas na Área da UNAVEM III

A unidade militar brasileira recebeu uma zona de ação que compreendeu as províncias (corresponde a Estados no Brasil) de Moxico e Bié, limitando-se ao nor-

te com o batalhão do Zimbábue, ao sul com o batalhão da Romênia, a oeste com o batalhão do Uruguai e a Leste com a Zâmbia. O BRABAT se desdobrou, da seguinte forma:

- com o seu comando, a companhia de apoio, companhia de serviço, a companhia reserva (3ª Cia de Fuzileiros), o pelotão de Engenharia, uma Unidade de saúde e o esquadrão Cavalaria Mecanizada em Kuito, sede provincial do Bié (área das Forças do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola);
- a 1ª Cia de Fuzileiros na cidade de Andulo (área das forças da UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola);
- a 2ª Cia de Fuzileiros na cidade de Lumeje, província de Moxico (área das forças da UNITA);
- a 4ª Cia de Fuzileiros (companhia dos Fuzileiros Navais) na cidade de Chitembo, na província do Bié (área da UNITA).

As nossas missões, em linhas gerais, eram:

1. interpor-se entre as forças oponentes, evitando violações do tratado celebrado entre a UNITA e o MPLA (Tratado de Lusaka), através de fiscalização e supervisão constante;

Para esta missão.

Posto de controle e observação

Eram destacados postos de controle e observação que variavam de pelotão a grupo de combate. Estes postos eram localizados em áreas que se interpunham entre as forças oponentes e agiam com rigorosa fiscalização, através de patrulhas mecanizadas (sua presença coibia violações e davam segurança às populações e tropas oponentes pela ação de presença das tropas dos “capacetes azuis brasileiros”) Patrulha do Esq Cav em ação de fiscalização.

As ações realizadas eram extremamente desgastantes, fase à situação das forças em conflito, exigindo da parte dos brasileiros negociações difíceis, deslocamento em área minada, população local submetida aos rigores da guerra e cuidados sanitários (área muito endêmica - malária, tifo e outras endemias). Estes postos eram substituídos mediante rodízio de 72 em 72 horas.

2. Conduzir as atividades inerentes à construção de três áreas de aquartelamento das Forças da UNITA e sua consequente desmobilização;

Era realizada pelo valor subunidade, para cada área de aquartelamento, reforçada por frações especializadas que variavam conforme a missão (engenharia, cavalaria, comunicações, saúde, logística etc.). Vista aérea de uma área de aquartelamento (QA).

Foi uma missão diferente de tudo aquilo que tínhamos conhecimento e extremamente difícil, fase a óbices de toda a ordem (da ONU, das Forças em presença, das ONGs, da situação etc.). Para cumpri-la com eficiência e eficácia, o comando do BRABAT designou um oficial de seu estado-maior, para cada área de aquartelamento, para tratar dos problemas políticos e das ligações com a UNAVEM III. Este oficial fazia a intermediação do Comando do BRABAT com os governadores de província, prefeitos,

lideranças locais tradicionais (SOBAS), comandos militares em presença e dirigentes de ONGs, entre outras autoridades.

As atividades operacionais ficavam a cargo do comandante de subunidade da área de aquartelamento (QA).

As atividades realizadas foram as seguintes:

- a. Construção da área de aquartelamento (QA).
- b. Transporte das Forças da UNITA até a área de aquartelamento.
- c. Administração da área de aquartelamento até a desmobilização das Forças da UNITA.

No período de atuação do 2º Contingente foram construídas e colocadas em operação três (3) áreas de aquartelamento (QA): Andulo; Chitembo; e Lumege.

Estas QA foram consideradas pela UNAVEM III como das melhores construídas e operacionais de Angola.

3. Acompanhar e fiscalizar a retirada e o aquartelamento das Forças do MPLA até os seus quartéis originais.

Para o cumprimento desta missão, o BRABAT utilizava patrulhas mecanizadas para acompanhar o movimento das tropas governamentais (MPLA) desde onde estavam desdobradas, face às tropas da UNITA, até suas áreas militares originais, onde seriam aquarteladas. As áreas anteriormente ocupadas pelas forças do MPLA tinham, também, que ser fiscalizadas para evitar sua ocupação por forças oponentes. Além dessas ações operacionais, uma série de missões secundárias foram realizadas, tais como:

- Escolta de comboios e autoridades;
- Patrulhas mecanizadas ;
- Operações humanitárias;
- Desminagem; e
- Construção (inclusive pontes) e reparação e desobstrução de estradas.

CONCLUSÃO

Como se vê, as ações realizadas abrangeram um campo bem amplo e para que fossem cumpridas exigiam preparo profissional, dedicação diuturna e enorme capacidade de improvisação, para solucionar problemas complexos em áreas de atuação diferenciadas.

Daí a importância da capacitação dos comandantes das diversas frações e perfeita noção de responsabilidade dos comandados que, não sendo inatas, tem que ser exaustivamente adquirida no adestramento, bem como na seleção judiciosa dos militares que irão compor uma tropa de manutenção de paz.

Finalmente, é importante ter como premissa fundamental não permitir que os militares empregados fiquem na expectativa de que irão atuar num ambiente de paz.

Não é uma missão para ser cumprida por soldados pouco adestrados e novatos. Mais do que qualquer outro fator, serão soldados e unidades competentes, bem adestrados, com iniciativa e flexibilidade que irão enfrentar, com êxito, essas missões em cenário internacional.

Dentre as lições aprendidas, baseada em observações no TO e, também, dos diver-

sos países que integravam a ONU, farei as seguintes considerações:

1. Observei que diversos países utilizavam, na área de operações, o sistema de comissão (comissionando ou descomissionando as patentes originais de seu exército). Era comum ver que sargentos eram descomissionados como soldados e oficiais eram comissionados para menor ou maior patente. Assim era comum ver militares mais idosos em função de soldados (a ONU, exigia do país participante apenas números de efetivo militar).

No nosso caso, tínhamos soldados pouco experientes, que ao final da missão, chegando no Brasil receberiam a baixa do serviço militar. Entendo que as nossas Forças Armadas deveriam ser formadas, exclusivamente, por militares profissionais que iriam trazer a experiência adquirida em operações extracontinental para o aumento da operacionalidade de nossas Forças Armadas.

2. Nestas operações é necessário a ação diplomática para consolidar relações com Angola, com a finalidade de obter no futuro vantagens. Observei países que faziam gestões no DPKO para colocar seus representantes (tropa e pessoal) em funções e locais de seus interesses, de uma forma que, após as operações, gerassem vantagens nos campos do poder (econômico, cultural, militar, político e tecnológico) e das relações favoráveis com Angola.

3. Área de Recreação na UNAVEM III não foi previsto pela nossa logística essa importante atividade, com a finalidade de preservar a manutenção do poder de emprego em área de operações de manutenção de Paz.

O que era feito?

Após o período de emprego os integrantes da tropa tinham um tempo para que tivessem uma licença, um período de descanso. Isso era feito de forma individual e independente.

Imaginem isso em área de operações de conflito?

Os outros contingentes brasileiros tiveram muitos problemas relativos a alterações, incidentes e acidentes com os militares em período de dispensa.

O que fizemos, criamos uma área de recreação com a estrutura em pessoal, viaturas, local e previsão de transporte aéreo (tudo isto feito com a chamada "viração").

Os militares eram acolhidos por transporte aéreo até a areal de recreação, um hotel a beira do mar em Luanda. Ali, sob controle faziam a recreação.

Não houve nenhum problema e o período de licença atendeu plenamente a recomposição do moral da tropa, especialmente em missão prolongada em área de conflito. Recomendo seguir a doutrina em outras operações futuras de Missão de Paz.

A seguir uma explanação do que deve ser uma recreação segundo a doutrina militar:

Uma área de recreação em uma área de operações militares é um espaço organizado, dentro ou nas proximidades do dispositivo militar, destinado ao descanso físico, recomposição psicológica e manutenção do moral da tropa, especialmente em missões prolongadas.

Ela não é luxo — é parte da logística de pessoal e da manutenção do poder de combate.

Finalidade principal

1. Reduzir estresse operacional
2. Prevenir fadiga psicológica
3. Manter coesão e moral
4. Evitar desgaste disciplinar
5. Aumentar eficiência e prontidão

Em operações longas (como missões de paz ou ocupação), o desgaste mental pode comprometer a capacidade decisória tanto quanto a fadiga física.

Em termos operacionais:

A área de recreação é um elemento de sustentação moral e psicológica da tropa, integrante do apoio logístico, voltado à preservação do poder de combate em operações prolongadas.

A área de recreação:

- Reduz risco de estresse pós-traumático
- Diminui conflitos internos
- Melhora a disciplina
- Preserva liderança
- Mantém espírito de corpo

Sem isso, há risco de:

- Queda de rendimento
- Indisciplina
- Problemas psicológicos
- Decisões erradas sob pressão

Nessas missões, a área de recreação costuma ser mais estruturada, podendo ter:

- Academia improvisada
- Quadra esportiva
- Sala de internet
- Refeitório ampliado como espaço social
- Eventos culturais internos e externos (relativos a cultura e costumes de Angola)
- Sessões de cinema ou área de internet.

Isso deve ser fundamental porque o militar passou mais de 6 meses longe da família, como ocorreu com o BRABAT em Angola.

. Recomendo seguir a doutrina, relativa à recreação, em outras operações futuras de Missão de Paz.

Desta forma apresentamos o que aprendemos numa Verificação de Paz da ONU.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Therezinha de. África Subsaariana (caminhos incertos através dos séculos). In A Defesa Nacional. N° 748, 1999. CORREIA, Pedro de Pizarat. Angola: do Alvor a Lusaka. Lisboa: Hugin Editores, 1996.

COUTINHO, Júlio Raphaél de Freitas. Força de Paz: o que aprendemos. Rio de Janeiro- RJ: Revista do Exército Brasileiro – vol. 134 - 4º Trimestre de 1997.

KANT, Immanuel. À Paz Perpétua: um projeto filosófico – tradução e notas de Bruno Cunha. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020 (título original: Zum ewigen Frieden – Ein philosophischer Entwurf).

O'NEIL, John Terrence e REES, Nicholas. United Nations peacekeeping in the post-Cold War era. Londres: Routledge, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. <http://www.un.org>. VENÂNCIO, Moisés. The United Nations, Peace and Transition: Lessons from Angola. Lisboa: IEI, 1994.



A Batalha de Tuiuti: Poder Terrestre, Naval, Terreno, Logística e a Vitória da Tríplice Aliança

Daniel Narciso Beamurguia¹

Júlio Cesar Fidelis Soares²

Marco Antonio de Freitas Coutinho³

1 Daniel Narciso Beamurguia é nascido em 1965 em Buenos Aires, Argentina. Ingresso na Universidade de Buenos Aires. Faculdade de Direito. Formado em Direito em 1988. Exercício profissional da advocacia desde 1988 até 1995. Vive no Brasil desde 1995, em Santa Catarina. Atividades no setor de turismo, hotelaria e condomínios. Membro da Comunidade do Canal Arte da Guerra desde 2024. Participa como articulista no Canal Velho General sobre matérias de história militar e geopolítica. Publicou artigos sobre a Primeira Guerra Mundial sobre a Batalha de Verdun 1916, a Ofensiva Brusilov 1916 e a campanha do Sinai e da Palestina 1915-1918. Está trabalhando num livro sobre as relações diplomáticas entre Estados Unidos e China no decorrer do século XX.

2 Júlio Cesar Fidelis Soares é economista, Mestre em História Social pós-graduado em Engenharia Econômica e Docência de Ensino Superior. Autor de livros, artigos acadêmicos e em periódicos e trabalhos na área de educação. Professor nas áreas de Economia e História, com ênfase em História Econômica Geral e História do Pensamento Econômico, Doutrinas Econômicas e na área de Desenvolvimento Econômico e Social, Engenharia Econômica, Política e Planejamento Econômico, Economia & Mercados, Economia da Educação. Atuando também nos seguintes seguimentos de pesquisa: História do café no Vale do Paraíba fluminense, Gestão, Tecnologia e Educação, História da Educação, Economia e Sociedade. Membro da Academia Resendense de História, Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil- Resende-RJ, membro IEV - Instituto de Estudos Vale-paraibano Presidente do Grêmio Literário de Resende-RJ e membro da ALAHC - Academia de Letras, Artes & História de Cruzeiro-SP. Pesquisador em História Militar foco Revolução 1932, Revolta Liberal 1842, Força Expedicionária Brasileira FEB, Guarda Nacional Brasil Império.

3 Marco Antonio de Freitas Coutinho é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro. É graduado em Ciências Militares. Possui especialização em Análise de Sistemas e Relações Internacionais. É mestre em Operações Militares (EsAO), Ciências Militares (ECEME) e Ciência Política Internacional (Universidade Europeia do Atlântico – Espanha). Foi instrutor do corpo de cadetes da AMAN, foi oficial de estado-maior das missões de paz UNAVEM-III (Angola), MONUA (Angola) e MINUSTAH (Haiti). Comandou o 14º Batalhão Logístico (Recife - PE). Foi oficial de gabinete do Comandante Logístico, do Comandante do Exército e do Ministro de Estado da Defesa. Desempenhou a função de Diretor do Departamento de Relações Político-Sociais da Secretaria de Governo da Presidência da República. Atualmente integra a AHIMTB, é editor-chefe do canal GRU! Geopolítica em Ação, possui dezenas artigos científicos publicados e é autor do livro “Guerra Russo-Ucraniana: O conflito que está redesenhando a geopolítica mundial”.

1. INTRODUÇÃO

A Batalha de Tuiuti, travada em 24 de maio de 1866, é lembrada como o maior confronto terrestre da história da América do Sul e um dos momentos decisivos da Guerra do Paraguai. Costuma ser evocada pela violência do combate e pelo número impressionante de mortos, mas sua importância vai muito além do choque direto entre as tropas. Tuiuti foi o resultado de uma combinação complexa de fatores que envolveram terreno, logística, armamentos, organização militar e a própria capacidade dos exércitos aliados de operar em conjunto em um ambiente hostil.

A vitória da Tríplice Aliança não pode ser explicada apenas pela resistência no campo de batalha. Ela dependeu da escolha do terreno, da liderança militar, da atuação da Marinha Imperial Brasileira, da manutenção de longas linhas de suprimento, da estrutura médica que tentava conter epidemias devastadoras e da habilidade de coordenar forças brasileiras, argentinas e uruguaias em meio a interesses políticos muitas vezes divergentes. Cada um desses elementos influenciou diretamente o resultado do combate.

Este artigo busca apresentar Tuiuti sob essa perspectiva ampliada. Além de analisar o contexto político e militar que antecedeu a batalha, examina-se a geografia da região, a disposição das tropas, o impacto da artilharia, a atuação dos comandantes e o papel decisivo da logística fluvial. O estudo também incorpora anexos com uniformes, armas e equipamentos utilizados pelos combatentes, permitindo visualizar com clareza o material bélico empregado e compreender como esses elementos influenciaram o desempenho das unidades em combate.

Outro aspecto fundamental é o uso de testemunhos de época, especialmente o relato de Dionísio Cerqueira, que oferece uma visão humana e sensorial da batalha. Sua narrativa revela o imprevisto, o medo, a confusão e a brutalidade do combate, elementos que dificilmente aparecem nos relatórios oficiais. Ao integrar essa dimensão subjetiva, o artigo busca aproximar o leitor da experiência real dos soldados que lutaram em Tuiuti.

Assim, mais do que recontar um episódio militar, este trabalho procura mostrar como a vitória em Tuiuti foi construída por uma engrenagem complexa que envolveu estratégia, logística, tecnologia, política e, sobretudo, a resistência humana diante de condições extremas.

2. A SITUAÇÃO GERAL ANTES DA BATALHA

Após meses de operações, o Exército Aliado, composto por brasileiros, argentinos e uruguaios, havia penetrado no território paraguaio e estabelecido um grande acampamento na região de Tuiuti. O local, embora pantanoso, oferecia vantagens defensivas naturais. O comando geral estava nas mãos de Bartolomeu Mitre, presidente argentino, enquanto o Brasil fornecia a maior parte da infantaria e da artilharia.

O General Bartolomeu Mitre era um importante líder político na unificação nacional da Argentina, mas como militar e comandante em chefe, ele não estava na altura das circunstâncias. Tinha muitas dificuldades no comando porque os interesses dos aliados eram contraditórios entre si, tinham em comum o mesmo inimigo:

López. Daí em diante vinham as diferenças principalmente de Mitre com Tamandaré já que este não dependia de Mitre, o que complicou a coordenação entre ambos. Mitre foi nomeado comandante em chefe mas por uma questão política (garantir a aliança e o apoio argentino) que pela qualificação e desempenho militar.

A Argentina não estava em condições financeiras de sustentar uma guerra dessas proporções tendo mais problemas que o Brasil nesse aspecto. Além do mais tinha duas frentes internas: as revoltas recorrentes dos “caudilhos” do interior contrários a sua autoridade sendo a guerra muito impopular nas províncias e para variar também tinha o pior problema interno: a fronteira com os índios no sul e no nordeste. Ou seja tinha que lidar três frentes simultaneamente.

Esses problemas políticos e financeiros da Argentina vão terminar pesando no decorrer da guerra.

Do lado paraguaio, Francisco Solano López buscava reverter a situação antes que os Aliados consolidassem sua presença. Para isso, planejou um ataque surpresa em três colunas convergentes, tentando romper o acampamento e destruir o exército inimigo de uma só vez.

O lado oeste de uns 6.500 soldados era comandados pelo General Barrios.

O lado centro do ataque ia ser em duas colunas de 9.000 homens em total no comando dos coronéis Diaz e Marco.

Finalmente o lado leste do ataque estavam 8.700 homens, maioria de Cavalaria ao comando do coronel Resquin.

O problema dessa manobra foi a sua execução porque o terreno não favoreceu em absoluto as manobras de envolvimento.

López fez uma inovação: em vez de utilizar a infantaria no ataque inicial e a cavalaria depois, inverteu a ordem: a cavalaria atacou primeiro, o que deu uma surpresa inicial, principalmente no lado defendido pelos uruguaios. Mas a falta de artilharia dos paraguaios e a desacertos distribuição das tropas fazem fracassar os ataques.

Tanto o lado oeste e centro dos paraguaios tinham muita infantaria e pouca cavalaria. O lado leste de Resquin era o contrário: muita cavalaria e quase nada de infantaria que servisse de apoio.

É importante lembrar que Francisco Solano López não tinha nenhuma experiência militar efetiva no comando de tropas e muito menos experiência de combate. Era um exército quase sem generais e muitos poucos oficiais o que lhe restava muita flexibilidade e articulação nos movimentos. Não usava reservas. Quase todas as decisões eram tomadas por López. Na prática cada oficial paraguaio (que também não tinham experiência militar) terminou agindo pela sua conta.

A ofensiva começou com força, especialmente no setor argentino, mas rapidamente encontrou resistência feroz. A artilharia aliada, bem-posicionada, desempenhou papel decisivo, e a falta de coordenação entre as colunas paraguaias selou o fracasso da manobra.

O principal mérito da artilharia foi do coronel Mallet que teve a previsão, dada a proximidade das trincheiras paraguaias, de construir durante a noite em sigilo e camuflado um fosso defensivo para proteger as 28 peças de artilharia, encobrindo o posicionamento destas.

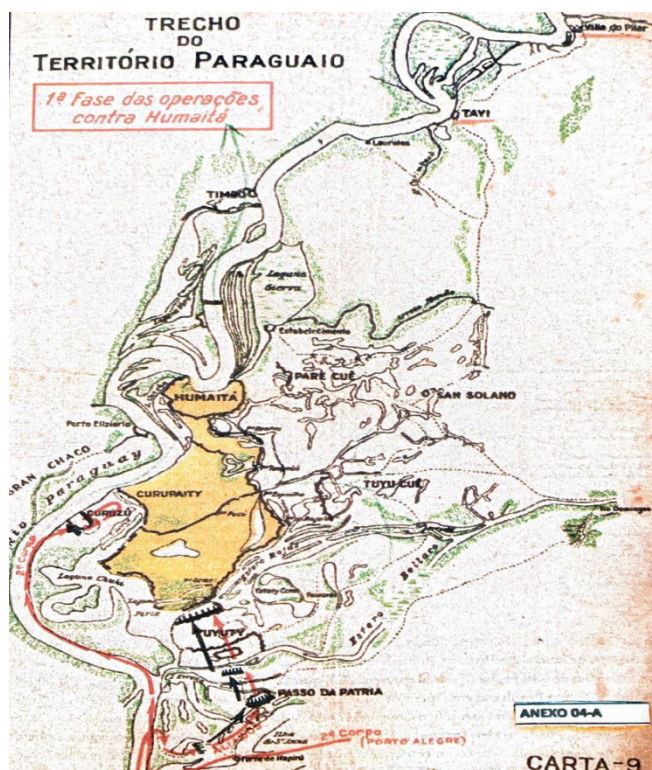
Osório, apesar de não ter tomado dispositivos defensivos prévios ao ataque paraguaio, soube reagir com eficiência ao enviar a 3ra. Divisão de Sampaio para reforçar a Mallet. A sua vez Sampaio foi reforçado pela divisão de Argolo primeiro e a de Guilherme depois, conseguindo neutralizar os ataques envolventes de Barrios e depois os avanços frontais de Diaz e Marco que não conseguiram coordenar entre si.

Finalmente Osório reforçou as posições dos argentinos no lado leste que na fase inicial foram ultrapassados pela cavalaria de Resquin mas que foi derrotado pela artilharia argentina, fracassando por completo o ataque paraguaio nesse setor.

3. O TERRENO DE TUIUTI E AS POSIÇÕES ALIADAS

A geografia de Tuiuti foi um dos fatores centrais que moldaram o desenrolar da batalha. A região apresentava um mosaico de lagoas, banhados, campos encharcados e áreas arenosas, com poucas zonas firmes, as chamadas coxilhas, onde era possível instalar tropas e posicionar artilharia. Essa configuração natural canalizava os movimentos e impunha severas limitações à mobilidade, tanto para os defensores quanto para os atacantes. A visualização da zona de combate encontra-se descrita na Figura 1, retirada do estudo de Nylson Reis Boiteux, que apresenta um recorte detalhado do território paraguaio na área de Tuiuti.

Figura 1 – Trecho do Território Paraguaio (BOITEUX, 2015)



O acampamento aliado estava cercado por lagoas e pântanos, o que canalizava qualquer tentativa de ataque frontal. Embora o terreno central fosse relativamente seco, ele era rodeado por áreas arenosas e pantanosas cobertas por juncos que ultrapassavam dois metros de altura. Essa vegetação dificultava a visibilidade do inimigo e, ao mesmo tempo, limitava suas possibilidades de manobra ofensiva. A área ocupada pelo acampamento tinha cerca de quatro quilômetros de comprimento por 2,4 quilômetros de largura, mas sua capacidade era reduzida pela alta concentração de tropas e pela má qualidade da água, que favoreceu a propagação de epidemias como a cólera. Esses problemas sanitários se estenderiam por toda a campanha, sendo ainda mais graves entre os paraguaios, cuja estrutura médica era precária.

A cartografia disponível para os aliados era imprecisa, o que dificultava o reconhecimento do terreno e a antecipação de movimentos inimigos. Os comandantes não sabiam, por exemplo, que a apenas 1.800 metros de distância encontrava-se a trincheira do Sauce, fortificada com fossos defensivos, plataformas para vinte e seis canhões e refúgios para cerca de três mil homens, além de armadilhas camufladas com estacas de madeira. A posição de comando de Francisco Solano López estava em Passo Pucú, a aproximadamente seis quilômetros ao norte de Tuiuti, o que lhe permitia acompanhar de perto os movimentos aliados.

O solo lodoso dificultava deslocamentos rápidos, especialmente para a cavalaria e a artilharia, que frequentemente atolavam. Por outro lado, a vegetação baixa em torno das coxilhas oferecia excelente visibilidade para os canhões aliados, que podiam atingir alvos com precisão. Os corredores estreitos entre áreas alagadas obrigavam o inimigo a avançar por pontos previsíveis, o que favorecia a defesa. Segundo os mapas da época, Tuiuti estava limitado ao sul pelo Estero Bellaco, ao oeste pelo potrero e pela Laguna Pires, ao norte pelo Estero Rojas e ao leste por terreno pantanoso, formando uma espécie de ilha defensiva natural.

4. DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS ALIADAS

As forças aliadas em Tuiuti estavam sob o comando em chefe de Bartolomeu Mitre e distribuíam-se em uma ampla linha defensiva que formava um semicírculo em torno do acampamento. O contingente total reunia aproximadamente trinta e duas mil tropas, organizadas em setores brasileiro, argentino e uruguaio, cada qual ocupando posições definidas pela geografia e pelas necessidades estratégicas do momento.

O setor brasileiro, localizado no centro, na esquerda e na porção norte da linha, reunia cerca de vinte mil homens sob o comando do general Manoel Luís Osório. Era a maior concentração de tropas do campo aliado e incluía a infantaria pesada e grande parte da artilharia, instaladas nas áreas mais firmes do terreno, o que garantia campos de tiro amplos e proteção aos depósitos e ao núcleo logístico do acampamento. A disposição brasileira estava organizada em três escalões. O primeiro escalão era composto pelo Primeiro Regimento de Artilharia a Cavalo e pelo Batalhão de Engenharia, ambos comandados pelo coronel Emílio Mallet, que operava vinte e oito canhões raiados franceses do sistema La Hitte. Integravam ainda esse escalão a Sexta Divisão do general Vitorino Monteiro e a Terceira Divisão do brigadeiro Antônio de Sampaio. O segundo escalão reunia a Primeira Divisão do general Argolo, a Quarta Divisão do general Guilherme e a Décima Nona Divisão Auxiliar. O terceiro escalão incluía a Segunda Divisão de Cavalaria do general Mena Barreto,

a Quinta Divisão de Cavalaria do coronel Tristão Cunha, o Sétimo Batalhão de Voluntários da Pátria, o Vigésimo Quarto Batalhão de Voluntários da Pátria e a Décima Nona Brigada de Voluntários do Comando Geral de Artilharia. Na retaguarda, ao sul do Estero Bellaco, encontrava-se a reserva de cavalaria comandada pelo general Antônio de Souza Neto.

O setor argentino, posicionado à direita da linha defensiva segundo o mapa elaborado por André Rebouças, reunia aproximadamente dez mil homens sob o comando direto de Bartolomeu Mitre. Era composto pelo Segundo Corpo de Exército do general Wenceslao Paunero, de origem uruguaia, e pelo Primeiro Corpo de Exército do general Emilio Mitre, sobrinho do comandante em chefe, além da artilharia argentina. Essa parte do terreno era mais aberta e vulnerável, o que explica por que a coluna paraguaia comandada por Barrios conseguiu ali seu avanço inicial.

O setor uruguaio, situado no centro-esquerda, contava com cerca de duas mil tropas sob o comando do general Venâncio Flores. Sua posição intermediária permitia a ligação entre brasileiros e argentinos, funcionando como força de reforço e estabilização em pontos críticos da linha.

A combinação entre terreno e disposição das tropas transformou a ofensiva paraguaia em um ataque canalizado, previsível e vulnerável. A geografia restringia as opções de manobra e obrigava o inimigo a avançar por corredores estreitos, o que contribuiu de maneira decisiva para a vitória aliada em Tuiuti.

5. A BATALHA SEGUNDO DIONÍSIO CERQUEIRA

A Figura 2 apresenta o esquema de manobra da Batalha de Tuiuti.

Figura 2 – Planta do Acampamento e da Batalha de Tuiuti em 24 Maio 1866



(REBOUÇAS, 1866)

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira é uma daquelas figuras que ajudam a entender o Brasil do século XIX não só pelo que fez, mas pelo que viu. E poucas testemunhas oculares deixaram um relato tão vivo da Guerra do Paraguai quanto ele em sua obra *Reminiscências da Campanha do Paraguai* (CERQUEIRA, 1980).

Em 1865, quando tinha apenas dezoito anos, foi enviado ao front como oficial subalterno e rapidamente se viu integrado ao cotidiano brutal da guerra. Serviu em diferentes frentes e conviveu diretamente com personagens centrais do conflito, como Osório, Caxias e Mitre.

Sua experiência no campo de batalha, marcada por fome, doenças, marchas exaustivas e imprevistos logísticos, aparece em suas memórias de forma profundamente humana, revelando a dimensão real da vida dos soldados muito além das narrativas oficiais.

Após o fim da guerra, Cerqueira continuou sua carreira militar e alcançou o posto de general. Atuou também como diplomata e administrador público, destacando-se na demarcação de fronteiras no Sul do país. Em sua homenagem, a cidade catarinense de General Carneiro recebeu originalmente o nome de General Dionísio Cerqueira.

Seu livro permanece como um dos testemunhos mais importantes sobre o conflito, não por oferecer uma análise técnica da campanha, mas por apresentar um olhar sensível, atento aos detalhes cotidianos e às reflexões sobre a violência e a dureza da guerra, compondo um registro singular de quem viveu os acontecimentos de perto.

5.1. O ataque-surpresa e a desorganização inicial

No seu livro *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, na qualidade de testemunha ocular dos combates em Tuiuti, Dionísio Cerqueira descreve o ambiente de aparente tranquilidade que reinava no acampamento aliado em Tuiuti, abruptamente interrompido pelo ataque-surpresa das forças paraguaias. O autor ressalta que muitos soldados não esperavam um combate de grandes proporções naquele momento, o que explica a confusão inicial e a dificuldade de organização.

A narrativa destaca o impacto psicológico do ataque, marcado por correria, formações improvisadas e desorientação geral. O terreno pantanoso, a lama profunda, o calor intenso e a fumaça da pólvora agravavam ainda mais a situação. Cerqueira insiste que a batalha, em seus primeiros momentos, esteve longe de qualquer idealização gloriosa, sendo antes um cenário de improviso, medo e sofrimento extremo.

5.2. Resistência aliada e reorganização do combate

Cerqueira descreve também a progressiva reorganização das forças aliadas. A resistência firme da infantaria e a entrada decisiva da artilharia permitiram conter o ímpeto inicial paraguaio. Cerqueira atribui papel central à atuação dos oficiais em campo, cuja liderança foi fundamental para restabelecer a coesão das tropas.

Apesar da vitória, o tom do relato permanece sóbrio. O autor sublinha o elevado número de mortos e feridos, evitando qualquer triunfalismo. Para ele, Tuiuti re-

apresenta uma vitória estratégica obtida a um custo humano altíssimo, cuja memória permaneceria marcada pelo horror do campo coberto de cadáveres.

5.3. O Exército Argentino na narrativa de Cerqueira

O Exército Argentino é apresentado como peça-chave da resistência inicial. Posicionadas mais à frente, suas tropas receberam o primeiro choque do ataque paraguaio, sofrendo perdas significativas. Cerqueira reconhece a disciplina e a firmeza da infantaria argentina, que sustentou combates violentos, inclusive corpo a corpo, em condições extremamente adversas.

O elevado número de baixas reforça a ideia de sacrifício direto e decisivo. O autor adota um tom respeitoso, alinhado a uma visão cooperativa da Tríplice Aliança, evitando leituras nacionalistas estreitas e reconhecendo a importância argentina para evitar o colapso inicial das linhas aliadas.

5.4. O Exército Uruguaio: presença reduzida, impacto significativo

Embora numericamente inferior, o Exército Uruguaio ocupa lugar relevante no relato. Cerqueira destaca sua atuação combativa e determinada, enfatizando que, apesar do pequeno efetivo, os uruguaios lutaram com bravura digna de nota.

A presença uruguaia é descrita como moralmente significativa, contribuindo para a coesão do esforço aliado. Essa valorização contrasta com abordagens historiográficas que, por vezes, minimizam o papel uruguaio na guerra, e reforça a perspectiva de Cerqueira sobre a natureza coletiva da vitória em Tuiuti.

5.5. O Exército Imperial Brasileiro e o custo da vitória

A atuação do Exército Imperial Brasileiro assume centralidade na narrativa, especialmente na fase de reorganização e contra-ataque. Cerqueira enfatiza a prontidão das tropas brasileiras, a energia da infantaria e o efeito decisivo da artilharia no momento crucial do combate.

Entre as unidades destacadas figura o 8º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado no Rio de Janeiro e integrado à 1ª Divisão de Infantaria, sob o comando do Brigadeiro Antônio Sampaio. Posicionado no centro da linha defensiva, o 8º Corpo, comandado pelo Tenente-Coronel Bartholomeu Fidélis de Moura, teve papel fundamental na resistência ao ataque-surpresa, sofrendo pesadas baixas. O autor ressalta que a vitória custou caro ao Exército Imperial, que deixou numerosos mortos e feridos no campo.

5.6. A Batalha sob o ponto de vista de Cerqueira

No capítulo XV de *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, Dionísio Cerqueira oferece uma leitura singular da Batalha de Tuiuti, marcada pelo realismo e pela atenção à experiência humana da guerra. Longe de construir uma narrativa he-

reforça a dimensão espiritual e comunitária da tropa diante da incerteza do combate iminente.

Quando o ataque paraguaio se desencadeia, Cerqueira enfatiza o impacto visual e psicológico da ofensiva: “grandes colunas de infantaria inimiga surdiam pelas bocainas da esquerda e acometiam sobre nossa 3ª Divisão”. O terreno dificultava a movimentação: “o terreno era pesado. Às vezes atolava”. Enquanto isso, os paraguaios avançavam “lentos, calmos”, numa marcha que ele descreve como solene e ameaçadora. Com o Brigadeiro Sampaio cavalgando junto às suas tropas, o choque entre as linhas foi narrado com intensidade por Dionísio Cerqueira: “as nossas baionetas estavam caladas [...] as duas colunas chocaram-se. Sampaio fora ferido gravemente” (Figura 4).

Figura 4 – O Brigadeiro Sampaio liderando a 3ª Divisão no ataque.



(Imagem meramente ilustrativa, gerada por IA)

Sampaio foi gravemente ferido três vezes durante o confronto, vindo a falecer semanas depois, em 5 de julho de 1866, em consequência desses ferimentos.

A batalha, segundo Cerqueira, assume contornos de caos e violência contínua: “a artilharia rugia rápida, em um contínuo trovejar. Parecia uma tempestade”. Após horas de combate, a chegada de Osório é apresentada como um momento decisivo, quase épico (Figura 5):

Cornetas soavam a carga. Havia bem cinco horas que combatíamos sem cessar. Eis que surge, no seu belo cavalo de combate, o General Osório, com um largo chapéu de feltro negro, o ponche flutuante deixando ver a gola bordada, a lança de ébano incrustada de prata na mão larga e robusta, e o olhar fascinante, dominando aquele cenário trágico da glória e da morte. (CERQUEIRA, 1980)

Figura 5 – General Osório surge à frente da Tropa



(Imagem meramente ilustrativa, gerada por IA)

A visão do comandante galvanizou a infantaria: “a nossa infantaria avançou galvanizada por aquele homem [...] a batalha estava ganha”.

Ao final, Cerqueira não oculta a dimensão brutal da vitória: “o campo de batalha ficou literalmente juncado de inimigos mortos”. Sua narrativa, contudo, evita triunfalismos. Ao reconhecer a atuação conjunta de brasileiros, argentinos e uruguaios, ele reforça que o triunfo em Tuiuti foi resultado de um esforço coletivo da Tríplice Aliança, alcançado sob condições extremas e a um custo humano devastador.

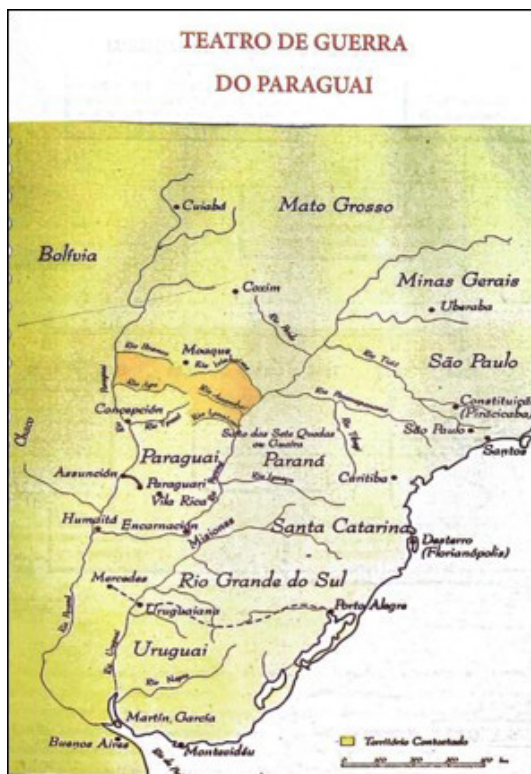
Assim, o relato de Dionísio Cerqueira permanece como uma das fontes mais ricas para compreender não apenas os movimentos militares da batalha, mas sobretudo a experiência sensível e moral dos combatentes. Sua escrita combina observação minuciosa, empatia e senso crítico, oferecendo uma perspectiva indispensável para a historiografia da Guerra do Paraguai.

6. A LOGÍSTICA ALIADA: A ENGRENAGEM INVISÍVEL DA VITÓRIA

Para se entender a importância da logística na Campanha da Tríplice Aliança, é primeiramente necessário descrever a amplidão do Teatro de Guerra (TG) onde a campanha se desenvolveu.

Como podemos verificar na Figura 6, o TG compreendia em território brasileiro, as Províncias do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. No campo aliado, estavam incluídos o território uruguaio (particularmente a região de Montevidéu e a faixa norte do país) e partes da Argentina: a região da foz do Rio da Prata (incluindo a Capital Buenos Aires) e as províncias de Corrientes, Entre Rios e Misiones (território disputado). Além disso, tínhamos todo o território do Paraguai.

Figura 6 – Teatro de Guerra do Paraguai



(BOITEUX, 2015)

A hidrografia era servida por três grandes bacias penetrantes em relação ao TG: Paraná, Uruguai e Paraguai. O destaque para as operações em Tuiuti cabia ao Rio Paraná, que constituía uma excelente via fluvial de 4.500 km de extensão, e que permitiam a navegação para o atendimento às operações aliadas. A época da cheia (dezembro a abril) coincidiu justamente com o início dos combates de Tuiuti, do que se beneficiou a Marinha Imperial Brasileira.

A região argentina de Corrientes constitui-se para as operações em Tuiuti uma grande base de apoio logístico, onde se instalaram instalações hospitalares, depósitos e oficinas avançadas. Boa parte do apoio logístico era prestado por contratados civis argentinos, que se responsabilizavam por fazer chegar as demandas, particularmente de alimentação, diretamente aos depósitos logísticos recuados das forças imperiais, e muitas vezes, diretamente à linha de frente.

A Tríplice Aliança dependia de longas linhas de suprimento vindas do sul, Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande do Sul. Como o terreno era quase intransitável por terra, a logística fluvial tornou-se a espinha dorsal da campanha.

Neste sentido, se destacou o papel da Marinha Imperial Brasileira, que atuava no transporte de suprimentos para a frente de combates, alguns deles vindo mesmo da corte do Rio de Janeiro, particularmente os materiais produzidos pelo Arsenal de Guerra, outros armamentos e suprimentos importados. Também realizava a essencial tarefa de evacuação de feridos graves para os hospitais de retaguarda, assim também como do transporte de recompletamento de pessoal para as Forças aliadas.

Praticamente tudo, munição, alimentos, roupas, ferramentas, remédios, reforços, chegava por navios brasileiros. Sem esse fluxo constante, o acampamento de Tuiuti teria sido insustentável.

6.1. A Organização Logística das Forças Imperiais

Os maiores óbices para a logística na campanha decorreram da organização adotada para o então chamados “Serviços de Retaguarda”, que como já dissemos, se baseavam fortemente em fornecedores civis contratados, na maior parte da Argentina, que ficavam responsáveis de prover à tropa os mais diversos itens necessários, particularmente os de alimentação e subsistência.

Em maio de 1866, o comando logístico brasileiro era organizado da seguinte forma:

- Repartição do Quartel-Mestre General;
- Chefia da Comissão de Engenheiros:
 - Comissão de Engenheiros;
 - Batalhão de Engenheiros;
 - Corpo de Transporte (8º Corpo Provisório da Cavalaria da Guarda Nacional);
- Parque-Geral da Reserva;
- Depósito de Forragens;
- Repartição dos Telégrafos;
- Polícia dos Acampamentos;
- Repartição de Saúde;
- Repartição da Fazenda:
 - Intendência;
 - Repartição Fiscal;
 - Pagadoria Militar;
 - Correio do Exército;
 - Tipografia do Exército;
 - Junta Militar de Justiça (Acampamento em Tuiuti).

Como consequência direta da Batalha de Tuiuti, instalou-se o primeiro Centro Operacional e Logístico em território inimigo. Ele seria fundamental para as conquistas subsequentes de Curuzu e Curupaiti, com vistas à tomada da Fortaleza de Humaitá, pois se avaliou que com o avanço para o norte, cresceriam as distâncias de apoio logístico e a velocidade do avanço seria retardada, à medida em que as forças se afastassem do apoio proporcionado pela esquadra.

6.2. A Subsistência em campanha

Ainda recorrendo aos relatos de Dionísio Cerqueira, podemos extrair de suas descrições importantes achados sobre a atividade de subsistência (fornecimento de gêneros alimentícios). A alimentação variou em qualidade e diversidade ao longo da campanha.

Segundo ele, no tempo do Comando do General Osório, a etapa das tropas brasileiras era constituída de carne (fornecida pelos comerciantes argentinos, uruguaios e brasileiros), item que segundo ele era fornecido em abundância, mas acompanhado de pouca farinha de mandioca e muita erva mate. O café, exigência dos soldados brasileiros integrantes das tropas mobilizadas do centro do país nunca foi fornecido, sendo substituído pela torração de algumas vagens encontradas na região.

Para atender às demandas dos soldados do nordeste, no período do comando do General Polidoro, a cota de farinha foi aumentada. Já no período de Caxias, o provimento foi substituído por feijão e carne seca (o famoso jabá). Finalmente, no tempo do Conde D'Eu, era fornecida uma lata de sardinha de Nantes por cada praça. Segundo Cerqueira, os soldados chegaram a registrar essas diferentes fases da alimentação de subsistência numa quadra, que era contada e cantada pela tropa:

Osório dava churrasco, e Polidoro farinha. O Marquês deu-nos jabá e Sua Alteza sardinha. (Cerqueira, 1980)

Em que pese ser considerado um crítico da severo da organização militar brasileira, o oficial prussiano Max von Versen, outra testemunha da campanha, destacou positivamente a alimentação das tropas brasileiras, descrevendo-a como excelente e abundante (VERSEN, 1976). Entretanto, Versen somente esteve junto às tropas brasileiras quando foi preso, por supostamente contribuir com o esforço de guerra paraguaio, uma vez que constituía uma espécie de observador avançado junto às tropas de Solano López.

Os relatos de Dionísio Cerqueira, por outro lado, podem ser considerados os mais fidedignos, e permitem reconstruir com bastante precisão o padrão alimentar das tropas brasileiras, revelando uma dieta marcada por irregularidade, monotonia e forte dependência das condições logísticas sazonais da Tríplice Aliança. Do ponto de vista nutricional, o que se observa é um regime que fornecia energia suficiente para a sobrevivência e para o esforço físico intenso, mas que apresentava deficiências importantes em variedade e nutrientes, particularmente em se considerando uma campanha longa.

6.3. A Marinha Imperial do Brasil: o eixo logístico de transporte estratégico da campanha

A Marinha Imperial do Brasil constituiu o principal eixo logístico da Tríplice Aliança e o elemento mais decisivo fora do campo de batalha. Foi ela que garantiu mobilidade, suprimento e segurança estratégica ao longo de toda a campanha, permitindo que o Exército operasse em regiões remotas, pantanosas e de difícil acesso. Sem o domínio dos rios Paraná, Paraguai e seus afluentes, a guerra terrestre simplesmente não poderia ter sido sustentada. A Armada assegurou o fluxo contínuo de homens, munições, víveres, animais e equipamentos, sustentando operações prolongadas em um teatro de guerra marcado por enormes desafios geográficos.

6.3.1. Tipos de embarcações empregadas

A diversidade de embarcações utilizadas pela Marinha Imperial revela a complexidade da logística fluvial durante a campanha. Os encouraçados e as canhoneiras formavam o núcleo de proteção dos comboios, garantindo a navegação mesmo sob ameaça constante de ataques paraguaios. Entre os encouraçados mais importantes encontravam-se o Brasil, Barroso, Tamandaré, Lima Barros, Herval e Silvado, acompanhados por canhoneiras como Ipiranga, Belmonte, Araguari, Iguatemi, Jequitinhonha e Mearim. Essas embarcações asseguravam a escolta dos comboios, abriam passagem em trechos perigosos e impediam emboscadas fluviais, permitindo que suprimentos e reforços chegassem ao destino.

Além dessas unidades de combate, a Marinha operava embarcações especializadas, como o vapor 11 de Junho, adaptado para funcionar como hospital flutuante e responsável por receber feridos diretamente das frentes de combate (Figura 7).

Figura 7 – Vapor 11 de Junho – Hospital de Sangue da Armada



(Figura meramente ilustrativa, gerada por IA)

Os vapores de transporte constituíam a espinha dorsal da logística pesada. Navios como Apa, São Paulo, Yporá, Henrique Dias, Cametá, Jauru, Tocantins e Marajó atuavam como veículos de carga essenciais, transportando munições, alimentos, equipamentos, animais e, quando necessário, evacuando feridos e doentes. Em águas rasas, chatas, barcaças e lanchões desempenharam papel indispensável, permitindo o transporte de cavalos, peças de artilharia e grandes volumes de carga em trechos onde embarcações maiores não podiam operar. A combinação desses diferentes tipos de navios garantiu que a máquina logística da guerra funcionasse de maneira contínua e eficiente.

6.3.2. Comandantes navais relevantes

A eficácia da Marinha Imperial na Guerra do Paraguai deveu-se também à atuação de seus principais comandantes. À frente da Esquadra Imperial no início do conflito estava o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, responsável por organizar o sistema de comboios protegidos que sustentou a campanha terrestre. Sua liderança estabeleceu as bases da logística fluvial que permitiu a continuidade das operações aliadas.

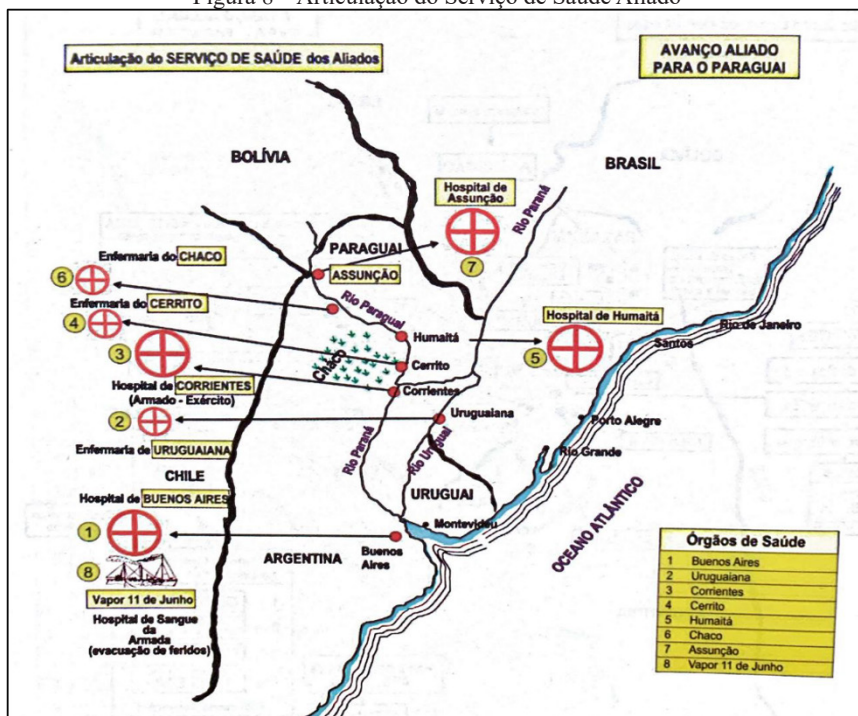
O Chefe de Divisão Joaquim José Inácio, futuro Visconde de Inhaúma, coordenou operações fluviais essenciais, garantindo a segurança das rotas e a regularidade do abastecimento. O Chefe de Divisão Delfim Carlos de Carvalho, o Barão de Passagem, destacou-se pela habilidade em navegação fluvial e pela abertura de rotas em áreas particularmente difíceis, superando obstáculos naturais e artificiais impostos pelos paraguaios.

No comando direto dos navios, oficiais como Elisiário Barbosa, do encouraçado Barroso, Antônio Joaquim, do Tamandaré, José Secundino de Almeida, do Brasil, e Augusto Caldas, do Lima Barros, desempenharam funções decisivas. Enfrentando correntezas, bancos de areia, tiros de artilharia e ataques surpresa, esses comandantes garantiram que os comboios chegassem ao destino e que o abastecimento do Exército não fosse interrompido. A atuação combinada desses oficiais e de suas embarcações permitiu que a Tríplice Aliança mantivesse operações contínuas e sustentadas, mesmo em um ambiente hostil e de difícil navegação.

6.4. Hospitais de campanha e médicos aliados

A estrutura médica da Tríplice Aliança durante a Guerra do Paraguai era ampla, multinacional e organizada em diferentes níveis de atendimento, articulados de forma a garantir resposta rápida aos feridos e doentes. A cadeia de socorro, cuja organização geral pode ser visualizada no esquema apresentado na figura 4, articulava postos avançados, hospitais intermediários e grandes centros hospitalares em cidades estratégicas. Essa rede, sustentada pela evacuação fluvial realizada pela Marinha Imperial, foi decisiva para reduzir a mortalidade e manter a capacidade operacional das tropas aliadas ao longo da campanha. A estrutura da cadeia de atendimento médico e hospitalar se encontra no esquema constante da Figura 8.

Figura 8 – Articulação do Serviço de Saúde Aliado



(BOITEUX, 2015)

6.4.1. Postos de socorro avançados

Os postos de socorro avançados funcionavam dentro do próprio acampamento de Tuiuti, instalados em barracas ou em casas improvisadas. Eram estruturas de atendimento imediato, destinadas a lidar com os ferimentos mais urgentes. Nesses locais realizavam-se procedimentos essenciais como estancamento de hemorragias, amputações emergenciais e estabilização inicial dos combatentes antes de seu encaminhamento para unidades mais bem equipadas. Embora rudimentares, esses postos eram fundamentais para evitar mortes por choque hemorrágico e para organizar o fluxo de evacuação.

6.4.2. Hospitais intermediários

Após o atendimento inicial, os feridos eram encaminhados para hospitais intermediários situados ao sul de Tuiuti, em direção a Paso de la Patria (Figura 9) e Itapirú. Essas unidades possuíam melhor estrutura cirúrgica, maior capacidade de internação e equipes mais completas. Nelas eram realizados procedimentos complexos, curativos regulares e acompanhamento pós-operatório. Esses hospitais funcionavam como elo central da rede de saúde aliada, recebendo grande parte dos feridos provenientes das batalhas de Tuiuti, Curupaiti e Humaitá.

Figura 9 – Hospital de Sangue Brasileiro – Paso de La Patria



(CERQUEIRA, 1980)

6.4.3. Hospitais principais

Os casos mais graves eram enviados para os hospitais principais, localizados em centros urbanos com infraestrutura mais robusta. Corrientes, na Argentina, tornou-se um dos principais polos hospitalares da campanha, recebendo grande número de feridos brasileiros e argentinos.

No Brasil, as cidades de São Borja e Uruguaiana desempenharam papel semelhante, funcionando como bases de retaguarda para longos períodos de recuperação.

Para situações de extrema gravidade, Montevidéu também foi utilizada como destino de evacuação, oferecendo condições mais adequadas para tratamentos prolongados. A ligação entre esses hospitais e a frente de combate dependia inteiramente da navegação fluvial, o que reforça a importância da Marinha Imperial no esforço sanitário aliado.

6.4.4. Médicos aliados relevantes

A estrutura médica aliada contou com profissionais de diferentes nacionalidades, cuja atuação foi decisiva para organizar e manter o sistema de saúde em funcionamento.

Entre os brasileiros, destacaram-se o Dr. Inácio de Azevedo Mello, que exerceu a função de cirurgião mor das forças aliadas, o Dr. José Francisco da Rocha, responsável pela organização dos postos avançados, e o Dr. Antônio de Paula Freitas, que chefiou os hospitais intermediários.

Do lado argentino, o Dr. Francisco Javier Muñiz, referência em medicina militar, desempenhou papel central na análise epidemiológica e no tratamento de feridos, enquanto o Dr. Luis María Drago contribuiu para a organização hospitalar em Corrientes.

O Uruguai participou com o Dr. Teodoro Vilardebó, que atuou na coordenação e padronização de procedimentos médicos, fortalecendo a integração entre as equipes nacionais.

A atuação conjunta desses profissionais, somada à estrutura logística e hospitalar articulada entre os aliados, permitiu que milhares de vidas fossem salvas em

um conflito marcado por ferimentos graves, epidemias e condições sanitárias extremamente adversas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Batalha de Tuiuti permanece como um dos episódios mais significativos da Guerra do Paraguai, não apenas pelo tamanho do confronto, mas pela complexidade de fatores que determinaram seu desfecho. Embora o acampamento aliado estivesse estabelecido na região por razões logísticas e pela relativa firmeza do terreno disponível, foi a decisão paraguaia de atacar ali que transformou Tuiuti em campo de batalha. Essa iniciativa, ousada e arriscada, colocou em choque dois modelos de organização militar e duas realidades logísticas profundamente distintas.

Ao optar por atacar em Tuiuti, Francisco Solano López acreditava poder surpreender e desarticular o acampamento aliado. No entanto, a geografia da região, marcada por lagoas, banhados e corredores estreitos, acabou ao fim e ao cabo por favorecer os defensores. A artilharia brasileira, muito bem-posicionada nas áreas firmes das coxilhas e dotadas de canhões leves e manobráveis (os La Hitte), encontrou condições ideais para atuar, enquanto as colunas paraguaias tiveram sua mobilidade severamente limitada. O terreno, portanto, não foi escolhido pelos aliados para o combate, mas acabou se tornando um aliado decisivo no momento da defesa.

A vitória da Tríplice Aliança só pode ser compreendida quando se observa o conjunto de elementos que sustentaram o esforço militar. A logística fluvial, conduzida majoritariamente pela Marinha Imperial Brasileira, garantiu o abastecimento contínuo de munição, alimentos, equipamentos e reforços. Os depósitos avançados em Corrientes, o trabalho dos engenheiros, a estrutura médica e o apoio de fornecedores civis formaram uma engrenagem essencial para manter o exército aliado operacional em um ambiente hostil e insalubre.

Os relatos de Dionísio Cerqueira acrescentam uma dimensão humana que os documentos oficiais não captam. Sua descrição da confusão inicial, da lama que prendia os pés, da fumaça que cegava e do impacto psicológico do ataque-surpresa revela a verdadeira face da batalha: um cenário de improviso, coragem, sofrimento e resistência. Ao lado disso, os anexos de uniformes, armas e equipamentos ajudam a visualizar a diversidade material das tropas brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias, reforçando o caráter multinacional e heterogêneo do confronto.

A ofensiva paraguaia, embora marcada por coragem e determinação, esbarrou em limitações estruturais, na falta de coordenação entre as colunas e na ausência de reservas. A resposta aliada, sustentada pela firmeza da infantaria, pela precisão da artilharia e pela liderança de comandantes como Osório e Sampaio, consolidou uma vitória que teria impacto direto nas operações seguintes, abrindo caminho para Curuzu, Curupaiti e, posteriormente, para a queda de Humaitá.

Compreender Tuiuti é compreender a própria lógica da campanha: uma guerra em que terreno, logística, política, tecnologia e experiência humana se entrelaçam de forma inseparável. A batalha não foi apenas um confronto de armas, mas um teste de organização, adaptação e resistência. Ao revisitar esse episódio com uma abordagem

ampliada, este artigo busca oferecer uma visão mais completa da Guerra do Paraguai e destacar a complexidade que envolve a construção de uma vitória em condições tão extremas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITEUX, Nylson Reis. Aspectos logísticos da Guerra do Paraguai. São Paulo: Life Editora, 2015.

CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2022.

REBOUÇAS, André. Planta do acampamento e da Batalha de Tuiuti a 24 de maio de 1866. Montevideo: Lit. Mège y Willems, [1866]. 1 mapa. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168928/cart168928.jpg>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VERSEN, Max von. História da Guerra do Paraguai. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1976.

ANEXO DE UNIFORMES ⁴

Uniformes Brasileiros

Figura 10



Equipamento completo de um soldado da Infantaria pesada

Figura 11



Oficial e Soldado de Voluntários (observem uniformes mais simples, característicos do período de dificuldades de suprimento)

Figura 12



Voluntário da Pátria em uniforme combate de verão

Figura 13



Zuavo Baiano em seu uniforme tradicional

Figura 14

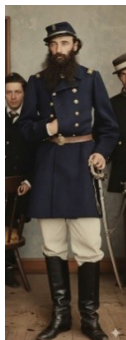


Praça equipado com uniforme tradicional e casquete (esquerda) e um outro em uniforme de verão usando sapatilha no melhor estilo dos gaúchos (direita)

⁴ Imagens ilustrativas, geradas por IA com base em estudos dos autores

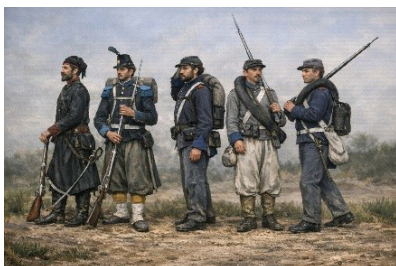
Uniformes Argentinos⁵

Figura 15



Oficial General Argentino

Figura 16



Grupamento de soldados Argentinos

Figura 17



Combatente da infantaria argentina

Figura 18



Cavalaria Argentina

⁵ Imagens ilustrativas, geradas por IA com base em estudos dos autores

Uniformes Uruguaios⁶

Figura 19



Oficial uruguaio

Figura 20



Oficial e soldado uruguaio

Figura 21



Sargento uruguaio

⁶ Imagens ilustrativas, geradas por IA com base em estudos dos autores

ANEXO DE ARMAMENTOS⁷

Figura 22



Canhão La Ritte da Artilharia à Cavalo

Figura 23



Espingardas Minié 1858 e Robert 1867

Figura 24



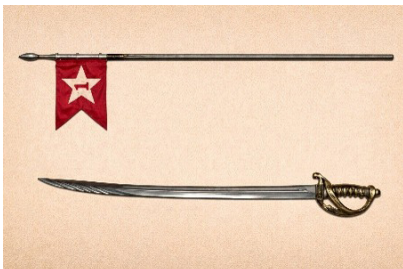
Mosquetão Minié 1853 Enfield Engenharia Artilharia

Figura 25



Revolver Lefauchaux, de percussão periférica, para oficiais

Figura 26



Lança e sabre da Cavalaria Ligeira

⁷ Imagens ilustrativas, geradas por IA com base em estudos dos autores



Da Ordem Residual à Desordem Sem Rumor: a Transição Sistêmica do Poder Global (1991-2026)

Carlos Augusto Ramires Teixeira¹

RESUMO

O fim da Guerra Fria foi amplamente interpretado como o início de uma ordem internacional estável, ancorada na expansão da democracia liberal, na globalização econômica e no fortalecimento das instituições multilaterais. Três décadas depois, o sistema internacional revela-se marcado não pela consolidação dessa ordem, mas por uma condição persistente de desordem estrutural. Este ensaio propõe uma interpretação sistêmica da trajetória do poder global entre 1991 e 2026, organizada em três momentos analíticos: a ordem residual do pós-Guerra Fria, a ponte para a desordem e a desordem sem rumo. A partir da análise integrada das expressões política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica do poder, argumenta-se que a ausência de um novo equilíbrio sistêmico produziu um ambiente internacional caracterizado por fragmentação, competição ampliada e erosão das respostas normativas tradicionais. Conclui-se que a configuração global não representa uma transição ordenada, mas uma condição prolongada de instabilidade sistêmica.

Palavras-chave: ordem internacional; desordem global; poder sistêmico; multipolaridade; geopolítica contemporânea.

ABSTRACT

The end of the Cold War was widely interpreted as the beginning of a stable international order grounded in the expansion of liberal democracy, economic globalization, and strengthened multilateral institutions. Three decades later, however, the international system

¹ Gen Bda Veterano, da Turma AMAN Cav 1988, Mestre em Ciências Militares, Pós-graduado em História, Geografia e Relações Internacionais. Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB) e do Instituto de Altos Estudos de Geopolítica, Segurança e Conflitos (IGSEC).

appears defined not by consolidation, but by a persistent condition of structural disorder. This essay offers a systemic interpretation of the trajectory of global power from 1991 to 2026, structured around three analytical phases: residual order, the bridge to disorder, and disorder without direction. By integrating the political, economic, psychosocial, military, and scientific-technological expressions of power, the article argues that the absence of a new systemic equilibrium has generated an international environment marked by fragmentation, intensified competition, and the erosion of traditional normative responses. The conclusion suggests that the current global configuration represents not an orderly transition, but a prolonged state of systemic instability.

Keywords: international order; global disorder; systemic power; multipolarity; contemporary geopolitics.

INTRODUÇÃO

O colapso da ordem bipolar, ao final da Guerra Fria, foi amplamente celebrado como a abertura de um novo ciclo histórico marcado pela estabilidade, pela previsibilidade estratégica e pela expansão dos valores liberais no sistema internacional. A unipolaridade emergente, liderada pelos Estados Unidos, foi interpretada não apenas como uma superioridade material temporária, mas como a consolidação de um modelo político, econômico e normativo supostamente universalizável. Nesse contexto, proliferaram diagnósticos que apontavam para o “fim da história” ou para a superação definitiva dos grandes conflitos sistêmicos.

Entretanto, ao longo das décadas subsequentes, essa promessa de ordem revelou-se progressivamente ilusória. A expansão das instituições multilaterais, a intensificação da globalização econômica e a primazia tecnológica das potências centrais não foram suficientes para produzir um novo equilíbrio sistêmico. Ao contrário, tais processos aprofundaram assimetrias, estimularam resistências e corroeram os mecanismos tradicionais de mediação e governança internacional. O resultado foi a emergência de um ambiente global caracterizado por instabilidade crônica, competição ampliada e fragmentação política, social e estratégica.

Este artigo sustenta que o período compreendido entre 1991 e 2026 não pode ser interpretado como uma transição linear entre ordens internacionais, mas como a passagem de uma ordem residual para uma condição prolongada de desordem sem rumo. Para desenvolver esse argumento, propõe-se uma análise sistêmica estruturada em três momentos: a ordem residual do pós-Guerra Fria, marcada pela hegemonia unipolar e pela ilusão de estabilidade; a ponte para a desordem, caracterizada pela erosão progressiva das respostas políticas, econômicas e normativas; e a desordem contemporânea, definida pela competição multipolar instável, pela fragmentação psicossocial e pela ampliação dos domínios de disputa.

A originalidade da abordagem reside na integração das diferentes expressões do poder — política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica — como dimensões interdependentes de um mesmo processo de transformação sistêmi-

ca. Ao fazê-lo, o texto busca contribuir para o debate contemporâneo sobre a crise da ordem internacional, oferecendo uma interpretação que privilegia a lógica estrutural da desordem em detrimento de explicações centradas exclusivamente em eventos isolados ou lideranças específicas.

2. A Ordem Residual do Pós-Guerra Fria (1991-2000)

O período imediatamente posterior ao colapso da União Soviética foi marcado pela consolidação de uma ordem internacional que, embora apresentada como nova, possuía caráter essencialmente residual. Tratava-se menos da construção de um sistema inédito e mais da expansão ampliada das estruturas políticas, econômicas e normativas oriundas do mundo ocidental, agora desprovidas de um contraponto sistêmico equivalente. A unipolaridade emergente não resultou de um acordo estrutural entre as grandes potências, mas da dissolução abrupta de uma das colunas do equilíbrio bipolar.

No plano político, essa configuração manifestou-se por meio da universalização do discurso democrático-liberal e da crença na convergência institucional. A ampliação de organismos multilaterais, a redefinição das missões da Organização do Tratado do Atlântico Norte e a legitimação de intervenções sob o argumento humanitário foram interpretadas como instrumentos de estabilização sistêmica.

Contudo, tais mecanismos operavam mais como extensões normativas do poder hegemônico do que como espaços efetivos de equilíbrio entre interesses divergentes. A ausência de um consenso estratégico amplo transformou a governança internacional em um arranjo assimétrico, dependente da liderança de uma única potência.

No campo econômico, a difusão da globalização neoliberal reforçou essa assimetria. O Consenso de Washington, a liberalização financeira e a integração acelerada dos mercados foram apresentados como caminhos universais para o desenvolvimento e a estabilidade. No entanto, a volatilidade inerente a esse modelo, aliada à aplicação desigual de suas prescrições, aprofundou vulnerabilidades estruturais, sobretudo em economias em transição. A promessa de prosperidade compartilhada conviveu com crises recorrentes, desindustrialização seletiva e concentração de ganhos, minando a legitimidade do sistema econômico global emergente.

A dimensão psicossocial da ordem residual também desempenhou papel central. A hegemonia cultural ocidental, potencializada pela expansão dos meios de comunicação globais, produziu uma narrativa de inevitabilidade histórica que reduziu o espaço para alternativas políticas e identitárias. Esse processo, longe de homogeneizar o sistema internacional, estimulou reações de resistência, reafirmações identitárias e formas alternativas de mobilização social. As fraturas culturais e simbólicas que emergiram nesse período permaneceram, em grande medida, subestimadas pelos formuladores da ordem pós-Guerra Fria.

Do ponto de vista militar, a primazia incontestável das forças armadas norte-americanas reforçou a percepção de estabilidade estratégica. A Revolução nos Assuntos Militares, a Guerra do Golfo e o emprego seletivo do poder aéreo consolidaram

a ideia de que a superioridade tecnológica seria suficiente para dissuadir conflitos de alta intensidade. Contudo, essa leitura ignorou a adaptação assimétrica de atores estatais e não estatais, bem como a transformação da guerra em um fenômeno cada vez menos convencional e mais difuso.

Por fim, a rápida expansão das tecnologias da informação e da comunicação introduziu uma ambiguidade estrutural na ordem residual. Ao mesmo tempo em que ampliou a interconectividade global e acelerou fluxos econômicos e culturais, criou novas assimetrias de acesso ao conhecimento e novos espaços de vulnerabilidade. A utopia tecnológica dos anos 1990 conviveu com a emergência de dinâmicas que, posteriormente, se converteriam em vetores centrais da desordem contemporânea.

Em síntese, a ordem do pós-Guerra Fria caracterizou-se por sua natureza incompleta e transitória. A ausência de um novo pacto sistêmico, capaz de acomodar interesses divergentes e redistribuir poder de forma estável, transformou a unipolaridade em uma condição intrinsecamente frágil. Essa fragilidade estrutural preparou o terreno para o período seguinte, no qual as tensões latentes da ordem residual se converteriam em rupturas abertas.

3. A Ponte para a Desordem (2001-2010)

O início do século XXI marcou a transição da fragilidade latente da ordem residual para uma fase de erosão explícita das estruturas que sustentavam a governança internacional do pós-Guerra Fria. Os atentados de 11 de setembro de 2001 não constituíram apenas um evento traumático de natureza securitária, mas um ponto de inflexão sistêmico que expôs os limites da unipolaridade como mecanismo de estabilização global. A resposta estratégica adotada a partir desse momento redefiniu as prioridades políticas, militares e normativas do sistema internacional.

No plano político, a adoção da doutrina da preempção e o fortalecimento do unilateralismo representaram uma inflexão significativa em relação à retórica multilateral da década anterior. A invasão do Afeganistão e, sobretudo, a guerra do Iraque evidenciaram a disposição da potência hegemônica em agir à margem de consensos institucionais amplos, enfraquecendo a legitimidade dos mecanismos coletivos de segurança. O conceito de “coalizões dos dispostos” substituiu, na prática, a lógica do equilíbrio institucional, aprofundando divisões entre aliados tradicionais e acelerando a perda de credibilidade das organizações internacionais.

A dimensão econômica desse período foi marcada por uma contradição central: enquanto a globalização financeira atingia níveis inéditos de integração, suas bases tornavam-se progressivamente mais instáveis. A crise financeira de 2008 revelou não apenas falhas regulatórias pontuais, mas vulnerabilidades estruturais do modelo neoliberal global. A socialização das perdas, a intervenção massiva dos Estados e a centralidade dos bancos centrais expuseram a distância entre o discurso de autorregulação dos mercados e a realidade da dependência sistêmica do poder estatal. A crise, longe de produzir uma reforma estrutural da governança econômica global, resultou em ajustes incrementais incapazes de restaurar a confiança no sistema.

Paralelamente, esse período assistiu à ascensão de novas potências econômi-

cas, com destaque para a China, cuja estratégia de inserção internacional combinou integração seletiva aos mercados globais e preservação de mecanismos estatais de controle. Esse modelo contrastou fortemente com as experiências de liberalização abrupta em outras economias em transição, reforçando a percepção de que não havia um único caminho para o desenvolvimento e minando o caráter universal das prescrições econômicas dominantes. A emergência dos países do BRIC simbolizou a redistribuição gradual do poder econômico, ainda que sem correspondência imediata no plano institucional.

No campo psicossocial, a expansão das redes digitais e das plataformas de comunicação ampliou tanto o acesso à informação quanto a disseminação de narrativas polarizadoras. A chamada “guerra ao terror” contribuiu para a securitização da identidade, a estigmatização de grupos sociais e o enfraquecimento da confiança pública. Ao mesmo tempo, as tecnologias de conectividade, inicialmente celebradas como instrumentos de emancipação, começaram a revelar seu potencial desestabilizador, ao fragmentar o espaço público e reduzir a capacidade de mediação das instituições tradicionais.

A expressão militar do poder também sofreu transformações relevantes. A primazia tecnológica das forças armadas convencionais mostrou-se insuficiente diante da proliferação de conflitos assimétricos, insurgências prolongadas e atores não estatais. As doutrinas de contrainsurgência e o emprego crescente de tecnologias remotas, como drones, indicaram uma tentativa de adaptação a um ambiente estratégico cada vez mais difuso. Contudo, essas respostas não eliminaram a sensação de desgaste estratégico, nem produziram vitórias decisivas capazes de restaurar a percepção de controle sistêmico.

No domínio científico-tecnológico, a consolidação do ciberespaço como novo campo de disputa ampliou as fronteiras do conflito e da vigilância. Episódios como o uso de ferramentas cibernéticas ofensivas evidenciaram a transição para uma lógica de competição permanente abaixo do limiar da guerra convencional. Essa expansão dos domínios de conflito ocorreu em ritmo mais acelerado do que a capacidade das normas internacionais de regulá-los, aprofundando a lacuna entre poder tecnológico e governança.

A ponte para a desordem, portanto, não deve ser compreendida como uma ruptura súbita, mas como um processo cumulativo de erosão. As respostas adotadas entre 2001 e 2010, ao invés de reconstituírem um novo equilíbrio sistêmico, aprofundaram a fragmentação política, a instabilidade econômica e a desconfiança normativa. Ao final dessa década, o sistema internacional encontrava-se estruturalmente mais integrado e, paradoxalmente, mais vulnerável — condição que serviria de base para a desordem aberta do período subsequente.

4. A Desordem Sem Rumo (2011-2026)

A partir da segunda década do século XXI, o sistema internacional ingressou em uma fase caracterizada não mais pela transição ou pela erosão progressiva da ordem existente, mas pela consolidação de uma condição de desordem estrutural.

Diferentemente de períodos históricos anteriores marcados por rearranjos claros de poder, o cenário contemporâneo distingue-se pela ausência de um princípio organizador capaz de orientar expectativas, comportamentos e mecanismos de contenção. A multipolaridade emergente não se traduziu em equilíbrio, mas em competição ampliada e fragmentada.

No plano político, a crise do multilateralismo tornou-se manifesta. Organizações internacionais, concebidas para mediar interesses e produzir consensos mínimos, passaram a operar sob forte bloqueio decisório ou perda de relevância prática. A assertividade de potências revisionistas, como China e Rússia, combinada à retração seletiva do engajamento das potências tradicionais, contribuiu para a substituição da lógica cooperativa por uma lógica transacional. Conflitos regionais, antes tratados como exceções gerenciáveis, passaram a se multiplicar e a interconectar, ampliando o risco de escaladas não intencionais.

A guerra na Ucrânia exemplifica essa nova dinâmica. Mais do que um conflito regional, ela funciona como um laboratório da guerra contemporânea, no qual se combinam confrontos cinéticos, operações híbridas, disputas informacionais e competição econômica. O conflito evidencia o retorno da guerra de alta intensidade ao continente europeu, ao mesmo tempo em que expõe os limites das normas internacionais para prevenir ou encerrar hostilidades prolongadas. A instrumentalização política do direito internacional e das sanções econômicas reforça a percepção de seletividade normativa, aprofundando a fragmentação do sistema.

Na dimensão econômica, a intensificação da competição estratégica reconfigurou fluxos comerciais, cadeias globais de suprimentos e políticas industriais. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, somada aos impactos da pandemia de COVID-19, acelerou tendências de realocação produtiva, protecionismo seletivo e intervenção estatal. A economia deixou de ser percebida como espaço neutro de interdependência benigna e passou a funcionar explicitamente como instrumento de poder. Esse processo enfraqueceu a previsibilidade do sistema econômico global e reduziu a eficácia das instituições concebidas para arbitrar disputas comerciais.

O campo psicossocial emergiu como um dos vetores centrais da desordem contemporânea. A fragmentação do espaço informacional, impulsionada por plataformas digitais e algoritmos de engajamento, intensificou a polarização política e a crise de confiança nas instituições. Fenômenos como desinformação, guerras culturais e politização da identidade corroeram a coesão social em diversos países, afetando diretamente sua capacidade de formulação estratégica. A pandemia de COVID-19 atuou como catalisador dessas dinâmicas, ao expor fragilidades estatais e aprofundar tensões sociais latentes.

No domínio militar, a ampliação do conceito de guerra tornou-se evidente. A proliferação de drones, a militarização do ciberespaço, o desenvolvimento de armas autônomas e o retorno da dissuasão nuclear como elemento central da estabilidade estratégica coexistem em um ambiente de normas frágeis e baixa transparência. A guerra híbrida, ao combinar instrumentos militares e não militares, dilui as fronteiras tradicionais entre paz e conflito, dificultando respostas proporcionais e consensuais. Nesse contexto, as forças armadas reassumem o papel de última instância de gestão

da desordem, ainda que sem capacidade de restaurar uma ordem estável.

A expressão científico-tecnológica do poder consolidou-se como eixo estruturante da competição sistêmica. A corrida pela supremacia em inteligência artificial, semicondutores, biotecnologia e espaço não apenas redefine capacidades militares e econômicas, mas também reconfigura relações de dependência e vulnerabilidade. O poder das grandes plataformas tecnológicas, muitas vezes superior à capacidade regulatória dos Estados, introduz novos atores estratégicos no sistema internacional, ampliando a complexidade da governança global.

Em conjunto, esses elementos configuram uma desordem sem rumo, marcada pela coexistência de múltiplos vetores de instabilidade, sem que nenhum deles seja suficientemente dominante para impor uma nova ordem. A ausência de um horizonte normativo compartilhado e de mecanismos eficazes de contenção transforma a competição internacional em um processo contínuo de ajuste e fricção, no qual crises sucessivas substituem equilíbrios duradouros.

Conclusão

A Desordem como Condição Sistêmica

A trajetória do sistema internacional entre 1991 e 2026 evidencia que o período pós-Guerra Fria não resultou na consolidação de uma nova ordem estável, mas na transição para uma condição prolongada de desordem estrutural. A chamada ordem liberal não foi sucedida por um arranjo alternativo capaz de redistribuir poder, produzir consenso normativo e estabelecer mecanismos eficazes de contenção. Em seu lugar, emergiu um ambiente internacional marcado por fragmentação, competição ampliada e instabilidade persistente.

A análise das três fases propostas — ordem residual, ponte para a desordem e desordem sem rumo — demonstra que a crise contemporânea não decorre de eventos isolados ou de lideranças específicas, mas de falhas estruturais acumuladas. A unipolaridade, ao invés de servir como base para um novo pacto sistêmico, aprofundou assimetrias e enfraqueceu a legitimidade das instituições multilaterais. As respostas adotadas diante de choques sucessivos, como o 11 de Setembro, a crise financeira de 2008 e a pandemia de COVID-19, privilegiaram soluções contingentes, incapazes de restaurar a previsibilidade estratégica do sistema.

O caráter distintivo da desordem atual reside na simultaneidade das crises. As expressões política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica do poder deixaram de operar de forma relativamente autônoma e passaram a interagir de maneira não linear, amplificando efeitos desestabilizadores. A competição entre grandes potências ocorre paralelamente à fragmentação social interna, à instrumentalização da economia e à expansão de novos domínios de conflito, como o ciberespaço e a esfera informacional. Essa sobreposição de vetores de instabilidade reduz a capacidade de gestão sistêmica e aumenta a probabilidade de crises prolongadas.

Nesse contexto, a multipolaridade emergente não representa um retorno ao equilíbrio clássico, mas uma configuração instável, na qual nenhum ator possui ca-

pacidade ou legitimidade suficientes para exercer liderança sistêmica. A desordem contemporânea, portanto, não deve ser interpretada como uma fase transitória a ser superada no curto prazo, mas como uma condição estrutural do sistema internacional no início do século XXI. A ausência de um horizonte normativo compartilhado e a erosão dos mecanismos de confiança mútua sugerem que a gestão da desordem, e não a restauração de uma ordem abrangente, tende a definir o comportamento estratégico dos Estados.

Ao propor uma leitura sistêmica da transição do pós-Guerra Fria à desordem atual, este ensaio busca contribuir para o debate acadêmico sobre os limites das interpretações teológicas da história internacional. Mais do que anunciar o colapso de uma ordem específica, o período analisado revela a dificuldade estrutural de construção de equilíbrios duradouros em um ambiente marcado por assimetrias profundas, aceleração tecnológica e fragmentação sociopolítica. A desordem, nesse sentido, não é um desvio momentâneo, mas o traço definidor da configuração global contemporânea.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. *The end of American world order*. Cambridge: Polity Press, 2014.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BREMMER, Ian. *Every nation for itself: winners and losers in a G-zero world*. New York: Portfolio/Penguin, 2012.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GILPIN, Robert. *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IKENBERRY, G. John. *After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

IKENBERRY, G. John. Liberal leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American world order. Princeton: Princeton University Press, 2011.

KEOHANE, Robert O. After hegemony: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, Henry. Ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MEARSHEIMER, John J. The tragedy of great power politics. New York: W. W. Norton, 2001.

NYE JR., Joseph S. Soft power: the means to success in world politics. New York: PublicAffairs, 2004.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. War and anti-war: survival at the dawn of the 21st century. Boston: Little, Brown and Company, 1993.

WALTZ, Kenneth N. Theory of international politics. New York: McGraw-Hill, 1979.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



ACESSE

SIMULE

CONT RATE



poupe x . c o m . b r